BOLETIM anped

Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Educação

VOLUME 8 Nº 3-4 JULHO/DEZEMBRO 1986

NOTA EDITORIAL

Resgatar o passado para melhor entender o presente e pensar o futuro foi a intenção básica que movimentou todo o investimento de recuperação da história da ANPEd.

Desde o *Boletim* de agosto de 1985 (vol. 7, nº 4) foi expresso o nosso desejo e consequente empenho em colocar em discussão a *ANPEd que temos* e provocar sugestões para a *ANPEd que queremos.*

Nesse sentido, solicitamos, insistimos, rogamos, quase imploramos junto aos colegiados dos cursos de pós-graduação, grupos de trabalho, núcleos locais e associados em geral, para encaminhar propostas de ação numa tentativa de criação coletiva de definições.

Insistimos ainda na colaboração de muitas associações. Apesar dos esforços, no entanto, não conseguimos respostas da SBPC, ABA, ABRASCO, ANPOF, ANPAD e outras. É possível que essas ausências, assim como a falta de interlocutores da própria ANPEd, corra por conta do nosso cotidiano esfacelado por condições internas desfavoráveis de trabalho e pressões externas de toda ordem.

Procuramos nesse *Boletim* oferecer espaço para o registro e análise da prática das associações, no sentido de estabelecer um denominador comum de referências, explicitar confrontos, captar movimentos, avaliar compromissos e, em especial, demarcar o espaço conquistado.

De toda forma, o conjunto das contribuições registradas nesse *Boletim* tem como proposta favorecer um amplo debate, chegar a consensos, sem ocultar dissenso tendo em vista, antes de tudo, uma tomada de posição da ANPEd. Posição essa que amplie seu poder de pressão frente ao Estado, em favor de uma conquista da redemocratização da sociedade brasileira.

A X Reunião Anual, vem aí — Salvador, 12 a 15 de maio de 1987. É hora de acontecer o debate, firmar rumos e instituir novas práticas.

IRA MARIA MACIEL
Secretária-Adjunta da ANPEd

INÍCIOS

A recuperação da história da Associação teve seu começo em agosto de 1985. São desse ano os Depoimentos de Darcy Closs, Marilu Fontoura de Medeiros, Jacques Veloso e Julieta Calazans. Algumas notas das reuniões de instalação, guardadas por José Carmelo Carvalho, foram transformadas, em 1986 em texto. Célia Linhares e Marília Cruz nos dão o contexto e o pano de fundo da institucionalização dos cursos de pós-graduação.

ANPEd: MARCAS DE NASCIMENTO

Célia Frazão Soares Linhares – UFF

1. O contexto histórico e a emergência da ANPEd

É difícil lembrar o nascimento da ANPEd sem reavivar os contornos com que a pós-graduação "strictu-sensu" foi modelada no Brasil dos anos 60 e 70.

Entre estes traços nos parecem mais fortes os seguintes:

– a ruptura do regime democrático em 64 com a implantação oficial da ideologia do Desenvolvimento e Segurança Nacional.

– A ampliação das vagas no ensino superior que de 100 mil nos anos 60 passaram a hum milhão em 74 e representaram o alargamento do ensino privado superior de modo a permitir o acesso das camadas médias da sociedade.

Simultaneamente, pressionava-se o 3º grau para formar os técnicos que o "desenvolvimento" demandava.

A reforma universitária chegava em 68, intensificando a fragmentação da universidade.

Diante do sucateamento generalizado da Universidade, a pós-graduação emergia como uma fronteira nova destinada a qualificar o ensino superior com todas as contradições que isto implicava.

Os cursos de mestrado e, mais tarde, os de doutorado passaram a representar uma fresta por onde penetrou o esforço de setores da intelectualidade brasileira desejosa de resistir ao autoritarismo. No entanto, com maior intensidade, a pós-graduação foi usada como espaço de experimentação tecnicista. A reflexão científico-filosófica era, então, vigiada e punida.

Em 1975, o I Plano Nacional de Pós-Graduação reiterava a prioridade da qualificação do docente de 3º grau e, dessa maneira, chamava a atenção para a formação do educador.

Abriu-se uma sistemática de maior estimulação por parte da CAPES, visando à pós-graduação em educação. Linhas de pesquisa foram cobradas; contratações de novos professores subsidiadas; avaliação sistemática dos programas implantada.

Diluída a insegurança quase absoluta representada pelo governo Médici e os primeiros meses do período Geisel – quando os desaparecimentos políticos ocorriam sob o ritmo do "Avante Brasil", da Copa do Mundo, do Milagre Brasileiro – a necessidade e o desejo de associação dos que trabalhavam na pós-graduação em educação se fazia mais e mais claro.

O Prof. Darcy Closs, então diretor da CAPES – através da equipe do setor de educação chefiada por Marilú Medeiros, começou a incentivar a idéia da Associação, como possível instrumento de fortalecimento dos diferentes Programas.

Aconteceram várias reuniões preparatórias no Rio de Janeiro. A inicial, na PUC, contou com a presença do Dr. Darcy Closs. Nela foi enfatizado o vazio de associações com vocação para congregar os cientistas da educação no Brasil.

Posteriormente, nós os coordenadores do Mestrado em educação passamos a nos reunir para discutir e elaborar um esboço de diretrizes a ser debatido no I Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Educação, onde deveria ser definida a nova associação.

2. Perplexidades e definições das diretrizes básicas da ANPEd

Alguns pontos polarizaram a discussão

quando do Encontro Nacional. Os que guardei com mais clareza foram os seguintes:

- A ANPEd deveria ser de programas (pessoas jurídicas) ou também de professores, pesquisadores e alunos (pessoas físicas)?
- Que grau de autonomia poderia ser desfrutado pelos Programas de Pós-graduação em Educação?
- Qual seria a função da CAPES em nossa Associação?
- Quais as funções avaliadoras, circunscritas ao nosso setor, que deveriam ser realizadas com o concurso da ANPEd?
- Que papel deveria ter a ANPEd na seleção dos candidatos aos Mestrados?
- Em que espaços a ANPEd poderia penetrar para participar das decisões sobre a política científica brasileira?

A ANPEd auto definiu-se como uma associação de Programas e membros individuais, com critérios específicos de admissão.

Eleita a primeira diretoria, foi discutido o plano inicial de trabalho. Dele constavam a realização do I Seminário sobre a Pós-Graduação em Educação – realizado na cidade de Curitiba, em maio de 1978 – e a publicação de um Boletim – onde, ao lado dos títulos das dissertações já defendidas e em elaboração, constasse, sempre que possível, um calendário dos eventos que envolvessem o nosso setor de trabalho. Tentava-se armar um espelho, onde a Pós-graduação em Educação pudesse ver sua própria imagem e a partir da reflexão coletiva, retocá-la e, intencionalmente, defini-la em correspondência aos seus compromissos epistemológicos e político-sociais. O ofício continua.

ORIGENS DA ANPEd: DE INSTITUCIONALIZADA À INSTITUINTE

José Carmelo Carvalho – PUC/RJ

As origens da ANPEd remontam a uma proposta de institucionalização de um sistema auto-regulador na política de pós-graduação em Educação, formulada pela CAPES em 1976.

A partir de tal proposta da CAPES, reuniões de coordenadores dos Programas de PG-EDU e subsídios de estatuto por um grupo do Grande Rio fazem hibernar, até 1978, o processo de institucionalização da ANPEd, que é então criticado por uma postura instituinte, questionadora dos vínculos de uma associação nacional dos cursos de PG-EDU com a política oficial de pós-graduação.

Para delinear esta trajetória de criação institucionalizada *versus* instituinte, tentar-se-á recuperar quatro momentos nas origens da ANPEd: 1) a proposta inicial da CAPES; 2) a reunião dos coordenadores de programas da PG-EDU, em agosto de 1976; 3) a proposta de estatutos da ANPEd em 1977; 4) o encontro nacional de representantes dos programas, em março de 1978.

1. A proposta inicial da CAPES, em 1976

No contexto do *Plano Nacional de Pós-Graduação em Educação – PNPG/EDU* desenvolvido pela CAPES em 1976/77, surgem as idéias iniciais sobre a Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Educação (observe-se bem: associação dos cursos).

Entre as diversas linhas operacionais do PNPG/EDU duas eram bem explícitas em relação à ANPEd:

> "manter entre os diferentes cursos uma relação de reciprocidade que facilite uma interfertização e uma coparticipação responsável; reconhecer a importância de princípios auto-reguladores e auto modificadores e seu poder para uma progressão integradora dos desempenhos dos cursos".

Nesta linha de raciocínio, reconhecia-se "a importância da integração de esforços e da comunicação e interrelação entre programas de profissionais da área", instrumentalizados através de uma associação nacional.

O delineamento oferecido pela assessoria do PNPG/EDU da CAPES modelava-se pela ANPEC – Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, que oferecia as seguintes características:

> uma sociedade civil sem fins lucrativos;

- eram sócios: a) programas, cursos e outros órgãos de universidades e entidades autônomas, que desenvolvessem pesquisas e formação de pessoal especializado; b) especialistas e profissionais, em caráter individual;
- a admissão fazia-se através de propostas por 1/5 dos membros associados, através de parecer de Comissão Especial e de decisão do Conselho Deliberativo;
- eram seus objetivos: a) promover o intercâmbio entre as instituições associadas (cadastros de professores e pesquisadores; realização de encontros, celebração de acordos e projetos comuns; obtenção de cooperação nacional e internacional; intercâmbio de profissionais); b) incentivar a pesquisa, pela concessão de auxílios a programas e projetos institucionais e individuais; c) assegurar o debate de temas relevantes, através de encontros anuais, promoção de simpósios, seminários e reuniões; d) divulgar estudos, pela publicação de revista especializada e associação a programas editoriais de universidades e outras editoras.

A ANPEC, por seu prestígio já adquirido em 1976, inclusive através do processo integrado de seleção aos programas de PG-ECO, era assim proposta à área de Educação, como um provável modelo a ser seguido.

2. A primeira reunião para institucionalização

Através da Coordenação do seu Programa de Pós-Graduação da Área de Educação, a CAPES convocou os coordenadores de cursos então integrados ao PPG-EDU para uma reunião na PUC/RJ, nos dias 19 e 20 de agosto de 1976.

Dizia o ofício da convocação da CAPES: "procurando consolidar a área de Educação no contexto geral das demais ciências, adotou-se, entre outras medidas que estão sendo executadas no PNPG/EDU, a alternativa proposta para a criação de uma *Associação Nacional de Cursos de Pós-Graduação da Área de Educação*". Prossegue ainda o ofício: "prevê-se nesta reunião, estabelecer as finalidades, regulamentos ou normas da referida associação, além de definir, se possível, esquemas comuns para o processo de seleção de alunos".

A essa reunião compareceram coordenadores do Mestrado da UFC, UFPe, UFRJ, UFMG, UFF, UFSCar, UFBa, UnB, UFRS, PUC/RS, PUC/RJ e FGV/IESAE. Participaram igualmente o então Diretor da CAPES, Professor Darcy Closs, a assessora da CAPES e coordenadora do PPG/EDU, Marilú F. Medeiros, o assessor da CAPES, Edward Kapinus e alguns professores convidados.

Com base em anotações tomadas durante os dois dias da reunião, é possível recuperar algumas dimensões de interesse.

De início, foi desenvolvida uma explicação sobre a organização, objetivos e funcionamento do modelo proposto da ANPEC, com ênfase em seus *princípios auto-reguladores e auto-modificadores* e em outros aspectos já delineados no item anterior.

O então Diretor da CAPES ressaltou diversos fatores considerados relevantes, como aquele relativo aos coordenadores da PG-ECO examinarem, em suas reuniões, a alocação e divisão de bolsas pelos Programas; a indicação de candidatos para bolsas de estudo no exterior; bem como desenvolverem a análise de cada Programa como massa crítica da própria área de conhecimento científico. O Diretor da CAPES via ainda, como vantagens desta unificação, a fixação de cotas de bolsas segundo a demanda de cada curso, o auto-financiamento das reuniões da ANPEC, via recursos institucionais. Por fim, o Prof. Darcy Closs instou que cada Programa da PG-EDU passasse a assumir linhas definidas de pesquisa.

Em relação à especificidade da ANPEC vis-a-vis a uma outra de Educação, duas ressalvas foram apresentadas por coordenadores da PG-EDU: a natureza mais acadêmica da PG-EDU, enquanto a PG-ECO se revertia de uma natureza mais profissional externa: e o caráter pretensamente mais homogêneo das pesquisas econômicas, geralmente segundo modelos matemáticos, em relação à heterogeneidade das pesquisas educacionais.

Em continuidade, a reunião dos Coordena-

dores considerou ainda as linhas de pesquisa desenvolvidas em cada programa; a consolidação de seus recursos humanos de ensino e pesquisa, através de uma política prospectiva de contratação; da vinda de professores visitantes estrangeiros; de integração do programa de bibliotecas e recursos bibliográficos; e, de forma mais ampla, ao desenvolvimento de alternativas de Pós-Graduação "lato sensu", a partir dos programas já existentes.

Como decorrência, foi criado um grupo de trabalho constituído pelos coordenadores da PG-EDU do Grande Rio-UFRJ (Lyra Paixão), UFF (Célia Frazão Soares Linhares), FGV/IESAE (Sérgio Fernandes) e PUC/RJ (José Carmelo Carvalho) — com o objetivo específico de elaborar uma minuta para os estatutos da futura Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Educação com a colaboração de Vera Candau que havia feito as análises iniciais do estatuto da ANPEC.

Com a focalização da reunião sobre assuntos operacionais dos projetos da CAPES e do MEC/DAU e a transferência dos encargos de redação da minuta do estatuto para um grupo de trabalho, não se observou entre os representantes institucionais da PG-EDU uma postura nítida em relação à proposta de criação da ANPEd moldada sob o modelo ANPEc. Com exceção das observações esparsas sobre as diferenças nas ênfases acadêmico-profissionalizante entre os Programas de Economia e Educação e na pretensa maior heterogeneidade nas áreas e métodos de pesquisa educacional, não foram observadas críticas maiores à proposta.

3. A fase de elaboração do anteprojeto de estatuto

Os quatro coordenadores dos Cursos de Mestrado em Educação da UFRJ, UFF, PUC/RJ e FGV/IESAE reuniram-se rotativamente, nas diversas instituições, por cinco vezes, entre os meses de setembro de 1976 e março de 1977.

As atividades do Grupo de Trabalho para a elaboração de um anteprojeto de estatuto para a ANPEd calcaram-se largamente no estatuto da congênere ANPEC e na ficha de inscrição do CGC da mesma. Essencialmente, esse GT procurou "reler", sob a ótica específica dos Programas da PG-EDU, os assuntos e artigos do estatuto da ANPEC.

Em apenas quatro pontos esse anteprojeto distanciou-se do estatuto da ANPEC: 1) na sugestão de estabelecer a sede oficial da ANPEd no Distrito Federal, sob a alegação de lá estar o centro decisório da política educacional; 2) na eliminação da bem discriminada secção sobre as formas de atuação da ANPEC, que ocupava quase a metade das sete páginas do seu estatuto, preferindo-se não propor esta secção na minuta preparada para a ANPEd e deixar assim, a programação da futura associação mais em aberto; 3) na sistemática de associação prescrita para a ANPEC, bem rígida ao exigir que "qualquer nova afiliação das entidades... deverá ser proposta pelo menos por 1/5 dos membros associados, objeto de parecer de Comissão Especial submetido ao Conselho Deliberativo"; em contrapartida, a minuta de estatuto para a ANPEd rezava apenas que: "a admissão de sócio efetivo far-se-á por proposta de associado à Diretoria e submetida ao Conselho Deliberativo"; 4) na fixação das categorias de sócios, que mereceu, no esboço do GT, uma ampliação sistemática em relação à franciscana simplicidade da associação institucional (centros, institutos, programas e entidades autônomas de pesquisa e formação de pessoal pós-graduado) e da associação individual (especialistas e profissionais de reconhecidos méritos), determinada pelo estatuto da ANPEC.

É precisamente neste ponto das categorias de sócios que o anteprojeto preparado para a ANPEd *se liberaliza de uma institucionalização mais rígida* como o fazia o estatuto da ANPEC, mas *simultaneamente se formaliza na estratificação de níveis de "status" de poder e prestígio.* Com efeito, ao propor toda uma tipologia de sócios: do honorífico título de *sócio-fundador* àqueles que, por força de poder burocrático, implantariam a ANPEd, aos *sócios efetivos* (sejam as instituições filiadas, sejam os indivíduos portadores de diplomas e vinculados a instituições da PG-EDU), aos *sócios-beneméritos* homenageados —, o GT

optou por um formalismo, sem colocar em questão a natureza institucionalizada da associação.

A questão do balanceamento entre o poder do instituído, na representação dos programas oficiais da PG-EDU, vis-a-vis o poder do instituinte dos docentes e pesquisadores, e dos grupos não-formais não é respondida pelo GT no anteprojeto de estatuto para a ANPEd. Ao propor, no Artigo 9º, que "o Conselho Deliberativo da ANPEd será constituído de um representante de cada entidade associada", o GT acrescentou em nota de rodapé que "a demissão e o número da representatividade dos membros individuais (não-institucionais) no Conselho Deliberativo deverão ser objeto de apreciação pelos Coordenadores da PG-EDU em sua próxima reunião geral".

O esboço de estatuto da ANPEd foi enviado à CAPES, no primeiro trimestre de 1977, através do Coordenador de Contatos com o GT do Grande Rio, Edward Kapinus. Entretanto, não ocorreu qualquer providência efetiva da CAPES para a criação da ANPEd. Por sua vez, o envio do anteprojeto de estatuto para análise pelos Programas de PG-EDU que deveria ser feito, em agosto de 1977, pelo GT do Grande Rio, não ocorreu.

Uma medida concreta para efetivação da ANPEd somente foi tomada em 1978. Em 1977, o projeto de institucionalização não foi assinado pela CAPES, nem pelos Programas, indicando que faltava o ímpeto necessário para criar a ANPEd, porquanto os demais projetos previstos (sistema de apoio às bibliotecas da PG-EDU, intercâmbio com professores visitantes, contratação de docentes e pesquisadores) foram implementados.

Este período de hibernação ou de germinação na proposta da ANPEd em 1977 parece ter sido causado por dois fatores complementares: a) internamente, na CAPES ocorreu uma solução de continuidade pelo retorno à UFRS da coordenadora que desencadeara a proposta da ANPEd, bem como pela saída dos quadros da CAPES do assessor Edward Kapinus; b) no âmbito dos Programas da PG-EDU, não ocorrera ainda o devido amadurecimento e valoração da associação como instrumento de auto-regulamentação.

4. A segunda reunião geral para institucionalização

Graças a convênio específico entre a FGV/IESAE e a CAPES, foi convocada uma reunião entre 14 e 16 de março de 1978, para criação da ANPEd. Participaram efetivamente da reunião nacional 33 representantes dos diversos Programas de PG-EDU.

A representatividade dos participantes esteve assim distribuída: dois representantes de cada um dos seguintes Programas: UnB, UNICAMP, PUC/SP, UFSM, UFRS, UFPb, UFMG; um representante de cada um dos Programas da UFC, UFPe, UFSC, UFPr, UFBa, PUC/RS; da área do Rio de Janeiro havia dois representantes da UFF, 3 da URFJ e da PUC, 6 representantes do IESAE, onde era realizado o encontro nacional.

A programação da reunião incluiu seis períodos de atividades ao longo dos três dias: além de exposições gerais sobre a política de Pós-Graduação (por Newton Sucupira) e a política de pesquisa na Pós-Graduação em Educação (por Tarcísio Della Senta), houve relatos temáticos e metade da programação foi destinada à análise do anteprojeto de estatuto da ANPEd, inicialmente em cinco grupos de discussão e, no último dia, em sessão plenária.

A análise dos relatos dos cinco grupos de discussão parece relevar uma aceitação geral da criação da ANPED, sem ter sido questionado, nos pequenos grupos, a natureza da institucionalização de uma associação eminentemente representativa *dos Programas* de PG-EDU. São constantes nos relatórios de grupos as questões sobre as categorias de sócios (extinguida a de sócio-benemérito) e a definição da sede da ANPEd (onde residir seu presidente e não sua fixação em Brasília). Entretanto, no último dia da reunião nacional (16.3.78), durante a sessão plenária para aprovação do estatuto, aflorou o questionamento sobre o grau de institucionalização da ANPEd como órgão atuante junto à CAPES, no desen-

volvimento do *Plano Nacional de Pós-Graduação em Educação.*

Apesar do afastamento já ocorrido no anteprojeto elaborado pelo GT do Grande Rio, em relação ao modelo institucional da ANPEC, e apesar do reconhecimento da representatividade dos membros individuais junto ao Conselho Deliberativo da ANPEd, o questionamento levantado na sessão plenária, por um grupo de representantes, se dirigia ao âmago da questão de uma ANPEd ligada à política oficial da pós-graduação. Propugnou-se então que a ANPEd exercesse uma função *instituinte*, como representante da sociedade civil, ecoando mais as necessidades e interesses dos corpos docentes, discentes e de pesquisadores. Arguiu-se contra a função de uma ANPEd muito interligada ao sistema de direção do *Plano Nacional de Pós-Graduação.* Criticou-se ainda o critério da representatividade institucional através dos coordenadores, na suposição dos vínculos técnico-administrativos destes com o sistema de poder interno às instituições e externamente dependentes do PNPG.

Reivindica-se, assim, uma postura mais *instituinte* para a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação. E esta delegação de uma representatividade mais crítica através da ANPEd foi a tônica do mandato atribuído à primeira diretoria da Associação então eleita por um ano, e em termos gerais, o espírito do estatuto então aprovado.

Notas da Redação:

1. O grupo de sócios fundadores reuniu-se novamente em Curitiba, em maio de 1978. Na aprovação da ata da constituição da ANPEd, foi colocado em discussão o texto do estatuto. Os participantes destacaram e propuseram modificações nos artigos ou parágrafos cuja redação tivesse escapado aos termos firmados na reunião de março. Procedeu-se, dessa forma, à retificação de alguns pontos e à ratificação dos demais, chegando-se, então, à versão final do estatuto.
2. Em 14.3.79, a Assembléia Geral reunida em São Paulo, após a I Reunião Anual de caráter científico (ver depoimento de Julieta Calazans), confirmou a Diretoria provisória para um mandato de dois anos, com apenas uma substituição no Conselho Fiscal.
3. Em 1980, procedeu-se à ampla revisão do estatuto, a partir de discussões iniciadas na III Reunião Anual (Salvador, mai. 1979). A nova versão do estatuto foi aprovada em Assembléia realizada na IV Reunião Anual (Belo Horizonte, mai. 1981), apresentando como mudanças essenciais: a) redefinição da natureza e dos objetivos da Associação, marcando o papel social que se esperava da mesma e abrindo-a para a pesquisa; b) ampliação da Diretoria (três vice-presidentes) e criação do Conselho Deliberativo, além do Conselho Fiscal já existente; c) criação de seções locais e das subsecretarias regionais, na perspectiva de maior participação e representatividade; d) competência para o Secretário Geral criar comitês e grupos de trabalho com objetivos e metas específicas para atender às finalidades da ANPEd (o histórico destes grupos foi recuperado no Boletim nº 1, de jan.-mar. 1986).
4. Este estatuto está em vigor até hoje, apenas com modificações no que diz respeito às eleições — que deverão ser feitas, no próximo ano, pela primeira vez, por correspondência, conforme decisão tomada na Assembléia Geral realizada em São Paulo, durante a VIII Reunião Anual (mai. 1985).

REFERÊNCIAS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Marília Martins da Costa Cruz — FGV/IESAE

Embora as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61), ao classificar os diferentes cursos superiores, tenha incluído os de pós-graduação (art. 69, letra b), não chegou a definir sua natureza e suas funções. Isto só viria a ser feito em 1965, através do parecer nº 977, do CFE, de autoria do Prof. Newton Sucupira. Este parecer, além de situar historicamente a origem e o desenvolvimento desses cursos, define como pós-graduação, no sentido estrito: "ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizado visando a desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e condizendo à obtenção de grau acadêmico de mestre ou doutor".

Em 1968, no âmbito da reforma universitária, institucionalizou-se a pós-graduação (Lei nº 5.540, art. 24). Em fevereiro do ano seguinte o CFE aprovou novo parecer, sob nº 77/69, complementando o anterior, especialmente quanto às normas para o credenciamento desses cursos.

A crescente demanda, principalmente no Centro-Sul, impulsionou os cursos de pós-graduação em educação, na segunda metade da década de 60, principalmente pela exigência da qualificação dos docentes universitários para a carreira acadêmica, o que perdurou até a regulamentação da carreira do magistério (Decreto nº 85.487, dez. 1980). Até 1974, foram criados na área de educação quinze cursos de pós-graduação, sendo dois não-credenciados – Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal de Santa Maria. Já em 1975, encontravam-se em funcionamento dezessete cursos de mestrado, com previsão de abertura de sete cursos a nível de mestrado e dois de doutorado (CAPES, 1975/76).

Diante do grande aumento desses cursos, foi necessário disciplinar este crescimento. Criou-se, então, em janeiro de 1974, o Conselho Nacional de Pós-Graduação, com atribuição de elaborar o 1º Plano Nacional de Pós-Graduação.

O 1º PNPG teve como diretriz transformar as universidades em centros de atividades criativas permanentes, estabelecendo como objetivos da pós-graduação: a) formar professores para o magistério universitário; b) formar pesquisadores para o trabalho científico; c) preparar profissionais de nível elevado. Na operacionalização desse Plano para a área de educação são indicados ainda como objetivos específicos: a) institucionalização e estabilização financeira do sistema de pós-graduação; b) elevação de seus padrões de desempenho; c) planejamento de sua expansão.

Diante dessa diretriz e desses objetivos do 1º PNPG, atribuiu-se à CAPES papel importante na implementação da nova política de pós-graduação, através de: a) organização, implantação, acompanhamento e avaliação do *Programa Institucional de Capacitação de Docentes* (PICD); b) ampliação do programa de bolsas dos cursos no País e no exterior; c) melhoria dos cursos de pós-graduação através de seu *Programa de Auxílios* (entre estes: contratação de especialistas estrangeiros e nacionais, complementação salarial de docentes vinculados ao programa, contratação de pessoal técnico e administrativo, aquisição de livros e outros recursos para bibliotecas, aquisição de material permanente e equipamentos, pagamento de professores visitantes).

Atribuíram-se, ainda, à CAPES as funções de fornecer recursos financeiros para sustentação de novos cursos e de complementação na fase de "maturação" dos mesmos. A CAPES atuaria, em ambos os casos, principalmente na concessão de bolsas para a formação de docentes e dos auxílios referidos. Outras agências, principalmente o CNPq e a FINEP, atuariam na complementação dos recursos das universidades públicas ou particulares, na instalação de cursos, manutenção de bolsistas e no financiamento de projetos de pesquisa, em integração com a CAPES.

O PNPG foi detalhado no *Programa de Pós-Graduação em Educação: linhas operacionais 1975-76*, especialmente no que se refere à institucionalização do sistema de pós-graduação. Para isto, estabelecem as seguintes metas (p. 43-5):

a) fixação de mestres e doutores, nacionais e estrangeiros, em tempo integral;
b) absorção de pessoal técnico e administrativo;
c) instalação de laboratórios de ensino, salas de estudo e orientação;
d) aumento do número de alunos titulados e em regime de tempo integral, através de maior número de bolsas de estudo;
e) melhoria qualificativa e quantitativa do corpo docente com titulação de pós-graduação;
f) melhoria do nível de eficiência e utilização das bibliotecas;
g) compatibilização das áreas de concentração com a estrutura curricular;
h) incentivo à criação de sistemas de informação interprogramas;
i) aperfeiçoamento dos processos de seleção;
j) expansão do número de vagas de acordo com prioridades da área, demanda social e distribuição geográfica, corrigindo distorções existentes.

Na ciranda dos documentos técnicos, elaborou-se ainda o *Projeto Nordeste de Pós-Graduação* (CAPES, 1976), suplementando o

PNPG, com vista a corrigir disparidades e regular o crescimento de pós-graduação nessa região, assim como implantar um processo contínuo de revisão regional com a assessoria da própria CAPES. À época da redação desse projeto, o único mestrado em educação no Nordeste era o da Universidade Federal da Bahia. Alguns cursos criados não tinham conseguido funcionamento normal. Por outro lado, havia previsão de criação de cursos em vários outros estados. Considerando estas circunstâncias, o projeto contém indicações detalhadas para o planejamento da pós-graduação nas universidades da região que já mantinham cursos deste nível ou pretendiam instalá-los, no período 1976-80.

Mas toda esta história não se fez sem crises. Apesar dos esforços que o Ministério da Educação, na gestão de Ney Braga, empreendeu para assumir o comando da pós-graduação, o PNPG elabora para o triênio 1975-77 e os documentos que o complementaram tinham, na verdade, apenas natureza indicativa, prevendo a aplicação de recursos da ordem de Cr$ 3,6 bilhões. Já a Secretaria do Planejamento da Presidência da República – SEPLAN, havia elaborado, em março de 1976, o II PBDCT – *Plano Brasileiro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*, aprovado pela Presidência da República para o mesmo triênio, prevendo a aplicação de Cr$ 23 bilhões. Constata-se, então, a existência de duas políticas de pós-graduação superpostas e conflitantes. Ao MEC competia historicamente atuar no campo da educação – traçar sua política e administrar sua execução; à SEPLAN, segmento moderno criado pela Reforma Administrativa de 1967, absorvendo funções antes atribuídas a outros órgãos, atribuíram-se tarefas de coordenação de políticas e controle de seus recursos.

Por ser a SEPLAN o órgão encarregado de elaborar os planos nacionais e o orçamento plurianual, e especialmente controlar os fundos especiais e agentes financiadores da pós-graduação, acabou definindo os rumos desta. A essa Secretaria coube, então, o poder financiador que de fato operacionalizou a expansão dos cursos que interessaram diretamente ao crescimento econômico, enquanto que ao MEC coube fundamentalmente o poder legalizador (através do CFE) e normativo (através da CAPES).

Comprometido com uma visão civilista e liberal dos problemas educacionais e sendo um órgão refratário à modernização, o MEC não conseguiu evitar que o real controle da política de pós-graduação no Brasil passasse às mãos da tecnoburocracia da SEPLAN *(Documento conclusivo da 1ª Semana Nacional de Estudantes de Pós-Graduação*, 1976).

DETERMINANTES

Darcy Closs – CNPq

Gostaria, inicialmente, de agradecer a oportunidade que me é dada para, mais uma vez, refletir sobre os esforços direcionados à pós-graduação, no País, nesses últimos anos. Afinal, quaisquer pontos de vista expressos sobre as Associações Nacionais de Cursos, em nível pós-graduado, reportam-se, direta ou indiretamente, a esse pano de fundo.

Vamos, assim, rememorar quais as modificações introduzidas, entre 1974 e 1979, na política e filosofia de pós-graduação, pela CAPES.

Ainda em 1974, contando com a participação intensa da comunidade acadêmica, a CAPES coordenou um trabalho que viria a proporcionar os dados básicos para a posterior elaboração do 1º Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). O PNPG constituiu, de fato, a plataforma de mudanças, a filosofia que regeu a política de pós-graduação naquele período.

Entendíamos, então, que o PNPG não configurava apenas volume de cruzeiros e número de formados. Acima de tudo estava a questão da qualidade dos cursos e o controle dessa qualidade.

Apreender o aspecto controle é tarefa complexa e, no mínimo, polêmica. Fomento e controle eram finalidades precípuas das agências que atuavam em âmbito nacional, numa época de fartura de recursos financeiros (ainda que a crise econômico-financeira já se deli-

neasse claramente nos países industrializados), carência de recursos humanos especializados e plena de restrições políticas.

Como um dos mecanismos criados para acompanhar e avaliar a qualidade dos cursos de pós-graduação, foi criado o Grupo Técnico de Coordenação (GTC). O GTC congregava, na CAPES, especialistas das várias instituições de fomento ao ensino e à pesquisa. A existência desse grupo — ainda que configurasse uma medida de certa forma centralizadora, pela participação, à época, exclusiva, de agências federais — garantia o controle sobre possíveis critérios subjetivos, personalistas, clientelistas ou mesmo paternalistas, porventura ocorrentes quando da distribuição ou repasse dos recursos financeiros.

Das análises do GTC resultava o reconhecimento quanto à qualidade do curso e, consequentemente, a concessão de bolsas de estudo e de auxílio, pelas agências.

O processo foi aperfeiçoado ao longo do tempo, com a ampliação dos participantes do GTC e a busca de indicadores de qualidade.

Hoje participam do GTC, além dos representantes da CAPES, CNPq, FINEP, representantes da EMBRAPA e da FAPESP. Na linha da identificação de indicadores foi criada, pelo prof. Cláudio de Moura Castro, meu sucessor na direção da CAPES, a chamada "cientometria" que se traduz na análise do número de publicações científicas — principalmente de teses e dissertações de mestrado — e de sua qualidade.

Os indicadores atuam, pois, como informações complementares à avaliação da qualidade. Não a qualidade como resultante do controle ao nível das agências, mas a qualidade como processo de auto-depuração, realizado através da comunidade científica, em cada uma das áreas do conhecimento.

É nesse contexto de busca de qualidade e de participação da comunidade docente e científica que começamos a pensar no incentivo às associações nacionais de cursos de pós-graduação, como estratégia apoiada em algumas premissas das quais se destacavam: a) o controle de qualidade através da participação da comunidade científica, ao nível dos próprios cursos de pós-graduação; b) o exame da qualidade dos cursos, realizado pelos próprios coordenadores, nas Associações Nacionais dos Cursos de Pós-Graduação; e, finalmente, c) a análise das linhas de pesquisa em andamento.

Ao longo do tempo esse último aspecto revelou-se o mais dramático de todos. Isto porque a participação da comunidade científica e as associações nacionais possibilitaram o intercâmbio de informações que veio a demonstrar o desenvolvimento de linhas idênticas de pesquisa e a duplicação de temas de dissertação pelas diversas instituições de ensino superior. Para um País que via a pós-graduação ser priorizada no bojo de uma crise a se delinear com maior nitidez, a duplicação de linhas de pesquisa fatalmente direcionava a duplicação de recursos para o mesmo fim; fossem eles humanos, financeiros ou informacionais.

Retomando, todavia, o assunto apoio às associações nacionais, o modelo escolhido foi o da Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), criada por iniciativa dos próprios economistas, e a única associação do gênero existente em 1974. A ANPEC foi, assim, uma solução nacional que nos bastou como primeiro modelo.

O controle de qualidade dos trabalhos produzidos pelos economistas era extremamente sério. A título de exemplo basta dizer que, em seus congressos anuais, os trabalhos e pesquisas desenvolvidos durante o ano eram discutidos com todo o rigor, independentemente do "status" detido por quem o produzira.

A primeira associação resultante do objetivo de se incentivar a adoção do modelo ANPEC foi a ANPAD (Associação Nacional dos cursos de Pós-Graduação em Administração). A CAPES, num trabalho pioneiro de integração, patrocinou a reunião de todos os coordenadores de cursos de Administração, em nível pós-graduado, na cidade de Nova Friburgo/RJ, quando foi dado o primeiro passo para a criação da ANPAD.

A segunda Associação criada com o apoio da CAPES, como conseqüência natural do esforço efetuado por aquela agência, no apoio ao desenvolvimento e à consolidação dos cursos de pós-graduação (stricto-sensu) em Edu-

cação, foi a ANPEd.

A ANPEd, todavia, seguiu um caminho um pouco diferente das demais associações. Parece-me que ela é a única a permitir, em sua composição, a participação de faculdades, professores e alunos de Educação, além dos cursos de pós-graduação propriamente ditos.

Comparando-se os objetivos iniciais do apoio à criação das Associações, com o papel até então exercido pela ANPEd, como poderíamos encará-la?

Sem dúvida alguma o papel desempenhado pela ANPEd, ao longo dos últimos anos, tem sido importante. A ANPEd tem definido seu espaço de atuação como um grande forum de debates. Fica, no entanto, a questão se ela não tem incorrido em uma certa omissão quanto ao seu papel relativo à qualidade dos cursos de pós-graduação em educação.

Se é preciso repensar a educação como um todo e a pós-graduação em particular, é imprescindível repensar a pós-graduação em educação. Os debates promovdos pela imprensa, o dia D da Educação, as posições instigantes de alguns membros da comunidade docente e científica, têm e vêm fornecendo elementos para a proposta de alternativas viáveis à melhoria da qualidade da pós-graduação brasileira. É neste particular que vejo à ANPEd um grande papel a exercer.

Acredito que no momento em que uma associação passa a ser severa com seus cursos, no momento em que ela passa a cobrar qualidade dos Comitês de Assessores (CAs) a nível de CAPES e de CNPq, no momento em que ela distribui bolsas e auxílios tão somente em função de uma qualidade desejada, essa associação passa a ser respeitada como uma força. Inclusive politicamente.

Tenho plena consciência que os CAs de educação, tanto na CAPES quanto no CNPq, estão sendo extremamente severos na concessão de bolsas e auxílios. Esse tipo de depuração, contudo, está ocorrendo nos CAs e não na ANPEd. Penso que a Associação deveria assumir essa função, de forma a ter um papel bem mais atuante junto à CAPES e ao CNPq. Quem sabe essa não seria uma forma, inclusive, de influenciar a própria distribuição de recursos.

Tenho confiança que a ANPEd buscará sua própria revisão de papéis, objetivos e espaços a serem conquistados. Educação é um tema extremamente importante e estratégico, não nos permitindo atitudes passivas ou alienantes. Principalmente se quisermos sair do eterno estado potencial para assumirmos, de fato, a situação de Nação e Estado – potência entre as demais Nações e Estados – potências do mundo.

DEPOIMENTOS

Marilú Fontoura de Medeiros – UFRS

Foi com significativa satisfação que recebi o material do Osmar Fávero, da atual Diretoria da ANPEd, solicitando uma reconstituição da história da educação neste País, onde o "rasgar documentos", o "queimar programas" ainda é um fato rotineiro. O resgate de nossa história, de nossa cultura, de nossa forma de produção e de organização dos grupos e do próprio conhecimento, aliado a aceitação dessa cultura, sem xenofobismos, nem alienação, ou mesmo deslumbramento caboclo é que pode nos permitir pensar a ser Brasil.

A criação da ANPEd deve muito a ação de uma pessoa: Prof. Dr. Darcy Closs, geólogo, Diretor da CAPES no período de 1974-1979 que, acreditando na área de Educação, nos deu força (e nós fizemos por) para que esta Associação fosse formada.

Durante os anos de 1974 (final) até julho de 1976 trabalhamos na CAPES, coordenando a área de Educação, com a assessoria de diversos professores do IES brasileiras para constituir o Plano Nacional (Operacional) de Pós-Graduação em Educação. Gostaria de destacar as figuras dos professores que nos auxiliaram nesta tarefa: Vera Candau (PUC/RJ), Luzia Garcia de Mello (UFRGS), Flávia Mª Sant' Anna (UFRGS), Julieta Calazans (FGV/IESAE), Celia Lucia Castro (FGV/IESAE), Dermeval Saviani (PUC/SP), Joel Martins

(PUC/SP), Magda Beeter Soares (UFMG/MG), Graciema Pacheco (UFRGS), Juracy C. Marques (UFRGS), Hermengarda Lüdke (PUC/RJ), Glaura Miranda (UFMG), Celia F. S. Linhares (na época, coordenadora do mestrado da UFF), Tarcísio Della Senta (CAPES, atualmente no CNPq), M. Marcos Maciel Formiga (CAPES, atualmente no MEC), Gilberto Medeiros (CAPES, atualmente na UFRGS), Antonio Miranda (bibliotecário, atualmente na UnB). Desculpem os não "relembramentos", mas reconstituir a história, tentando ser fiel e assumindo suas contradições, não é tarefa fácil.

A assessoria destes professores, seguida de (e, em paralelo) reuniões com coordenadores de cursos de Pós-Graduação existentes, resultou no Programa Operacional citado. Ele representou a expressão de um determinado momento histórico, que buscava salvaguardar um espaço para as especificidades da Educação, que eram sempre tratadas (e camufladas) no bojo das chamadas ciências humanas. Recursos foram assegurados. No entanto, sentimos que, somente o Programa, por ter parte do saber organizado e por ter parte dos recursos financeiros, não garantia a área de poder que lhe competia no processo de transformação (de início mais quantitativo) da realidade brasileira.

Foi com estes pressupostos que entramos em contato com Luiz Paulo Rosemberg, na época Presidente da ANPEC, 1ª associação fundada, para que discutíssemos a criação da ANPEd. Com apoio do Darcy, da comunidade científica, foi, então, fundada a ANPEd, em março, como 2ª associação no País a lutar por uma área de Pós-Graduação.

Inicialmente, e dentro das condições do momento histórico, sua luta era pela hegemonia dos Cursos de Pós-Graduação em Educação. Na segunda reunião já se observou uma preocupação com a totalidade e com a impossibilidade de que a pós se alheasse do que acontecia no País. Não esqueçamos que coincidia com um período em que a "abertura política" começava a se processar (ou a ser processada e pressionada). Por outro lado, notava-se, também, o pressionamento justo por uma melhor distribuição geográfica dos cursos, com predomínio do eixo Rio-São Paulo, seguido de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Hoje, parece que esta realidade se modificou um pouco. No entanto, o que se observa (desculpe a franqueza e, talvez, a prematura generalização) hoje, é a hegemonia de São Paulo sobre os demais Estados e Cursos de Pós-Graduação. Sem querer ser maniqueísta, cabe questionar como isto se explica e o que tem feito a ANPEd frente a esta realidade? Por exemplo, na literatura utilizada nos cursos isto é flagrante!

Resta lembrar que o objetivo essencial, na época, era o fortalecimento da área como um todo, promovendo o inter-apoio entre os cursos, a troca de experiências, a distribuição mais equitativa do saber e, consequentemente, do próprio poder. Além disso, ou decorrente disso, buscava-se o fortalecimento dos cursos para uma ação mais agressiva junto às agências de financiamento, a proposta de aproximação dos coordenadores e de intercâmbio de pesquisadores e da possibilidade de sua realização entre cursos. Outra idéia que valeria a pena ser resgatada é a de que o Presidente da ANPEd participava dos Comitês das agências financiadoras.

Reitero, mais uma vez, a satisfação em ver a preocupação da Diretoria atual da ANPEd em resgatar o passado para melhor poder entender o presente e pensar o futuro.

Jacques Veloso – UnB

A ANPEd surgiu em 1978, estimulada pela CAPES. Naquela ocasião já existia a Associação Nacional de Pós-graduação em Economia e, se não me engano, de Administração também. A ANPEC era uma associação que congregava cursos de mestrado em economia objetivando, sobretudo, uma maior integração entre esses cursos. No caso da ANPEC isso era muito importante, principalmente com a realização do vestibular unificado, o que acontece até hoje. A CAPES mostrava-se, naquela ocasião, entusiasmada com esse intercâmbio, o que estimulou a criação da ANPEd. Foi numa reunião realizada no Rio de Janeiro que se

chegou à criação da ANPEd. O estatuto provisório foi preparado em Curitiba, num encontro sobre Pesquisa e Educação, promovido pela CAPES.

Em reunião realizada no IESAE, no Rio de Janeiro, elegeu-se a diretoria. Ficou a Julieta na Secretaria Geral, eu na Presidência, a Célia na Secretaria Adjunta. E a ANPEd congregava apenas instituições. Foi um trabalho muito difícil porque começávamos praticamente do zero. Tínhamos idéias claras. Primeiramente uma integração dos cursos de mestrado, maior conhecimento desses cursos, maior organicidade do corpo atuante e do seu conjunto.

Naquela ocasião já havia orientações diversas na linha política da ANPEd, evidenciada pela disputa pelas duas chapas que concorrem à presidência. A atuação da ANPEd se voltou mais para os aspectos de criar uma instituição que realmente funcionasse e de maior proximidade entre os cursos. Eu não tinha naquele tempo uma linha de atuação política suficientemente clara. A orientação estava, evidentemente, na própria eleição. Uns mais conservadores, outros mais progressistas.

Ao longo do tempo a ANPEd passou por várias transformações. Os próprios participantes da Associação começaram a perceber que esta estava de uma certa forma desvinculada dos próprios professores da pós-graduação. Aquele tipo de associação voltada para os cursos e não para o professor. Isso, mais tarde, provoca transformações do estatuto.

O marco mais importante na vida da ANPEd terá sido, talvez, o rompimento, a denúncia do Convênio que se fez com a CAPES visando a uma avaliação da pós-graduação. Penso que isto merece uma explicação para que fique bastante claro.

Em 1979, a CAPES tinha a intenção de fazer uma avaliação dos cursos de pós-graduação no País. Escolheu a área de educação como área pioneira, como área cobaia e chamou a ANPEd para consulta a respeito do assunto. Achamos que esse era um trabalho muito delicado, precisava ser feito com muita reflexão, mas a CAPES já havia "embarcado nessa canoa". A diretoria, mesmo sem consultar os programas, resolveu intermediar essa avaliação. Participar dessa avaliação significava participação mais ativa dos cursos, tanto na formulação como na execução do trabalho. Era importante que a ANPEd participasse e não deixasse tudo nas mãos da CAPES. Entramos em negociação com a CAPES nesse sentido e convidamos para uma reunião em Brasília, naquela ocasião, os coordenadores dos cursos mais consolidados. Nas negociações propúnhamos que a avaliação não considerasse apenas a qualidade, mas também o sentido social de cada curso (o contexto, o papel que desempenha o curso na sua região). Não se pode comparar, por exemplo, um pequeno curso no interior de São Paulo e um grande curso na capital. A CAPES continuava afirmando que tinha que fazer avaliação da qualidade no estilo que ela propunha. Chegou-se, mais tarde, a um acordo oficial que a avaliação deveria ser feita em duas etapas. Uma, que incluía apenas essa perspectiva estreita de qualidade e uma segunda etapa que incluía o contexto social no qual essas qualidades se inserem. Assim se fez o Convênio. Convidou-se a Maria Amélia Goldberg para conduzir o trabalho técnico de avaliação. Iniciou-se o trabalho e vários cursos estavam, naquela ocasião, receosos. Pensou-se que o trabalho era para punir os cursos mais fracos. Essa preocupação era correta, pois o que aparecia de forma evidente era a idéia de avaliar a produtividade dos cursos e, em nenhum momento destacou-se o contexto social. Embora os cursos pudessem estar cientes que o contexto social seria levado em conta, sabia-se que a perspectiva da CAPES era fundada na primeira linha. Pouco tempo depois de iniciada a avaliação, o diretor da CAPES veio a público fazer declarações que a área de pós-graduação em educação não prestava, era medíocre, etc.

Na ocasião dissemos que tal atuação prejudicaria a avaliação, tirando a própria razão de ser dela. O resultado foi exatamente esse. Na reunião realizada em Salvador, decidiu-se que o convênio devia ser denunciado. Essa decisão, se por um lado pode parecer corriqueira, por outro ela tem um sentido político muito grande, pois marcou a independência da ANPEd em relação aos órgãos financiadores.

Embora a Diretoria tivesse mantido o seu comportamento sempre de maneira independente em relação aos órgãos do governo, como a criação da ANPEd tinha sido feita por estímulo da CAPES e a gente tivesse sob o autoritarismo (78, 79), para muitos a ANPEd padecia dos defeitos da sua origem. Essa visão de denunciar o convênio marcou uma posição pública na ANPEd de independência. Esse é um marco histórico importante na vida da Associação.

Outro marco importante foi a promoção com a ANDE, CEDES e CEDEC, da 1ª Conferência Brasileira de Educação. A idéia surgiu ainda na reunião de Salvador, na qual foi denunciado o convênio da CAPES. Estavam presentes a Guiomar, a Berenice que era diretora da ANDE, e o Gadotti, do CEDES. Surgiu a idéia de convergir esforços para a realização de uma reunião que viesse a fortalecer a área educacional. Realizou-se em São Paulo, em 1980, a 1ª CBE, o primeiro espaço político para se debater a educação. A ANPEd, como as demais associações promotoras, teve um papel muito importante. Acho esse o segundo marco histórico da ANPEd.

O terceiro foi a transformação da ANPEd em associação que congregava não apenas cursos, mas também profissionais da área de educação.

Em breves relatos, essas são as principais etapas da vida da ANPEd. Hoje é uma associação já consolidada. Embora lutando com dificuldades e verbas cada vez menores, a ANPEd tem um éspaço conquistado na área da educação. Se por um lado serviu para fortalecer o intercâmbio entre os cursos de mestrado na sua fase inicial, por outro lado serviu e vem servindo para dotar o educador de maior organicidade. A ANPEd, portanto, se constitui numa sociedade civil organizada, funcionando de forma a permitir que os educadores levem adiante as suas reivindicações de forma mais eficaz.

Acho que a ANPEd desempenha um papel muito importante, congregando ao longo dos anos uma boa parte dos colegas que fazem pesquisa em educação e vêem refletindo a história da educação brasileira em função da sua dedicação e competência.

Outro aspecto também importante é ser a ANPEd a única sociedade de educação efetivamente nacional. Na ocasião de sua fundação e nos anos seguintes, educadores destacados na área e no País contribuíram para que a ANPEd se fortalecesse e viesse a se consolidar. Em outras palavras, a ANPEd sempre contou com a presença de educadores de muita liderança no cenário nacional, em suas reuniões. Dado que ela se constitui numa associação nominalmente nacional e que conseguiu congregar esses educadores dos diversos cantos do País, a ANPEd é reconhecida como nacional embora o seu nome por vezes pudesse assustar alguns e afastar alguns outros que pensassem que ela se preocupava apenas com o problema da pós-graduação, sua preocupação inicial. As demais associações que participam e participaram da CBE só recentemente vêm obtendo um caráter nacional.

A ANPEd se fortaleceu e passou a ser melhor reconhecida como uma associação de caráter nacional, graças à participação de vários colegas que vêm demonstrando interesse e capacidade de contribuir para reconstruir uma nova educação no País, e que sempre estiveram presentes no grupo da ANPEd contribuindo para o seu reconhecimento como entidade respeitável na área da educação.

Outro fato que merece ser destacado é que essa transformação de uma associação de profissionais, além da dimensão política em termos de orientação filosófica, de certa forma imprimiu novo ritmo de trabalho em que você contava com pessoas trabalhando e não com cursos apenas. Uma associação onde as pessoas estavam mais presentes do que antes.

Julieta Calazans – FGV/IESAE

A questão do meu contato com a ANPEd remete a minha origem. Sou da área de Ciências Sociais. Quando comecei a trabalhar na pós-graduação em educação, me senti totalmente fechada. O programa parecia-me uma clausura. Eu era uma pessoa que tinha permanente contato com os quadros da sociedade,

participava de movimentos sociais. Em 1973 lutava para encontrar um espaço. Achava necessário uma articulação da pós-graduação com as instituições do Estado, mas queria que fosse estabelecida uma relação onde não houvesse muita concessão.

Senti que se iniciava um movimento entre os profissionais que atuavam na pós-graduação para formar uma associação. Questionava-me, porém, como deveria ser esta Associação, especialmente diante do modo que elas vinham se constituindo. Preocupava-me com a formação de uma Associação formada de um conglomerado de programas, com um caráter bastante técnico, sem criar um espaço político para os profissionais que atuavam nos programas de pós-graduação.

A primeira reunião para fundação da ANPEd foi realizada na PUC do Rio de Janeiro e estive presente como um dos representantes do IESAE. Nessa reunião discutimos uma estratégia de trabalho junto aos cursos de pós-graduação sem, contudo, consolidar a fundação da Associação.

Em conversa com o diretor da CAPES, Prof. Darcy Closs, surgiu a idéia de se retomar a criação da ANPEd e assim assumi com outros colegas a realização de uma reunião na sede da FGV, em março de 1978. Foi uma reunião bastante polêmica. Existiam dois grupos interessados em encaminhar os destinos da Associação. Um grupo preocupava-se em aprofundar um estudo micro da educação; outro centrava as suas preocupações nas relações da educação com a sociedade, dentro de uma perspectiva macro e interdisciplinar.

Discutiu-se também a concepção de Associação. Que quadros esta Associação deveria comportar? Um dos grupos defendia que além dos sócios institucionais, a Associação deveria contar com a participação dos estudantes e professores como sócios individuais; outro defendia uma Associação simplesmente com os programas de pós-graduação nos moldes da ANPAD, ANPEC, tal como essas Associações eram estimuladas pela CAPES. Considero uma vitória a introdução dos sócios profissionais e estudantes. Acredito que essas presenças tiveram uma importância decisiva para o crescimento da Associação.

Passou-se, então, por um período provisório. No Seminário sobre "Produção Científica dos Programas de Pós-graduação em Educação", promovido pela CAPES e realizado em Curitiba, os sócios fundadores reunidos definiram aspectos ligados ao funcionamento da Associação e retificaram a primeira versão do estatuto.

A ANPEd saiu desta reunião como co-editora dos anais do Seminário sobre a Produção Científica da Pós-graduação em Educação, abrindo-se espaço para criação de reuniões científicas.

CONFRONTOS

Neste bloco, quisemos colocar a ANPEd face-a-face com outras associações: congêneres, por atuar também na pós-graduação; parceiras, por nos encontrarmos lado-a-lado com elas em atividades e lutas diversas; outras mais amplas e tradicionais.

No caso das congêneres, solicitamos às diretorias que preparassem um perfil da respectiva associação, em termos de: a) breve histórico, b) principais objetivos e compromissos, c) espaços conquistados e d) propostas de ação.

No caso da ANDE, CEDES, ANPAE, ANDES, assim como da SBF e da OAB solicitamos refletissem sobre o papel educativo e político que se atribuiam, bem como sobre a questão da autonomia financeira e as propostas de consolidação.

As matérias da ANPEC, ANDE e OAB tiveram como base entrevistas. Outras nos enviaram textos ou autorizaram a reprodução de relatórios. No caso da ANDE, em particular, preferimos manter o tom de diálogo.

Conforme explicitamos na nota editorial, não podemos contar a história de outras associações, o que lamentamos, mas temos expectativas de outras possibilidades de encontro.

Achamos que foram dados os primeiros passos no sentido de propiciar uma reflexão conjunta sobre o nosso fazer. Não temos dúvida quanto à necessidade de uma construção coletiva de definições.

ANPEC

Ricardo Tolipan
Secretário Executivo

A **Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia** é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que congrega instituições brasileiras que operam no campo da Economia através de pesquisas e formação de pessoal especializado a nível de pós-graduação. Foi fundada em 1974, em Minas Gerais, por iniciativa de um grupo de professores, tendo sua sede jurídica naquele Estado. Sua sede física é instalada, de cada vez, no órgão afiliado a que pertença o Secretário Executivo eleito para o mandato vigente.

A ANPEC foi e continua sendo um lugar de mobilização e organização da categoria dos economistas, cumprindo papel importante na formação de pessoal especializado em nível de pós-graduação. A partir de 1974, época de sua criação, esta entidade vem apoiando vários programas de pós-graduação em economia no Brasil, estando presente na formação de vários deles, além de congregar a maioria dos Centros de Pós-Graduação em Economia do Brasil.

Entre seus objetivos, destacamos: a) promover o intercâmbio entre as instituições associadas; b) incentivar a pesquisa econômica; c) assegurar o debate sobre temas da Economia pura e aplicada; d) desenvolver a divulgação de estudos econômicos.

Com efeito, somos um instrumento de incentivo à pesquisa econômica. Mais recentemente passamos a ter uma responsabilidade grande na gestão de um dos mais importantes programas de pesquisa econômica no País que é o Programa Nacional de Pesquisa Econômica, gerido pelo INPES, do qual somos co-gestores acadêmicos.

Entregamos, também, durante o nosso Congresso, o prêmio anual Haralambos Simeonidis para o melhor artigo ou os dois melhores livros e artigos do ano. Temos conseguido, ainda, embora timidamente, devido à dificuldade de recursos, a promoção de intercâmbio entre as entidades associadas à ANPEC. Quanto ao intercâmbio de professores entre centros, ainda encontramos alguns problemas. Na divulgação de estudos econômicos, os livros não têm sido a parte forte de nossa capacidade. Com algum êxito temos conseguido financiar textos para discussão nos diversos centros. Estamos certos, porém, que o incentivo à pesquisa econômica é o objetivo que decididamente conquistamos.

Assegurar o debate sobre temas de economia pura e aplicada é a meta do nosso Congresso anual. Além da realização desse evento, organizamos dois ou três seminários por ano nos diversos centros, com a mesma finalidade. As dificuldades maiores aparecem na divulgação de estudos econômicos, apesar de reconhecermos que os textos para discussão representam um incentivo à produção intelectual. Estes, contudo, se constituem em matérias pouco buriladas, faltando programas de comunicações mais avançados.

A ANPEC congrega de fato os doze principais Centros de Pós-Graduação em Economia do Brasil. Ela tem uma tradição de boas relações com a Universidade e se preocupou sempre com exercer uma certa diplomacia entre diversos centros, tentando pôr em contato e fazer conviver Centros tão diferenciados como são diferentes as diversas regiões do País. O ponto culminante desta diplomacia é o Congresso Anual da entidade. Ele tem uma função acadêmica de divulgar a produção anual dos seus membros, bem como de fazer com que a comunidade exista enquanto tal. Esta é a sua função socializante.

Por outro lado, na relação com o Estado, independente de sua atitude crítica ou não às diversas formas por que este passou, o economista teve sempre bastante prestígio junto ao oficialismo. Devido a este prestígio, a ANPEC teve sempre boa relação com o Estado, inclusive com agências financiadoras como CNPq, IPEA e FINEP, permitindo que a entidade pudesse fazer com algum sucesso a ponte entre sociedade civil e Estado, mesmo na sua forma autoritária.

A política de pós-graduação e pesquisa na área de economia tem sido objeto de discussão recente. No final dos anos 60 e início de 70, foi criado um programa de formação de

quadros de pessoal em nível de pós-graduação no exterior, por iniciativa de quatro aparelhos do Estado – IPEA, CNPq, CAPES e FINEP – precedidos pela FGV. Tal programa permitiu a constituição de uma geração de economistas muito bem treinados.

Quando essa geração foi subitamente retirada das universidades e levadas para o aparelho do Estado para substituir a gestão autoritária, nas universidades, houve dificuldade em repor esses quadros, tanto em nível de qualidade quanto quantitativamente.

Esse aspecto nos preocupa no momento. Temos um sistema de mestrado razoavelmente montado, mas seu papel ao longo desses anos tem sido o de substituir uma graduação deficiente, de produzir uma reciclagem. O curso de mestrado forma o economista de grau médio de boa qualidade – ele dá "acabamento" ao economista graduado brasileiro. Isto, contudo, não é suficiente para repor os quadros de corpo discente e mesmo os de gestão universitária.

É preciso continuar formando pessoal no exterior. Ainda que novos doutorados estejam sendo criados no Brasil, como é o caso do Instituto de Economia Industrial e o da PUC, é pouco provável que substituam um treinamento no exterior. Por outro lado, não se sente hoje a possibilidade de construção de um programa de formação de economistas no exterior, além do sistema permanente do CNPq e da CAPES.

É, portanto, da responsabilidade da ANPEC pensar a questão de recomposição de quadros com formação no exterior, sobretudo para recompor o corpo discente das universidades, inclusive para fortalecimento dos Mestrados em Economia.

Quanto ao incentivo à pesquisa, a Associação julga importante que o PNPE esteja sendo bastante incentivado pelo governo. Por outro lado, um programa de maior amplitude que possa apoiar institucionalmente os Centros de Pós-Graduação e não apenas propiciar apoio individual aos pesquisadores é algo a ser pensado de forma urgente.

Do ponto de vista das universidades brasileiras, sabemos que estas ainda são aparelhos pobres em relação às necessidades de pesquisa. Estas acumulam problemas seculares que não conseguiram resolver, sendo hoje estruturas arcaizantes. Penso que só através de recursos externos podem ser ativados certos setores de pesquisa no âmbito das universidades.

Os Centros de Pós-Graduação são o lugar onde o apoio externo pode incidir de forma mais eficiente. De forma ad hoc isto vem sendo feito, atualmente, pela FINEP e CNPq.

O cotidiano da ANPEC é muito ligado às iniciativas de sua Secretaria Executiva, que tem uma estrutura parlamentar. O Conselho Deliberativo da Associação é constituído de um representante de cada entidade associada, que funciona também como Assembléia Geral. É ainda assessorada pelo Secretário Executivo. Este Conselho elegerá anualmente um Presidente, embora isto nunca tenha ocorrido. O Secretário Executivo na verdade absorve as funções do Presidente. Temos ainda um Secretário Adjunto que substitui o Secretário-Geral.

Quanto à filiação de novos membros, há algumas restrições quantitativas. Qualquer nova afiliação de entidades deverá ser proposta, pelo menos, por um quinto (1/5) dos membros associados e objeto de parecer de comissão especial submetido ao Conselho Deliberativo.

A ANPEC é basicamente mantida pelo IPEA. Além dos recursos provindos desse órgão, temos uma taxa de administração pela co-gestão do Programa Nacional de Pesquisa Econômica. A entidade foi ainda objeto de uma doação feita pela Fundação Ford, no valor de 250 mil dólares; parte desse recurso pode ser usada para gastos da Secretaria Executiva.

Vale ainda ressaltar a programação do Congresso Anual da ANPEC, a ser realizado em Brasília, em 1987. A aula magna será proferida pela Economista Maria da Conceição Tavares e contaremos na sessão de abertura com a presença do Ministro João Sayad, ex-Secretário Executivo da Associação. Vamos comemorar os 25 anos de fundação da Universidade de Brasília e os 50 anos do livro "Teoria Geral", de Keynes.

ANPOCS

(Síntese do Relatório da Gestão 84/86. Autorizada a publicação por Sérgio Miceli, Secretário-Executivo).

A **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais** é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e que congrega programas e instituições brasileiras que operam no campo de Ciências Sociais através de pesquisa e formação de pessoal especializado a nível de pós-graduação.

a. Política de Filiação de novos Centros e Programas

A filiação à ANPOCS de novos programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa é um processo realizado em quatro etapas distintas:

1. apresentação da proposta de filiação da instituição à ANPOCS, endossada por 1/5 dos Centros e Programas filiados, juntamente com um dossiê detalhado da instituição solicitante;

2. elaboração de um parecer técnica sobre a instituição solicitante e, caso julgado necessário pela Diretoria, a visita de um membro da Diretoria da ANPOCS à instituição;

3. apresentação de parecer conclusivo da Diretoria da ANPOCS sobre a filiação da instituição solicitante;

4. apreciação pela Assembléia Geral do pedido de filiação.

A instituição que solicitar filiação à ANPOCS deverá comprovar:

1. o preenchimento dos requisitos estabelecidos nos Estatutos da ANPOCS;

2. ter objetivos predominantemente acadêmicos nas áreas de atuação da ANPOCS (Antropologia, Ciência Política e Sociologia);

3. demonstrar possuir uma identidade institucional claramente reconhecível como Centro de Pesquisa e/ou Pós-Graduação na área de Ciências Sociais.

Para a comprovação desta identidade institucional o Programa ou Centro deverá indicar em seu dossiê:

a) possuir um quadro estável de pesquisadores;

b) dispor de recursos próprios ou demonstrar capacidade de obtenção de financiamento de suas atividades junto a agências de fomento ou outras entidades financiadoras;

c) possuir regimento ou estatuto legal próprio ou gozar de relativa autonomia administrativa em relação à instituição mantenedora;

d) apresentar produção científica e/ou publicações nas áreas específicas de atuação da ANPOCS.

Tais decisões ensejaram algumas conseqüências quer quanto ao formato do Encontro Anual quer no que diz respeito aos procedimentos requeridos atualmente para se obter o status de membro do corpo político.

b. Prioridades Político-Institucionais

A atual Diretoria fixou quatro prioridades para sua gestão e logrou resultados fecundos em todos esses campos de atuação.

• Pós-graduação

A primeira delas prende-se à atenção especial conferida à problemática da pós-graduação em ciências sociais. Buscava-se com isso retomar um debate interno à ANPOCS (que já começa a repercutir em termos de presença da ANPOCS em outros foros e instituições) sobre a experiência brasileira recente de implantação dos cursos de mestrado e doutoramento. Esse processo complexo de "construção institucional" afetou profundamente todas as principais dimensões da moldura organizacional no âmbito universitário (carreira docente, titulação, projetos de pesquisa, modalidades de financiamento, formas associativas e representativas etc.) e da nossa profissão de cientista social dentro e fora do mercado acadêmico (centros de pesquisa, participação política em associações, sindicatos, partidos, presença no mercado editorial, nos demais mídias impressos e eletrônicos, seminá-

rios, congressos, competições etc.). O passo inicial consistiu em montar uma Comissão de Pós-Graduação integrada por representantes das diversas disciplinas e regiões e cuja tarefa básica seria a elaboração por escrito de um diagnóstico da pós-graduação em ciências sociais no País.

• *Publicações*

– Revista Brasileira de Ciências Sociais
– Boletim Informativo e Bibliográfico/BIB
– Anuário de Ciências Sociais
– Informe ANPOCS
– Edição Comemorativa do BIB
– Edição das teses laureadas

Em função de uma avaliação criteriosa da situação prevalecente no mercado de publicações especializadas em ciências sociais no País, a atual Diretoria decidiu tomar a peito o projeto de viabilizar a feitura de uma revista nacional, de caráter multidisciplinar, destinada a uma circulação prioritária, mas não exclusivamente acadêmica. De início efetivou-se um amplo trabalho de divulgação desse projeto junto aos centros e programas filiados, tendo sido realizadas reuniões em Recife, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em São Paulo. Ao mesmo tempo em que se buscava apresentar os contornos do projeto fazia-se também um esforço de incorporar sugestões e idéias quanto ao perfil intelectual e gráfico da revista. O passo seguinte consistiu em "vender" o projeto da revista aos financiadores potenciais. O ponto de partida em termos desse patrocínio foi a concessão de recursos a fundo perdido por parte da Comissão Fulbright destinados a cobrir parcela significativa dos gastos com a edição dos dois primeiros números. Em seguida, contamos ainda com as subvenções concedidas pela Comissão Editorial/FINEP/CNPq e em breve com o auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O projeto da Revista Brasileira de Ciências Sociais foi tomando corpo em várias frentes de trabalho, a saber, a elaboração do projeto gráfico (formato, tamanho, diagramação, títulos, capa etc.) a cargo de Diana Mindlin, a apreciação dos textos e trabalhos enviados pelo redator-chefe e pelo Comitê Editorial cuja designação obedeceu aos critérios já consagrados por disciplina e por região, e o trabalho indispensável de apoio institucional e logístico por conta do subeditor, do revisor, dos tradutores e demais colaboradores.

O *Boletim Informativo e Bibliográfico* continuou sendo publicado semestralmente, tendo sido editados nesse período os volumes nºs 18, 19, 20 e 21. Como se sabe, diversos números atrasados do BIB se encontravam esgotados, prejudicando a consulta dos estudantes e pesquisadores desse veículo profissional que se tornou uma fonte de referência obrigatória no campo das ciências sociais. Tal fato aliado à intenção de comemorar o êxito dessa publicação científica de que se orgulha a comunidade brasileira de cientistas sociais estão na raiz da edição especial em livro dos dez primeiros números do BIB, estando prevista a publicação do segundo volume contendo os BIB's 11 a 20.

A Diretoria decidiu também dar continuidade à publicação do *Anuário Ciências Sociais*, tendo sido editados os volumes 85 e 86 coligindo uma seleta de trabalhos apresentados nos 9º e 10º Encontros Anuais (84 e 85). O processo de seleção dos trabalhos nesses dois anos resultou de indicação dos trabalhos por conta dos coordenadores dos GTs. com base em consultas aos participantes dos GTs., em seguida submetidos à leitura e seleção final pelos integrantes do Comitê Acadêmico. Tanto o volume comemorativo do BIB como o *Anuário Ciências Sociais* foram publicados em co-edição com a Editora Cortez que assume também as tarefas de distribuição e comercialização de todas as publicações da ANPOCS.

A ANPOCS financiou ainda a publicação da *melhor tese de mestrado* ("Capitalismo e Cooperativismo Industrial no Rio Grande do Sul", de Laura Maria Goulart Duarte/UFRS) e da *melhor tese de doutorando* ("Araweté: uma visão da cosmologia e da pessoa tupi-guarani", de Eduardo Viveiros de Castro/ Museu Nacional/UFRJ), respectivamente,

em co-edição com LPM Editores de Porto Alegre e com Jorge Zahar Editor do Rio de Janeiro. Os recursos para subvenção desses livros foram concedidos pela Fundação Ford.

O boletim trimestral, o chamado *Informe ANPOCS*, foi ampliado e continuou sendo editado e distribuído aos centros e programas.

c) Concurso Brasileiro de Teses Universitárias e Obras Científicas em Ciências Sociais

Com recursos concedidos pela Fundação Ford, pela Financiadora de Estudos e Projetos/FINEP e pelo Banco do Estado de São Paulo, a Diretoria teve condições de realizar um antigo anseio de nossa comunidade e que já fora encampado pela Diretoria anterior. Desde o ano passado, a ANPOCS vem promovendo um concurso anual destinado a premiar as melhores teses de mestrado, doutorado e a melhor publicação de ciências sociais de todo o Brasil, o assim designado "Concurso Brasileiro de Teses Universitárias e Obras Científicas em Ciências Sociais".

d) Intercâmbio Internacional

Embora não tenha sido possível alcançar resultados tão expressivos neste campo, a Diretoria da ANPOCS procurou, na medida do possível, lançar a Associação no caminho do intercâmbio internacional. Essa política se traduziu numa participação ampliada de professores e pesquisadores estrangeiros (latino-americanos, norte-americanos e europeus) durante os Encontros Anuais, num estreitamento de laços com instituições congêneres, como por exemplo a FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), a CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais), e uma aproximação crescente com entidades científicas que já vinham demonstrando grande interesse e abertura em relação às ciências sociais no Brasil (como por exemplo, a Maison des Sciences de l'Homme, dirigida pelo Prof. Clemens Heller, e a Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, dirigida pelo Prof. Marc Augé, ambas sediadas em Paris, entre outras). A experiência negativa nessa área foi a participação no XVI Congresso Latino-Americano de Sociologia, promovido pela Associação Latino-Americana de Sociologia.

e) Políticas de Apoio aos Centros e Programas Filiados

A principal realização nessa área foi o convênio firmado entre a ANPOCS e a Inter-American Foundation em 30 de setembro último, às vésperas do X Encontro Anual. Tendo sido fruto de um ano inteiro de negociações, esse Convênio deverá distribuir bolsas de pesquisa em favor de estudantes e docentes-pesquisadores vinculados aos programas de mestrado das regiões norte e nordeste, nas seguintes áreas de conhecimento: Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Economia, História, Demografia, Educação etc. Nos dois primeiros anos de operação, esse Concurso de Bolsas, com recursos concedidos pela Fundação Inter-Americana, deverá conceder entre um mínimo de 8 e um máximo de 12 auxílios, cada um deles num montante equivalente entre U$ 5.000 e U$ 6.000 dólares. O comitê de avaliação dos projetos foi constituído de modo a integrar uma cota de cientistas trabalhando nos programas de mestrado ou em centros de pesquisa regionais ao lado de um grupo de pesquisadores sediados em outras regiões, mas reconhecidamente habilitados a julgar com grande competência por terem se distinguido cientificamente como especialistas das questões candentes e prioritárias que afetam as regiões cobertas pelo convênio. Oportunamente, tão logo a Secretaria Executiva tenha recebido a resposta confirmatória aos convites em vias de serem endereçados formalmente, poder-se-á divulgar os nomes dos colegas membros do Comitê de Bolsas para o Concurso ANPOCS – Inter-American. A atual Diretoria decidiu aprovar esse Concurso por enxergá-lo como um instrumento estratégico para a expansão, a con-

solidação e o aperfeiçoamento institucional dos programas de mestrado da área norte-nordeste, bem como para oferecer condições de trabalho estimulantes aos talentos emergentes entre os mestrandos e os docentes-pesquisadores. A qualidade do trabalho científico em ciências sociais no País certamente se beneficiará com isso, o mesmo podendo-se prever com relação à força institucional e científica das ciências sociais no Brasil. O referido Convênio prevê ainda a realização de atividades, tais como cursos de extensão, seminários e publicações, sempre atendo-se à finalidade de priorizar os programas, estudantes e docentes das regiões norte-nordeste. Talvez se possa implantar mais adiante programas congêneres em outras regiões carentes, o que depende tanto de iniciativa da Diretoria, mas sobretudo da vontade política dos centros e programas potencialmente favorecidos e das entidades financiadoras.

O Concurso de Dotações para Pesquisa ANPOCS-Ford teve continuidade em 1985 e 1986. Como resultado de entendimentos mantidos com a própria Fundação Ford, a Diretoria incumbiu o Comitê de Bolsas de proceder a um estudo-avaliação dos concursos passados desde o ano (1980) em que passou a ser administrado sob a responsabilidade da ANPOCS. Com base em indicadores quantitativos (distribuição por estado/região, disciplina, temas etc.) e na compreensão das variações e persistências de orientação temática, o relatório elaborado pelo Comitê de Bolsas permitiu diagnosticar alguns problemas que o Concurso vinha enfrentando, em especial no tocante ao processo de avaliação dos resultados e na reformulação das categorias de projetos a serem apreciados. Esses dois tópicos constituem a agenda da reunião do Comitê de Bolsas no X Encontro Anual e decerto seus integrantes farão as modificações julgadas necessárias à luz da experiência acumulada e já sugeridas pela leitura do relatório. Aliás, a renovação do Convênio Ford-ANPOCS incluiu um aumento modesto, mas significativo, dos recursos destinados ao Concurso. Muito embora as agências como CNPq e CAPES tenham ampliado o atendimento aos programas em termos do número de bolsas distribuídas anualmente, tais auxílios não cobrem, via de regra, o período chave de redação das dissertações. O Comitê de Bolsas e a Diretoria da ANPOCS entendem que o Concurso de Bolsas Ford-ANPOCS continua desempenhando um papel fecundo e crucial no que concerne à produção acadêmica e aos níveis já alcançados de desempenho científico no interior do campo das ciências sociais. Por isso mesmo, aguardam-se com grande interesse as sugestões a serem formuladas pelo Comitê de Bolsas com vistas ao aperfeiçoamento do atendimento prestado pelo Concurso às demandas dos mestrandos e pesquisadores atuantes no corpo docente dos programas ou junto às equipes dos centros de investigação filiados.

A ANPOCS colaborou ainda para viabilizar a realização de encontros e seminários regionais, esforço que vem tendo um resultado particularmente frutífero no caso dos centros nordestinos.

O novo convênio Ford-ANPOCS destina uma parcela de recursos para a realização de encontros temáticos e/ou regionais cuja sistemática ainda precisa ser estabelecida. Seja como for, decerto a Diretoria buscará utilizar esses fundos no contexto de uma política ampliada de apoio aos centros e programas que encontrou alento ao longo desta gestão através das iniciativas acima referidas.

f) Participação da ANPOCS na Política Científica

A ANPOCS teve sua participação bastante ampliada nos foros de discussão e (SBPC, em especial) nas agências de gestão e formulação da política científica e tecnológica, tendo marcado presença na apreciação do relatório apresentado pela Comissão de Sociedades Científicas, nas sucessivas etapas do processo de indicação dos representantes das diversas áreas do conhecimento no Conselho Deliberativo do CNPq e dos porta-vozes das ciências humanas e sociais na nova Comissão de Sociedades Científicas, no encaminhamento de

prioridades para o Plano de Metas do Ministério da Ciência e Tecnologia, e sobretudo na indicação de representantes das ciências sociais para integrarem o Comitê dessa área no CNPq. Em todas essas atividades de representação, os membros da Diretoria se empenharam em exercer seu mandato mediante amplas consultas aos centros e programas filiados e junto às lideranças reconhecidas da comunidade de ciências sociais. Sempre que possível, ou melhor, quando os prazos exíguos de resposta assim o permitiam, enviamos aos centros e programas filiados correspondência circunstanciada a respeito dos tópicos e indicações em pauta. Nessas oportunidades, buscamos via de regra ampliar nossos contactos junto às entidades representativas da área (sobretudo, a Associação Brasileira de Antropologia/ABA e a Sociedade Brasileira de Sociologia/SBS), muitas vezes oferecendo o aval da ANPOCS em tomadas de posição da ABA ou colaborando com a SBS assumindo a iniciativa de mobilizar os recursos necessários à viabilização da viagem de um grupo expressivo de cientistas sociais ao Congresso Internacional de Sociologia em Nova Delhi. Queremos consignar aqui nossos melhores agradecimentos aos dirigentes da SBPC, da ABA, da SBS, da ANPUH, da ABEP e demais entidades científicas com as quais trabalhamos nesses dois últimos anos.

A ANPOCS fez ainda indicações de nomes para integrarem os júris de premiação designados pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo na área de ciências sociais.

ANPEPP

Aroldo Rodrigues
Presidente

a. Antecedentes Históricos

A **Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia** surgiu após várias reuniões de Coordenadores de cursos de Pós-Graduação, reuniões estas convocadas pela Dra. Carolina M. Bori quando era membro do Comitê Assessor do CNPq na área de Psicologia. Seguindo-se a estas reuniões preparatórias, a ANPEPP foi oficialmente criada em outubro de 1983, durante a XIII Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto. A Dra. Maria Amelia Matos, da USP, assumiu provisoriamente a Presidência, tendo como Secretária também *pro tempore* a Dra. Analúcia Dias Schliemann da UFPE e, como Tesoureiro, o Dr. Timotly Mulholland da UnB. Coube a esta Diretoria tomar as medidas necessárias para que se realizasse em junho de 1984 a primeira reunião dos Conselheiros da ANPEPP, na PUC/RJ, com a finalidade de eleger a primeira Diretoria com o mandato estatutário de dois anos para a Associação. A primeira Diretoria eleita para o biênio 1984-1986 foi constituída assim: Dra. Carolina M. Bori, Presidente; Dr. Aroldo Rodrigues, Vice-Presidente; Dra. Terezinha F. Carneiro, Secretária; e Dr. Álvaro Duran, Tesoureiro.

b. Realizações da 1ª Diretoria

Durante a gestão da Diretoria acima indicada, em quatro reuniões de Diretoria e em quatro reuniões do Conselho de Representantes foram planejadas e levadas a cabo as seguintes realizações:

a) nomeação de uma Comissão destinada a levantar a produção em psicologia no Brasil; esta Comissão encontrou bastante dificuldade em levar adiante sua missão e está, no momento, com seus trabalhos interrompidos;

b) constituição de uma Comissão sobre Política Científica Brasileira e a Psicologia. O documento final desta Comissão foi discutido e aprovado na última reunião do Conselho de Representantes. O documento é de autoria dos professores Dr. Silvio Botomé (UFSC), Dra. Maria Amélia Matos (USP) e Dr. José Augusto Dela Coleta (UFU);

c) constituição de uma Comissão integrada pelos professores Dr. Aroldo Rodrigues (UGF/FGV), Dr. Alvaro Tamayo (UnB) e Dra. Rosa Macedo (PUC/SP) para estudar o sistema de avaliação de programas de pós-graduação

da CAPES e oferecer sugestões; um relatório preliminar desta Comissão foi discutido na última reunião do Conselho de Representantes. Este trabalho continua e o professor Cílio R. Ziviani (UFRJ/UGF/FGV) está encarregado de apresentar três documentos, o último dos quais será discutido na próxima reunião do Conselho de Representantes em julho de 1987; espera-se que, em decorrência do trabalho do Dr. Cílio R. Ziviani e da discussão que ele ensejará, surja uma proposta de sistemática de avaliação de cursos de pós-graduação em psicologia a ser apresentada à CAPES;

d) a ANPEPP atendeu a solicitações e consultas a ela dirigidas por entidades governamentais (MCT, CAPES, CNPq), associações científicas e outras instituições ligadas à pesquisa e à pós-graduação;

e) foram editados dois números do Boletim da ANPEPP;

f) a ANPEPP patrocinou eventos científicos nas reuniões da SBPC e da SPRP;

g) a Diretoria da Associação enviou solicitações de auxílios financeiros a órgãos de financiamento do Governo.

c. Eleição e Planos da atual Diretoria

Nos dias 19, 20 e 21 de junho de 1986 reuniu-se no Rio de Janeiro o Conselho de Representantes da ANPEPP para, entre outras atividades, eleger a Diretoria para o biênio 1986-1988. A nova Diretoria ficou assim constituída: Presidente, Dr. Aroldo Rodrigues; Vice-Presidente, Dra. Analúcia Dias Schliemann; Secretário, Dr. Cílio R. Ziviani; e Tesoureiro, Dr. José Lino Bueno.

Dentre as metas estabelecidas pela atual Diretoria, destacam-se os seguintes pontos:

a) dinamizar o Boletim da Associação, tornando-o um meio efetivo de comunicação entre os membros, suscitando debates, informações úteis e oportunidade de avaliação crítica da atuação da Associação;

b) propiciar maior informação sobre os núcleos de pesquisa em Psicologia e ciências afins existentes no Brasil, bem como sobre as pesquisas neles empreendidas ou em curso;

c) promover uma revisão dos atuais Estatutos;

d) desempenhar papel crucial no que diz respeito à participação da comunidade científica na escolha dos integrantes dos Comitês Assessores das agências de fomento, bem como apresentar sugestões concretas e bem fundamentadas no sentido de aperfeiçoar o sistema de avaliação de cursos de pós-graduação a cargo da CAPES;

e) aumentar sua participação nas reuniões da SBPC.

O novo Boletim já está em preparação e em breve será divulgado. As informações sobre os núcleos de pesquisa estão sendo coletadas. Um documento analisando a avaliação da CAPES de 1984, na área de Psicologia, está concluído e, em abril de 1987, um outro, analisando a avaliação de 1986, estará pronto. Em julho de 1987, por ocasião da reunião anual do Conselho de Representantes, um terceiro documento, apresentando as conclusões finais sobre o assunto e propondo um modelo de avaliação de cursos de pós-graduação em Psicologia será discutido, aperfeiçoado e apresentado à CAPES. A ANPEPP já propôs à SBPC a realização, na reunião anual de 1987, de três Simpósios Multidisciplinares: um sobre Avaliação de Programas de Pós-Graduação, outro sobre Como Deve Ser a Pós-Graduação no Brasil e um terceiro sobre Subdesenvolvimento Nacional: Suas Causas e Sua Superação.

d. A ANPEPP e os Órgãos de Fomento

Neste curto período de sua existência, a ANPEPP logrou marcar presença junto a alguns órgãos de fomento (CAPES e CNPq, principalmente), embora sua influência nestes e em outros órgãos oficiais deixe ainda a desejar. Neste particular é que nos parece ser de grande utilidade a proposta da ANPEd de procurar atuar em conjunto com as Associações congêneres, de vez que isso nos concederá a todos maior força junto aos órgãos oficiais. A estrutura estatutária da ANPEPP tem criado obstáculos a um maior dinamismo, agilidade e eficácia da Associação. Daí a necessidade de sua reformulação. A ANPEPP logrou obter

da Comissão de Consultores Científicos convocada pela CAPES em 1986 a manutenção dos critérios estabelecidos pela Comissão anterior. Isto teve a vantagem de permitir que os cursos que acataram as recomendações da Comissão de 1984 lograssem melhor conceito e, ainda, a vantagem de possibilitar uma análise mais consistente da validade da sistemática adotada, a qual está sendo objeto de estudo aprofundado como já mencionamos anteriormente.

Se confirmados os dois primeiros Simpósios Multidisciplinares propostos pela ANPEPP à SBPC, esperamos definir melhor as linhas mestras da política de pós-graduação e de pesquisa no País. Paralelamente, um esforço está sendo feito para divulgar o que se faz no Brasil em matéria de pesquisa em Psicologia para, em seguida, avaliar o quadro e apresentar sugestões.

ANPUH

Caio César Boschi
Presidente

A **Associação Nacional de Professores Universitários de História** (ANPUH), fundada em 1961, apesar de sua nomenclatura, não congrega apenas profissionais atuantes no magistério de 3º e 4º graus de nossa área do conhecimento. Desde 1979, de acordo com os Estatutos da agremiação, o quadro social é composto de graduados em História; pós-graduados em História ou em cursos que tenham área de concentração em História e pessoas que hajam publicado trabalhos em quaisquer ramos da História, desde que recomendados por um Núcleo e referendados pela Diretoria Nacional.

Genericamente, os objetivos da ANPUH são o aperfeiçoamento do ensino de História em seus diversos níveis; o estudo, a pesquisa e a divulgação de assuntos de História e a defesa das fontes e manifestações culturais de interesse dos estudos históricos.

A ANPUH tem sede em São Paulo e núcleos nas diversas unidades da Federação. Suas atividades são desenvolvidas pela Diretoria Nacional, pelos Núcleos Regionais e/ou em cooperação com organizações similares. Nesse sentido, nossa entidade promove o intercâmbio de idéias entre seus associados, através da realização de simpósios nacionais e de encontros estaduais, de cursos de extensão e de outros eventos de interesse da área e também da manutenção de publicações periódicas, dentre as quais se destaca a *Revista Brasileira de História*, nosso órgão oficial.

Assim, nesse vasto campo de atuação e em tão amplo universo de associados, a política de pós-graduação e pesquisa na área de História compõe uma de nossas preocupações básicas, cabendo-lhe atenção especial, atribuída a um Comitê Assessor, integrado por três professores de cursos de pós-graduação, escolhidos por eleição da Assembléia Geral Ordinária, dentre os colegas vinculados aos quinze programas desse nível de ensino ora existentes no País.

Entretanto, cumpre assinalar uma certa singularidade para o nosso caso, ou seja, o fato de que, a exemplo do que ocorre na Educação, na Economia, nas Ciências Sociais e em outras ciências afins, não há na área de História uma associação específica para cuidar de questões atinentes à pós-graduação e pesquisa. O que se constata é que a ANPUH, ainda que não se dedicando exclusivamente a essas atividades, tem sido a entidade reconhecida e credenciada para tais matérias na área, seja no âmbito da comunidade acadêmico-científica (tanto interna, como externa ao nosso campo, v.g., SBPC), seja junto a órgãos governamentais e agências de fomento (os consultores da área de História da SESu/MEC são todos membros da ANPUH, assim como os assessores do CNPq e da CAPES).

ANDE

Depoimento de Selma Garrido Pimenta e José Carlos Libâneo, da Diretoria da **Associação Nacional de Educação**, *em nov. 1986.*

1. SIGNIFICADO

Origens e Objetivos

SELMA – Uma entidade existe e sobrevive na medida em que responde a determinadas necessidades históricas. Pesquisas e estudos, realizados na década de 70, mostram que a expansão quantitativa de oportunidades educacionais não correspondeu a uma efetiva socialização do conhecimento. A criação da ANDE, em 1979, dá-se no momento em que um grupo de educadores retoma uma bandeira de luta já empunhada por outros no passado: educação pública e gratuita para a totalidade da população, tendo em vista o acesso de todos ao conhecimento.

LIBÂNEO – A ANDE se organiza em torno do ideal básico de valorizar o ensino público e democratizar a escola. Entendemos que a escola pública é o lugar da educação escolar, concebida como meio de transmissão e criação da cultura. Ao democratizar o conhecimento, a escola pode contribuir para a democratização da sociedade. Neste sentido, a ANDE defende não apenas a ampliação da rede escolar, permitindo que todos possam aí ocupar o seu lugar, mas também a melhoria da qualidade do ensino, que garanta a permanência dos alunos na escola. Isto significa lutar por padrões de qualidade compatíveis com as características sócio-culturais e individuais da clientela majoritária da população. A ANDE se preocupa, ainda, com a organização do trabalho escolar e com as condições de trabalho do professor, enquanto mediações para que se concretizem os objetivos fundamentais da escola pública.

SELMA – A ANDE tem sido identificada ora como uma associação de professores de 1º grau, ora como de professores universitários. Na verdade, contamos em nossos quadros com educadores de todo os graus de ensino, muitos atuando em outras instâncias diferentes da educação formal. Quando preconizamos o ensino de 1º grau, nós o fazemos integrando esta discussão no conjunto de uma política nacional de educação. Aliás um dos grandes obstáculos à realização dos objetivos da ANDE é que no Brasil há a tendência de se tratar a educação de forma fragmentada. Mesmo com a legislação educacional fortalecida a partir da década de 40, não houve preocupação em analisar e solucionar os problemas da área numa perspectiva abrangente.

LIBÂNEO – A ANDE é uma entidade civil que atua em cima das grandes propostas relacionadas à educação. Nossa linha de atuação é eminentemente política, e não sindical ou corporativista...

SELMA – ... o que não implica que não tenhamos voz em questões específicas dos diferentes grupos de educadores. Demos nossa contribuição aos últimos movimentos grevistas em São Paulo, por exemplo, através de análises que pretendiam ultrapassar os interesses imediatos dos segmentos dos educadores envolvidos.

2. ATIVIDADES

LIBÂNEO – De certa forma, a entidade tem caráter de centro de estudos onde, através de publicações, seminários, debates, mesas redondas, encontros, difundem-se dados, informações, sugestões e críticas em torno das políticas educacionais. A ANDE toma posição diante das medidas educacionais administrativas e pedagógicas, tanto do sistema de ensino nacional, quanto dos sistemas estaduais e municipais. Promove também a realização das Conferências Brasileiras de Educação, em conjunto com o CEDES e a ANPEd, assim como apóia politicamente outras entidades e movimentos na área da Educação. Além disso, a ANDE desempenha um papel pedagógico em relação a seus associados, através de três instrumentos: a revista, os boletins e a imprensa. Participa ainda de encontros promovidos por Secretarias de Educação de diversos Estados, e por órgãos federais ou por associações com propostas pedagógicas identificadas com as da ANDE.

SELMA – A participação da ANDE nesses eventos mostra que o espaço para se discutir educação pode ser intensivamente explorado, colocando a educação ao lado de lutas políticas mais amplas.

3. OS NÚCLEOS REGIONAIS

LIBÂNEO – A atual Diretoria da ANDE tem como marco de sua atuação o esforço de ampliar os núcleos regionais, cujo único compromisso é aderir à Carta de Princípios da entidade. A partir daí, desenvolvem-se atividades autônomas. Hoje encontram-se em funcionamento os núcleos de Pelotas, Goiás, Rio, Santa Catarina, e Sergipe. Nos demais Estados temos representantes, pessoas com as quais mantemos contatos freqüentes. A organização de núcleos regionais resultará na descentralização da entidade e ampliação da causa. Em cada capital ou cidade do País poderemos ter um núcleo formado por educadores do nível superior, do 1º e 2º graus, além de especialistas, técnicos, educadores ligados ao ensino profissionalizante, educação popular etc. Com isso se utilizará plenamente o potencial da ANDE para mobilizar a sociedade em torno das questões educacionais, e as escolas em torno do seu trabalho. Esses núcleos poderão representar um elo com os pais de alunos de 1º e 2º graus, os maiores interessados em pressionar a escola pública para que ela cumpra as funções esperadas.

SELMA – Embora os núcleos possam representar um espaço de discussão para as questões regionais, sempre se tem em vista que essas apenas adquirem sentido quando se articulam a aspectos mais amplos e gerais.

4. ANDE – ENTIDADE AUTÔNOMA

LIBÂNEO – O fato da ANDE ser uma entidade aberta, livre, sem compromissos político-partidários e institucionais, pode ampliar seu espaço de atuação, dependendo da capacidade da Diretoria e dos associados em ocupar este espaço. A Diretoria da ANDE é composta por pessoas que exercem uma série de atividades e cedem parte de seu tempo livre à entidade. São profissionais ligados à universidade, a instituições de pesquisa como a Fundação Carlos Chagas, ao CENAFOR, ao SENAI, SENAC, às redes públicas de ensino de 1º e 2º graus. Além dos 11 cargos eletivos, temos desenvolvido como prática a incorporação de colaboradores junto à Diretoria, o que não apenas assegura uma efetividade de trabalho, como amplia a participação na entidade. Os sócios em geral não têm o mesmo sentido de militância que os membros de Diretoria. Para eles, fazer parte da ANDE significa receber a revista da Associação. Os educadores como um todo ainda não estão convictos da importância de um movimento coletivo em torno da causa democrática. Isso se reflete na ANDE, quando se percebe, por exemplo, a inexistência de disputa ao se eleger nova diretoria. Daí que o trabalho de fortalecimento da entidade é difícil e sacrificado para os que nele se empenham.

SELMA – Em vários momentos chegamos a nos angustiar como fato da ANDE ser uma associação nacional, e não podermos afirmar que ela seja representativa da nação. A quem representa a ANDE? Esta pergunta se cruza com a questão da mobilização. Quanto mais os associados se mobilizarem em torno das causas da ANDE, mais representativa e legítima será nossa Associação. Isto, contudo, não se estabelece *a priori*. É produto do próprio movimento da sociedade.

Houve épocas em que nos perguntamos se a ANDE não deveria se vincular a um partido político. Avaliamos então que, se por um lado ela teria mais força, por outro perderia sua dimensão autônoma. Ao recusar identificar-se com um partido político determinado, a ANDE abre possibilidades de participação aos setores progressistas fragmentados pelos diferentes partidos de esquerda.

LIBÂNEO – A ANDE é autônoma porque seu funcionamento não depende de nenhuma entidade. É impulsionada pela participação militante de Diretoria e pelo trabalho voluntário de pessoas identificadas com os objetivos e lutas da Associação. A participação no partido político não visa apenas ao interesse público, mas implica muito vezes o atendimento a interesses privados – vide o clientelismo que marcou as campanhas eleitorais. Quanto às entidades corporativas, com freqüência obtêm recursos dos descontos efetuados pelo Estado nas próprias folhas de pagamento. Para a ANDE, que não é nem partido, nem entidade

sindical, essas benesses inexistem. Assim, sua militância tem um valor especial. Estamos certos, contudo, de que a ANDE cresceria muito se tivéssemos condições de assegurar recursos financeiros, e portanto melhor infra-estrutura.

A opção de sermos uma entidade autônoma tem o aspecto positivo de criar um espaço de liberdade, mas nos coloca inúmeros problemas de natureza material e de uma fragilidade institucional que se revela quando se trata de organizar eventos de maior porte. Falta de recursos para construção de sede própria, dificuldade de se organizar a secretaria e produzir materiais de apoio, tudo isso segura a expansão dos associados. Afinal, a ampliação dos associados geraria uma demanda por revistas, boletins e correspondência, que não poderíamos sustentar com uma administração artesanal.

SELMA – A expectativa a longo prazo é que a ANDE seja uma entidade autônoma, com recursos próprios. Por outro lado, ainda que a Associação não tenha vínculo com organismos do Estado, isto não significa que ela não deva receber apoio financeiro para suas realizações. A ANDE é autônoma, mas é pública. Recursos do Estado não têm o dom de comprometer ideologicamente suas realizações. Alguns sentem "pruridos" quando sabem que a ANDE recebe recursos de órgãos públicos para realização da CBE. É preciso superar isso. Verbas públicas têm que ser destinadas a instituições públicas – dentre elas, a ANDE.

LIBÂNEO – O mesmo raciocínio se aplica a outros contextos. Embora a ANDE defenda sua autonomia face ao Estado e outras instituições, isto não significa que ela negue apoio a propostas ou medidas de caráter oficial, compatíveis com a Carta de Princípios da entidade. A manifestação pública dos posicionamentos da ANDE face à política educacional dos últimos anos a nível nacional, estadual e municipal está documentada nos Boletins bimestrais da entidade, nos Boletins dos Núcleos, na Revista da ANDE, nos Anais das CBEs, em programas de rádio e televisão e em inúmeros pronunciamentos através da imprensa jornalística e de revistas.

5. PARA O FORTALECIMENTO DA ENTIDADE

LIBÂNEO – O fortalecimento poderá ocorrer através do espaço de implantação dos Núcleos Regionais, da criação de mecanismos de maior participação dos associados, através da promoção de mais eventos, além de maior periodicidade da revista e do boletim, o que viria atender à expectativa de grande número de associados. Por sua vez, tais atividades requerem uma maior autonomia financeira que garanta uma secretaria executiva, bem como condições físicas e materiais de funcionamento.

SELMA – Além disso é preciso cada vez mais ter a possibilidade de incorporar à ANDE pessoas que estão fazendo estudos e pesquisas da educação na realidade brasileira, o que fortalecerá a linha pedagógico-política da entidade. Penso, ainda, na importância de as entidades de educação desenvolverem atividades que propiciem fortalecimento mútuo em torno de bandeiras de luta que lhes sejam comuns.

6. FINALIZANDO ...

A ANDE é uma sociedade civil autônoma, cujos recursos financeiros provêm exclusivamente do pagamento da anuidade pelos sócios. O número de associados da ANDE no país é carca de 2.500, sendo estes de todos os Estados.

O Boletim da ANDE é publicado bimestralmente, exceto quando há necessidade de número extra. Nas duas últimas gestões publicaram-se 03 boletins extras.

A Revista da ANDE tem periodicidade semestral e encontra-se no número 10 – este número contém um índice remissivo por artigos, temas e autores. Os números 11 e 12 estão no prelo, devendo sair em março e abril, respectivamente (estes dois números referem-se ao ano de 1986). Este atraso revela as inúmeras dificuldades financeiras e de disponibilidade de tempo das pessoas empenhadas na publicação da revista, uma vez que se configura como trabalho voluntário.

A tiragem inicial do Boletim e da Revista é de 5 mil exemplares, sendo que já foram feitas cerca de 5 reedições de cada número da Revista, bem como tiragens especiais de alguns números que foram indicados em concursos públicos de ingresso na carreira do magistério de vários estados brasileiros.

O recebimento da Revista e do Boletim é assegurado a todos os associados em dia com o pagamento da anuidade.

Associar-se à ANDE significa mais do que receber Revista e Boletim — significa comprometer-se com sua Carta de Princípios, militando para que ela se torne realidade.

CEDES

Depoimento do Colegiado

O **Centro de Estudos Educação e Sociedade** surgiu em março de 1979, em Campinas, SP, como resultado da atuação de alguns educadores preocupados com a reflexão e a ação ligadas às relações da educação com a sociedade. Foi criado com o intuito de promover e incentivar debates e críticas sobre a educação brasileira, tendo como seu cerne a luta contra a educação do colonizador, que é a nossa educação dominante, e propor uma educação que não seja apenas interrogativa, crítica, mas que seja afirmativa, na busca de alternativas válidas. Considerando que a crítica seja necessária, estimulante, mas insuficiente, tem como princípio a necessidade de indicar os primeiros passos para a superação das nossas contradições, geradas pela divisão social do trabalho, pela exploração e pela dominação ideológica. Para atingir esse princípio a arma não pode ser apenas a palavra, mas, igualmente, a ação, orgânica e coesa, em torno de objetivos traçados lucidamente. Foi nesse sentido que foi criado o CEDES, congregando educadores, cientistas da educação e estudantes, entidade que tem como objetivo a abertura de caminho, de luta contra a resistência oferecida pela inércia e garantia de continuidade do trabalho.

O compromisso do CEDES efetiva-se através de:

— realização de estudos e pesquisas;

— organização de seminários, colóquios, simpósios, ciclos de estudos, cursos, conferências;

— manutenção de contatos com instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras, em ciências da educação a fim de assegurar intercâmbio e cooperação de pesquisadores, troca de informações e estabelecimento de convênios;

— publicações que assegurem a socialização do conhecimento produzido no campo educacional, no sentido de divulgar o novo conhecimento, propiciar reflexões e análises e promover a crítica para a criação e fortalecimento da "sociedade do discurso" na área de educação.

O CEDES edita a *Revista Educação e Sociedade*, que tem como perspectiva explorar e aprofundar a teoria e a prática e suas relações, no âmbito do conhecimento sócio-educativo, como também participar no movimento de reorganização do campo educacional. A Revista, lançada em 1978, está no seu 26º número. Edita também o *Caderno do CEDES*, atualmente no seu 18º número, que, tendo o mesmo objetivo da Revista, entretanto, dirige-se a leitores mais específicos (sobretudo professores de 1º e 2º Graus), restringindo cada número ao aprofundamento de uma única temática.

Além da *Revista Educação e Sociedade* e *Cadernos do CEDES* constituíram outros marcos significativos do CEDES;

1) O I Seminário de Educação Brasileira, realizado na UNICAMP, em 1978, que teve como tema central a formação do educador, discutida, naquele momento, através da Redefinição dos cursos de Pedagogia e Licenciatura. Esse Seminário teve importância histórica no relançamento do movimento dos educadores, não só pelo seu tema, como também por constituir o primeiro encontro e primeiro momento de reflexão coletiva sobre educação após 64, movimento este oriundo da ação de educadores e profissionais do ensino. O lançamento do primei-

ro número da Revista Educação e Sociedade e esse I Seminário de Educação Brasileira deram origem ao CEDES;

2) a consolidação desse Seminário deu-se através da realização da I CBE (PUC-SP, 1980), II CBE (UFMG, 1982), III CBE (UFF-Niterói, 1984) e a IV CBE (UFG-GO, 1986) organizadas com outras entidades (o II Seminário de Educação Brasileira que deveria ter sido realizado em 1979 foi absorvido pelas CBEs);

3) realização de cursos e palestras sobre Educação e Saúde;

4) participação nos movimentos local, regional e nacional de reformulação dos cursos de Pedagogia e Licenciatura:

— Comitê Pró-Participação na Definição da Formação do Educador e lançamento em 1981 do Cadernos do CEDES nº 2 — "A Formação do Educador — Questões para Debates";

5) apoio às novas entidades e associações que surgiram no campo educacional;

6) presença nos movimentos sociais em educação e participação na reorganização do campo educacional;

7) participação em congressos, encontros e seminários sobre educação;

8) interferência nas políticas municipal, estadual e nacional, no campo da educação;

9) intervenção, durante o início do processo de anistia, no sentido do retorno ao País de educadores brasileiro no exílio;

10) participação nas decisões sobre políticas de linhas de pesquisa com agências financiadoras e outras entidades;

11) organização de núcleos do CEDES nos Estados da Federação;

12) promoção, ao lado de outras entidades, do II Encontro de Revistas Brasileiras de Educação, em Campinas, maio de 86;

13) participação no Grupo de Trabalho junto às agências financiadoras de apoio de um programa às Revistas Brasileiras de Educação.

No início o CEDES, face ao contexto político, não ficou isento das pressões políticas e financeiras, que as poucas instituições que visavam à organização do campo educacional viveram de forma extremamente aguda. Mantendo sua independência em relação ao Estado, na sua fase inicial o CEDES tomou posição de luta na conquista democrática, sobretudo dentro do campo da educação.

O CEDES, particularmente no seu início, conviveu com dificuldades financeiras que chegaram a ameaçar sua sobrevivência e que interferiram em seu funcionamento e no cotidiano de suas atividades, provocando, por exemplo, mudanças consecutivas de sua sede.

Evidentemente, o CEDES não deixou de conviver com crises internas, sendo a mais forte a de 1982, que bem gerida e resolvida culminou com a mudança de seus estatutos, transformando a diretoria, com cargos específicos, em colegiado.

Atualmente o CEDES está em relativo equilíbrio, trabalhando no projeto de sua expansão, através da criação de seus núcleos.

A articulação/comunicação/participação dos associados com a Diretoria efetua-se através de reuniões, circulares, correspondência, telefone etc. Nos encontros nacionais sempre são realizadas Assembléias dos sócios bem como reuniões. O maior vínculo que o CEDES tem com seus associados é o núcleo, que cria uma ligação direta entre os sócios, organização local e diretoria. Evidentemente suas publicações (Revista e Cadernos) constituem vínculos constantes.

Com muito trabalho, o CEDES, hoje, possui relativa autonomia financeira, sem haver jamais dependido de financiamento do Estado. A UNICAMP vem possibilitando instalações para o CEDES durante algum tempo e na atual gestão, essas instalações foram consideravelmente ampliadas. Sua colaboração entretanto não interfere na autonomia do CEDES.

O CEDES mantém o objetivo político que caracterizou o seu aparecimento, quando, num período de desmobilização política, colocou como objetivo atuar, juntamente com outras instituições, no sentido de participar do trabalho de organização do campo educacional no País.

Surgiu como uma instituição que pretendia dar sua contribuição no setor educacional, no trabalho de resistência às práticas repressivas do Estado autoritário.

O CEDES, ao surgir, no contexto de 1979 – um marco no movimento de organização dos educadores do País – tinha e tem, como papel político ser um instrumento de luta, ao lado de outras instituições que atuam no movimento social, no sentido da democratização da sociedade. Tem como papel político, dentro dessa luta mais ampla, realizar um trabalho mais específico, voltado para a democratização da educação.

Desde que surgiu até agora, procura atuar no sentido de incentivar e dinamizar a produção cultural e suas outras atividades para politizar o debate educacional.

É uma entidade que, na sua organização, procura, através da participação dos educadores, abrir espaço para uma participação no movimento da educação a nível nacional.

Ao lado das instituições que atuam no movimento social, o CEDES tem um papel mobilizador e organizador.

O CEDES defende o respeito à autonomia da entidade na sua inserção no quadro mais geral dos movimentos sociais.

Também no seu papel político, o CEDES procura exercer um "controle democrático sobre o Estado". Nesse sentido, tem procurado exercê-lo principalmente com relação às políticas sociais, mais especificamente, com relação à política educacional, nos seus diferentes níveis. Nessa perspectiva, temos sempre como preocupação, não perdermos a capacidade de crítica enquanto entidade, combatendo as manipulações feitas pelo Estado.

Temos, como papel político, a defesa da escola pública, que deverá ser realmente democrática. Ainda como papel político temos tomado posição contra as propostas de políticas educacionais ambíguas, "anacrônicas", de "visão estreita" que não são "compatíveis com o nível de conhecimentos acumulados no setor da educação, nem com as demandas de democratização na área educacional".

O CEDES, através da produção cultural que veicula, procura colocar em debate "critérios teóricos, políticos e técnicos", no sentido da manutenção da crítica, assim como da elaboração de propostas, em termos de uma política educacional democrática para o País.

Procura, nesse papel político, manter a crítica constante com relação a esses próprios critérios, assim como, com relação às propostas formuladas pelo Estado.

Procura na produção cultural que veicula, combater a "mistificação de idéias e personalidade".

Procura, no seu papel político, ter sempre presente também a preocupação com a democracia interna na vida da entidade.

ANPAE

Maria Beatriz Moreira Luce
Presidente

O tema deste painel me parece oportuno e desafiante. Oportuno, porque acontece num período de transição democrática, no qual uma ampla mobilização da sociedade tem permitido que nós educadores nos dediquemos e nos sintamos, inclusive, chamados a tentar compreender e assumir mais de perto a relevância política da ação renovadora em educação. Neste momento nossas Associações têm se revigorado, algumas têm alastrado suas bases e, assim, temos sido chamados a uma definição mais clara e, ao mesmo tempo, a uma ação mais efetiva.

De um lado, este momento tem se constituído num apelo para que deixemos bem definidas nossas posições e propostas e façamos nossas ações mais a descoberto. De outro, tem sido um período de muitas atividades e idéias novas. Idéias e ações que muitas vezes têm nos atropelado. No afã de estarmos respondendo e participando, parece-me que nossas Associações não têm tido ocasiões de se encontrarem e mesmo no interior de cada Associação, não temos tido o tempo necessário para re-

fletirmos sobre as conseqüências mais profissionais e a maior prazo de muitas daquelas ações e decisões que tomamos, em função de problemas do cotidiano, de nossa região ou de outros mais imediatos de nossa área.

Nesse sentido, considero oportuna a discussão desse tema. Considero-a também desafiante, principalmente porque vai exigir que hoje, aqui e agora, tentemos nos despojar, nos desnudar, para fazermos uma avaliação crítica do papel que nossas Associações têm tido e das possibilidades que temos, enquanto associações de profissionais da área da educação, de nos envolvermos e assim desenvolvermos realmente uma dimensão educativa.

Ao pensar sobre o tema, procurei pautar minhas anotações através de algumas questões: o que é uma Associação? É uma entidade jurídica que congrega e representa grupos de pessoas, ou seja, uma Associação é um órgão que reúne, promove discussões, define posições e se articula para procurar os interesses comuns de seus membros. Enquanto é lugar onde nos reunimos, discutimos, tomamos posições e nos articulamos para procurar defender os interesses que temos em comum, vemos que uma Associação não deixa de ser basicamente um ambiente, um "locus" de deliberação e, assim, é um ambiente de mediação de interesses. Por ser locus de mediação, ela é uma entidade política.

Uma segunda questão seria: quais os fins comuns que orientam nossas Associações? Falo aqui a partir da experiência da ANPAE, fazendo um reflexão que traz o viés da minha visão, compartilhada por muitos colegas Embora tenhamos tido fins comuns, temos história e contexto bastante diferenciados. A ANPAE nasceu há 25 anos, fundada por um grupo de professores, diretores de escola e de administradores. Estes nem sempre eram formados em administração, pois na época não existia a profissão ou habilitação de administração educacional. A ANPAE surge exatamente porque Administração Escolar era disciplina ministrada nas escolas normais e faculdades de filosofia que, nos Cursos de Formação de Professores, discutia o contexto, o país, a organização social e política da educação. Mas isto se fazia conforme condicionantes do momento, o ano de 1971, onde se enfatizava a escola enquanto organização burocrática e se desenvolvia num corpo de conhecimentos próprios. A Administração Escolar, como era chamada naquela época, era uma disciplina comum à formação de todos os educadores — da professora normalista, inclusive nas escolas normais rurais (aquelas escolas do 1º ciclo que equivaliam ao antigo ginásio), à escola normal dos Institutos de Educação, e nos Cursos de Licenciatura das Faculdades de Filosofia.

A ANPAE surge esteiada nesses professores de Administração Escolar que buscavam, através da Associação, contato mais estreito com colegas de outros Estados, de outras instituições e com seus ex-alunos que estavam na prática do ensino, nas Escolas Normais e na administração dos sistemas de ensino. Ela não nasce identificada exatamente com a questão da direção de escolas e não tem estado necessariamente identificada nesse sentido.

Nos seus primeiros anos, quase viveu como Associação exclusivamente durante seus simpósios; não tinha recursos e a contribuição anual é até hoje o meio de sua sobrevivência. O que se conseguiu fazer nesses primeiros anos foi manter um Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, que se realiza, desde 1961 até hoje, a cada dois anos. (No período de 3 a 7 de novembro de 1986, realiza-se o 13º Simpósio Brasileiro de Administração, em João Pessoa).

Com o passar dos anos, a Associação e seus associados foram sentindo a necessidade de ampliar os meios de encontrar o que havia de comum em seus interesses. Assim, progressivamente, foram sendo editados anais, conferências e os Cadernos de Administração Escolar, publicação não-periódica. Aquele editado por ocasião dos 20 anos da ANPAE apresentou uma retrospectiva crítica da evolução do conhecimento na área de administração escolar no Brasil, tendo alcançado maior difusão. Na década de 70, surge a necessidade

de uma comunicação periódica e mais freqüente, para que a ANPAE pudesse existir e se alastrar.

Criou-se, assim, o *Boletim Informativo* da ANPAE, no início mimeografado, depois impresso. É uma publicação bastante simples, mas permite o contacto com o que se faz nos diferentes Estados e regiões do País. Em 1983, em termos de conquista, ousamos a decisão de publicarmos a *Revista Brasileira de Administração da Educação*, com textos mais longos, visando à formação e discussão de idéias, ao relato de pesquisas e ao debate sobre experiências em andamento. É uma revista que tem tido o reconhecimento de vários cursos de graduação e pós-graduação e considerada por órgãos avaliadores de periódicos, como de muita boa qualidade. Apresenta tiragem efetiva de 2.000 exemplares.

Sabemos, contudo, que uma Associação não existe somente pelas suas publicações. Revendo a experiência da ANPAE, notamos que uma das atividades enriquecedoras de sua vida é a atividade das reuniões locais. Nesse sentido, a partir de 1980 fizemos uma reestruturação na organização da ANPAE. Ela é uma organização nacional, presidencialista, onde temos Vice-Presidentes Regionais e, a partir daquela data, convivemos com a experiência extremamente construtiva das Seções Estaduais. Assim, a nível dos Estados e Núcleos em alguns municípios-chave, a Associação vive durante todo o ano e não somente quando a *Revista* ou o *Informativo* chegam à casa do associado. Existe mesmo numa reunião mensal, como é o caso do Ceará. No nordeste, temos seções estabelecidas, com boletins circulares mimeografados, ágeis para comunicação entre os associados.

Mas a Associação não se esgota com esta comunicação de base, com esta organização local. Uma atividade esporádica que pensamos incrementar é o intercâmbio. Temos tido oportunidade de crescer muito trocando experiências com outras associações de educação, como por exemplo com entidades que patrocinam a Conferência Brasileira de Educação; embora, por razões jurídicas não nos seja possível co-patrociná-la. Temos nos engajado nos movimentos de educação, nos associamos à SBPC, onde temos procurado organizar sessões maiores. Temos, ainda, procurado contacto com associações da área de países da América Latina e internacionais.

Penso que nós brasileiros já estamos com uma experiência bastante interessante para trocar, em termos de reflexão. Precisamos, principalmente através do mecanismo de intercâmbio, ter condições de repensar e criticar aquela influência estrangeira que sofremos nas atividades de educação e que não passou pela eleição dos educadores. Temos tido, inclusive, oportunidade de levar nossa crítica à assessoria externa, aos trabalhos que outros países, em especial os Estados Unidos que tanto influenciaram nossa política educacional. Levamos hoje nossa crítica à experiência de sua influência "colonizadora" para discussão nas associações de educação e de administração educacional do exterior.

Contando um pouco da história da ANPAE através desses fatos, penso que só poderemos chegar realmente a tentar enunciar alguma resposta à segunda questão por mim colocada e referente às finalidades: fins comuns que definem e orientam nossas associações, se enfatizarmos que os desdobramentos mais recentes no âmbito da ANPAE, e talvez das outras associações, têm levado a uma ampliação muito grande não só da quantidade de associados, mas também na diversidade destes.

Neste momento que o País atravessa, no qual as grandes mudanças ocorreram na sociedade brasileira e onde os próprios educadores têm participado dessas mudanças, também não podemos deixar de pensar em que medida a ANPAE e outras associações participaram efetivamente dos acontecimentos exteriores a elas; como e porquê mudamos como associação, como fomos aumentando o número de sócios, nos reorganizando, tendo novos caminhos, publicações, eventos e propostas políticas.

Ao chegarmos mais perto do tema desta mesa, *Dimensão educativa das associações*, não podemos deixar de problematizar ainda mais para atingirmos a questão focal.

Ao mesmo tempo que coloco esta questão, não posso esquecer que ela necessariamente tem um par, ou seja: será que existe uma dimensão não-educativa, anti educativa nas nossas associações? Aqui temos algo para refletir, ou seja: o que é dimensão? Dimensão, entendo, é algo que é ao mesmo tempo um espaço e uma posição, neste mesmo espaço ou noutro. Logo, uma dimensão se expressa pelo pensar e pelo fazer. Uma dimensão é também um lado, uma face, e assim estamos aqui procurando conhecer e pensar na face e no braço educativo das nossas associações. O que é então educar? Ante tantos e competentes educadores, temo pretender esboçar qualquer definição; no entanto, justamente por ser educadora e estar entre educadores, não posso me omitir e deixar de tentar clarear o elemento fundamental deste nosso tema.

Como pensar e falar sobre o que se fez e deixou de fazer, contra ou a favor da dimensão educativa das Associações, sem dizer o que se entende por educação? Eis, pois, a minha tentativa, bastante aligeirada. Creio que a educação (não é idéia exclusivamente própria) é o processo pelo qual o ser humano aprende a conhecer a si mesmo e a lidar com o seu meio; assim sendo, é um processo de mediação no seio da prática social global. A educação está, assim, sempre referida a uma sociedade concreta e situada historicamente. Interdependente das demais manifestações sociais; e dependente, em especial, da estrutura política e das relações econômicas da sociedade a que se refere. Esta colocação sobre educação é oportuna para um possível parâmetro em nossa avaliação da dimensão educativa que as associações têm assumido ou deixado de assumir.

Se podemos afirmar que educação é conhecimento de si mesmo; é aprender a lidar com o meio, como será que nossas associações estão trabalhando esta dimensão educativa, ao difundirem idéias e ao atuarem promovendo a conscientização e a capacidade das pessoas para, compreendendo a si e ao seu mundo, lidar e viver em seu meio?

A dimensão educativa vai assim mediar — na prática social global, concreta e histórica — as necessidades e os interesses daqueles indivíduos que vão se conhecendo e lidando com seu meio. Cabe, então, mais uma questão: pode a dimensão educativa de uma associação ser vista exclusivamente como aquela que visa à educação só de seu associado, só daqueles que conseguiram associar-se a outros, que já conseguiram, inclusive, identificar-se como categoria e como grupo social? Qual é o sentido de uma educação que leva ao auto conhecimento daqueles que já conseguiram este mínimo de educação para se conhecerem a si mesmos, e justamente em se conhecendo são capazes de lidarem com o seu meio? Como podemos pretender falar ou ter uma dimensão educativa, enquanto nos voltarmos exclusivamente aos quadros internos; formos associações procuradoras dos interesses daqueles que já lograram educação suficiente para perceber que a associação é um instrumento para lidar com a estrutura política e econômica que estamos vivendo?

Que conceitos de educação temos por detrás dessas nossas associações, enquanto somos capazes de ver a sua dimensão educativa como aquela que leva ao aperfeiçoamento técnico, à conscientização política somente dos seus associados? Que dimensão educativa é esta? Penso que não estamos desatentos a este ponto e nesse sentido temos redimensionado continuamente nossas atividades.

No seio das Associações nem sempre todas as idéias são pacíficas. Existem conflitos de opiniões e de idéias. No caso da ANPAE, especificamente, temos procurado ser e temos sido desde a sua definição inicial, uma associação que recebe, congrega e procura os interesses comuns de quaisquer pessoas, quaisquer educadores que se interessam pelo ensino e pela prática da administração da educação. Temos estado abertos a formados em faculdades e outros que não chegaram à faculdade, a pessoas que ocupam posições de administradores e que podem e querem contribuir na reflexão sobre a administração. Nesse sentido é que os temas que mais têm explicitado uma dimensão educativa são os que se referem à democratização da educação. Consolida-se cada vez mais, no âmbito da ANPAE, algumas propostas e bandeiras de luta, tais

como: pela democratização do ensino, sim, mas não somente pela democratização do acesso à educação, mas pela democratização da gestão da educação. É preciso a gestão democrática nas instituições educacionais para que possamos, justamente pela função reprodutora que a escola e a educação têm, educar o nosso aluno e a própria comunidade, mostrando que uma organização pode ser democrática.

Empenhamo-nos pela superação da divisão do trabalho e, consequentemente, pela superação da fragmentação do saber e do fazer na escola. Tudo isto não nos basta no momento, principalmente por reconhecer a própria especificidade da Administração da Educação enquanto corpo teórico e enquanto campo de práticas, nos limitarmos à democratização da educação e à democratização da gestão da educação. Estamos empenhados — e esta é a maior possibilidade da dimensão educativa da ANPAE — na democratização do saber próprio e específico da Administração da Educação. Estamos tentando nos conscientizar de que não foram os educadores e os próprios práticos da administração que propuseram e defenderam a especificidade fragmentada e separada do conhecimento e da carreira em administração da educação. Estamos empenhados, ainda, na valorização da área e do especialista porque o conhecimento é importante; mas, ao mesmo tempo, nos empenhamos em democratizar este conhecimento e recuperar sua importância na formação do professor e do educador.

Conferência proferida por ocasião do Congresso de Supervisores, Recife, 1986
Matéria publicada sem revisão do autor

SBF

Ramayana Gazzinelli
Presidente

Criada para congregar físicos, professores e estudantes de física e estimular o desenvolvimento dessa ciência no País, a *Sociedade Brasileira de Física* está comemorando vinte anos de existência em 1986.

A Sociedade foi fundada em uma época difícil, em pleno regime autoritário, e atravessou todo o período manifestando com clareza e firmeza seu repúdio às perseguições políticas, às cassações brancas de direitos e à restrição às liberdades públicas em geral. No período mais duro do regime a SBF elegeu como presidentes cientistas aposentados e perseguidos pelo regime — um deles praticamente exerceu seu mandato no exílio. Uma visão política de longo alcance orientou todas as diretorias desde a fundação da entidade, o que evitou que a Sociedade, para atingir metas imediatas, se transformasse em linha auxiliar dos governos autoritários. Isto granjeou para a Sociedade o apoio de seus sócios e o respeito de outras sociedadees científicas.

A Sociedade é constituída por cerca de 2.500 sócios ativos, que se congregam em secretarias regionais na maioria dos Estados. É dirigida por uma diretoria, eleita bianualmente, um Conselho composto de dez membros com mandatos de quatro anos, renovado pela metade a cada dois anos, e uma Assembléia Geral.

As atividades científicas são exercidas principalmente através dos periódicos editados pela Sociedade e das reuniões científicas que organiza. São editadas quatro revistas. A *Revista Brasileira de Física*, dedicada à pesquisa científica, divulga no País e no exterior pesquisas principalmente realizadas no Brasil; circula desde 1971 com periodicidade trimestral, tem um bom corpo de árbitros, é editada principalmente em inglês e é indexada. A *Revista de Física Aplicada e Instrumentação*, lançada recentemente — está em seu terceiro número— pretende ser um veículo de comunicação não só entre físicos, mas também entre estes e pesquisadores de áreas afins; seu objetivo principal é divulgar trabalhos de física aplicada e de instrumentação que tenham relevância para o desenvolvimento da ciência e tecnologia nacionais. A *Revista de Ensino de Física* é voltada para a área de educação universitária e de segundo grau e é editada em português principalmente. São publicados ain-

da um *Boletim Informativo* que contém artigos de divulgação científica e notícias da Sociedade e um noticiário quinzenal junto ao *Informe Ciência Hoje* da SBPC.

Outra atividade científica importante da SBF é a organização de reuniões científicas. Além de patrocinar, em conjunto com outras Sociedades Científicas nacionais ou estrangeiras, reuniões científicas de caráter variado, a SBF organiza a Escola de Física Jorge André Swieca, um congresso científico anual em conjunto com a reunião anual da SBPC, um Simpósio Nacional de Ensino da Física e quatro reuniões tópicas: Física da Matéria Condensada, Física de Partículas e Campos, Física de Energias Intermediárias e Física Nuclear. Todas estas Reuniões têm se realizado regularmente nos últimos anos e constituem um fator importante no desenvolvimento da física no País; delas participam pesquisadores, professores e estudantes de pós-graduação que têm assim a oportunidade de completar sua formação e relatar seus primeiros trabalhos de pesquisa.

A Sociedade Brasileira de Física tem sido muito atuante na defesa da ciência e tecnologia nacionais divulgando informações ou agindo diretamente junto a órgãos governamentais. Como exemplos dessa atuação podem citar-se seu empenho pela participação da comunidade científica nos órgãos deliberativos do CNPq, CAPES e FINEP, pelo aumento da parcela do orçamento nacional dedicada à ciência e desenvolvimento tecnológico e à defesa do plano nacional de informática.

A Sociedade tem desenvolvido desde sua fundação uma luta constante pelo controle do Programa Nuclear Brasileiro pela Sociedade Civil e contra o desenvolvimento de armamentos nucleares. Recentemente com a Associação Física Argentina, emitiu uma nota conjunta de apoio ao entendimento das suas nações nessa área e solicitando a seus governos a criação de mecanismos de fiscalização mútua das instalações nucleares.

Em relação à Universidade a SBF acredita, conforme manifestação recente da Diretoria e Conselho, que o relatório da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior aponta na direção correta no que se refere a questões importantes como: estímulo ao desenvolvimento mais autônomo da Universidade, reformulação do Conselho Federal de Educação, carreira do magistério baseada no mérito, fortalecimento da pesquisa e pós-graduação e, sobretudo, a ênfase em qualidade e desempenho avaliados externamente, segundo critérios bem estabelecidos.

A Sociedade Brasileira de Física é principalmente uma Sociedade Científica e evita adotar uma atitude corporativa. Em relação à regulamentação da profissão, por exemplo, defende a implantação no Brasil de um sistema de regulamentação profissional menos restritivo e corporativo do que o atual.

Este é um perfil impressionista da Sociedade Brasileira de Física. Através deste quadro sumário de suas atividades e preocupações pode-se talvez perceber o que ela é.

OAB

Hermann Assis Baeta
Presidente

A **Ordem dos Advogados do Brasil,** criada em 1930, é uma instituição que tem como finalidade defender e disciplinar os advogados em todo o território nacional, além de defender a ordem jurídica e a Constituição do Brasil, contribuindo para o aperfeiçoamento das instituições político-jurídicas. Essa última é uma atribuição superior, porque política, mas não partidária.

No Estatuto da OAB há um dispositivo que proíbe expressamente o envolvimento da Ordem em questões pessoais, religiosas, político-partidárias. A política que praticamos é política de consciência, arte e técnica do Estado, nessa linha de aperfeiçoamento das instituições político-jurídicas, em direção a uma sociedade democrática e dentro dela o Estado de Direito.

Entendo que só é possível exercer uma advocacia plena num Estado de Direito Democrático; num Estado onde existe opressão e tirania ela não é possível, embora os advo-

gados, mesmo sofrendo as contingências de um regime opressor, autoritário, até mesmo tirânico, exerçam a profissão. Mas, neste caso, exercem-na com dificuldades.

Essas funções, do ponto de vista teórico, chamamos de funções técnico-jurídicas – e dizem respeito ao exercício profissional da advocacia. A outra, a função político-jurídica, diz respeito à luta pelo aperfeiçoamento das instituições jurídico-nacionais. As pessoas às vezes confundem a nossa ação, algumas por falta de informações sobre a nossa entidade, outras por malícia ou má-fé.

Ao longo desse período de 56 anos, nos projetamos na sociedade brasileira. No Estado Novo, em 1937, a OAB teve atuação surpreendente junto ao Tribunal de Segurança. Lutou em defesa dos direitos humanos, pela dignidade da cidadania e contra a ditadura.

Houve um caso clássico, o de Sobral Pinto, designado pela OAB para defender dois comunistas: Carlos Prestes e Harry Berger. Este fato nos honra muito, pois, tratando-se de presos comunistas, Sobral Pinto, que era e é católico por convicção, não se negou à defesa dos cidadãos que estavam sendo torturados e massacrados no cárcere. Tanto assim que ele, num determinado momento, invocou a lei de proteção aos animais já que os dois cidadãos estavam sendo tratados como um animal qualquer, um animal irracional.

Também nesse período a OAB teve atuação no plano internacional: lutamos contra a 2ª Guerra Mundial, com manifestações contundentes contra o nazi-fascismo. Nos anais e atas está tudo isso esclarecido. Nesse período, a Ordem era regida pelo que chamamos hoje de "Velho Regulamento", que não tinha uma norma expressa como a que existe no Estatuto atual, que é de 1963.

A própria vida exigiu que os advogados lutassem por uma modificação do "Velho Regulamento", porque, à época, era preciso que se fizesse uma combinação com o nosso Código de Ética para fundamentar juridicamente a posição da Ordem em questões político-institucionais. Hoje não encontramos dificuldades porque o art. 18, inciso 1º, do Estatuto em vigor, é expresso, embora leve muitos advogados ligados a interesses dominantes a questionarem-no. Certos veículos de informação ainda nos acusam, querendo que tenhamos posição acomodada e submissa, ou alinhada ao poder. Felizmente, a quase totalidade dos advogados brasileiros demonstra que a linha política da Ordem está correta. As eleições realizadas em todo o território nacional, no mês de novembro de 1986, confirmaram tal fato.

Quanto à relação Ordem dos Advogados e Estado, a OAB se caracteriza por uma extrema e total independência, de não submissão ou alinhamento político ao Estado, o que nos possibilita criticá-lo. Tentou-se, há algum tempo, na gestão do Ministro Buzaid, subordinar a OAB ao Ministério do Trabalho, chegando-se, inclusive, a editar um decreto que nós não respeitamos. Denunciamos também um segundo decreto. Finalmente, o Consultor Geral da República, Dr. Rafael Mayer, emitiu Parecer analítico sobre a função da Ordem na sociedade brasileira e concluiu pela sua total independência e desvinculação a qualquer órgão estatal. Esse Parecer foi aprovado pelo Gal. Geisel, Presidente da República na época, acabando com a polêmica. Mesmo se tivessem mantido o decreto nós não iríamos obedecer. Há uma consciência muito profunda entre os advogados dessa independência. O dia em que nos tornarmos dependentes do Estado, acabou a advocacia.

Outra questão diz respeito aos partidos políticos. Também não temos nenhuma vinculação a eles. Sempre gosto de dizer que a Ordem luta pela legitimidade e democratização do poder, enquanto os partidos políticos – alguns lutam por isso também – mas todos lutam pela conquista e manutenção do poder. Se queremos a legitimidade e democratização do poder, não podemos estar subordinados nem ao Estado nem aos partidos políticos.

É claro que em determinados momentos há pontos coincidentes entre a Ordem e a von-

tade do Estado e de alguns partidos políticos. É o caso, por exemplo, da reserva de mercado da informática, onde temos a mesma posição do Governo, tanto que recentemente fizemos um ato público na sede da ABI para defender a reserva de mercado da informática. Procedemos assim sem perder a identidade da nossa instituição. Outras vezes entramos em choque com o Governo, por questões aparentemente fora do âmbito da advocacia, como a Reforma Agrária; a dívida externa; a luta por uma política econômica independente voltada para os interesses nacionais; a questão da educação e da universidade, para que esta seja um órgão de pesquisa científica, de formação de técnicos e cientistas para o desenvolvimento e não apenas um conjunto de escolas para transmitir conhecimentos sem nenhuma função crítica; e a questão da saúde, que deve ser pública e plural, custeada pelo Estado, para que todos os cidadãos possam ter estabilidade biológica e mental, e não como acontece hoje no Brasil.

Defendemos, ainda, a independência dos Tribunais que, no caso brasileiro, existe apenas no papel. Na prática os membros dos Tribunais são nomeados pelo Poder Executivo. Por isso, em princípio, não se pode falar em Poderes independentes. Além disso, o orçamento financeiro do Poder Judiciário é proposto e gerenciado pelo Poder Executivo, como também a própria estrutura orgânico-administrativa judiciária.

Temos ainda questões com o Estado no que diz respeito à garantia e proteção dos direitos humanos. Nesses últimos 21 anos, os 36 parágrafos do art. 153 da Constituição, que tratam dos direitos fundamentais do homem, foram desrespeitados e ainda estão sendo. Lutamos para que num futuro ordenamento constitucional se instituam mecanismos que possibilitem a efetivação e garantia desses direitos na prática. Neste ponto, surge o grande choque nosso com o Estado que é, na realidade, o grande violador desses direitos, além de outros previstos no texto constitucional. Por exemplo: o art. 141 da Constituição dispõe sobre a participação de um profissional da advocacia na composição dos tribunais, no caso o Tribunal Superior do Trabalho. Essa norma tem o sentido de, na estrutura pluralista do Tribunal, fazer com que a experiência cotidiana dos advogados se faça presente nos tribunais visando a contribuir para a boa e correta aplicação da justiça. Isso significa dizer que essa vaga só pode ser preenchida por um profissional da advocacia no efetivo exercício da profissão. Contudo, o Presidente da República acaba de nomear um ex-senador que não exerce a advocacia. Com as informações negativas recebidas de três seções da Ordem, indicadas pelo beneficiado como locais onde exerceu a profissão, enviamos telex requerendo para que a norma fosse respeitada, o que não aconteceu. Vamos tentar agora um mandado de segurança.

Como vimos, nossa atividade é espinhosa, pois lutamos no plano estritamente profissional e no plano político-institucional. O que queremos é transformar a sociedade extremamente injusta, desequilibrada, autoritária e elitista, que tem 70 milhões de habitantes em estado de pobreza e miséria. Como falarmos em estado de direito se metade da população vive sem direitos?

Queremos evitar esses ciclos que eu chamo de autoritarismo agudo – o Estado Novo e de 64 a 85. Se tivermos uma atividade permanente, poderemos contribuir para evitar o ressurgimento de um ciclo autoritário grave e partir para a implementação e busca de uma sociedade amplamente democrática, não-excludente. Apesar de lutarmos pelas questões estritamente profissionais, não podemos abandonar as questões acima, mesmo porque elas são interdependentes.

O advogado, embora não tenha o título de professor, exerce uma pedagogia – no exercício da profissão. Até mesmo numa petição inicial, estamos criticando e defendendo uma sociedade mais justa. Nada mais pedagógico do que esse trabalho. Não podemos conceber a justiça, na sua essência, numa sociedade desigual, onde poucos têm tudo e muitos não têm nada. Assim, ao colocarmos a questão da igualdade, da justiça e da liberdade, isso implica uma função pedagógica.

O advogado, tanto ao fazer a sustentação oral, como ao fazer um recurso, onde ele critica a lei existente partindo de uma visão axiológica do Direito, está fazendo uma pedagogia.

Um grande prolema que enfrentamos é o choque com a lei existente. Na maioria das vezes, ela é incapaz de resolver o fato concreto — assim, muitos positivistas do direito querem ajustar o fato à lei e não ajustar a lei ao fato. Nós, advogados e juízes, temos que resolver o conflito e o drama humano que não estão na lei e sim fora dela. É preciso, então, que tenhamos uma visão crítica, axiológica do Direito, para num determinado momento abandonar normas escritas e resolver o drama humano com a justiça e os princípios gerais do Direito.

Sabemos que por trás da lei há uma ideologia. Há uma ideologia da classe dominante para preservar seus privilégios, para continuar, como ocorre ao longo da sociedade brasileira, revezando suas elites no governo. Desde a Colônia, sabemos que as elites apenas se revezam no poder — o povo fica extremamente marginalizado. Nas eleições recentes este fato é facilmente detectado. Quem vai para o Congresso Nacional? Denunciamos isto há pouco tempo, na luta por uma Constituinte livre, soberana, independente e exclusiva, pois previamos o que aconteceu: um Parlamento que vai surgir excluindo cerca de 30% da população votante (os que votaram em branco ou anularam o voto). Dentre seus participantes, poucos são os que vêm das classes populares da sociedade brasileira — e são esses parlamentares recentemente eleitos que vão fazer uma Constituição que é um documento essencialmente político do cidadão.

Assim, no processo constitucional brasileiro, desde a Constituição Imperial de 1824, verifica-se que o povo ficou sempre marginalizado.

Na Constituição do Império, houve apenas 1% de participação popular; na de 1981, apenas 3%; na de 1934, 5%; na de 1946, considerada a mais democrática, 15%. Enquanto a população estava marginalizada, as elites tiveram grande poder de manipulação. E ainda continuam manipulando!...

Então, o que é o Direito? Na minha concepção, o Direito é um instrumento de libertação, mas no Brasil é um instrumento de dominação.

Quanto à organização do sistema advocatício, podemos dizer que nossos antecessores os idealizadores e articuladores da OAB, tiveram muita acuidade. Somos uma organização nacional, com uma estrutura que se funda em dois princípios: o primeiro, federativo; o outro consiste na obrigatoriedade dos profissionais do Direito se inscreverem na Ordem. Só pode exercer a advocacia o cidadão que, formado em Direito, esteja inscrito regularmente na OAB. Após a inscrição, esse profissional recebe uma carteira que o torna apto a exercer a advocacia em todo o território nacional. Há uma seção onde ele se inscreve, que corresponde a um Estado, a um Território ou ao Distrito Federal. Se o profissional não ultrapassar cinco causas, ele pode exercer a advocacia em outro Estado, sem se inscrever secundariamente naquela seção. Se ultrapassar cinco causas, ele adquire uma habitualidade naquele Estado e tem inscrição suplementar. O advogado que exercer a profissão sem estar inscrito na Ordem pratica um crime que é punido pelo Código Penal e pela OAB.

O outro princípio diz respeito à organização federativa. Todos 26 Conselhos Seccionais, dos 23 Estados e que funcionam nas capitais, territórios e Distrito Federal, são subordinados à OAB, através do Conselho Federal que tinha sede no Rio de Janeiro e do qual sou presidente. Este Conselho está sendo transferido para Brasília — as sessões plenárias já se realizam no Distrito Federal desde 15 de setembro de 1986. No momento, providenciamos a remoção da infra-estrutura orgânico-administrativa, esperando que a partir de 1º de abril de 1987 esteja concluída a remoção.

Em Brasília, estamos provisoriamente em instalações cedidas pela nossa Seccional do Distrito Federal, mas já conseguimos um terreno para a construção da Sede própria do Conselho Federal. Vejo a construção da Casa do Advogado do Brasil com certo fascínio, porque temos capacidade extrema de influir na sociedade brasileira e isto vai abrir um campo mui-

to amplo para nós, além de ser um símbolo da advocacia brasileira e da própria unidade nacional, tendo em vista o princípio federativo que dá sustentação à nossa categoria profissional.

Há uma unidade muito grande entre os profissionais da advocacia, mesmo quando há divergências, como aconteceu nas recentes eleições. Concluída a eleição, cessa a divergência e todos aceitam a corrente que venceu. Da mesma forma ocorre no Conselho Federal – as decisões majoritárias são respeitadas em todo o País.

Além dessa estrutura, temos cerca de 500 sub seções em todo o território nacional. Nas comarcas das cidades onde militam 15 ou mais advogados criamos uma sub seção que tem também diretoria com um Presidente que representa a OAB. Isso nos dá uma flexibilidade muito grande de atuação em todo o território nacional.

Devo ainda dizer que há seis anos estou na Diretoria da OAB e decisões que não agradam a todos nunca provocaram cisões entre nós. Só teremos um Estado democrático com a sociedade civil organizada. Sem isto, o Estado permanecerá sempre autoritário, utilizando instrumentos da ditadura – decretos-lei desrespeitando a Constituição e decidindo intramuros, como foi o caso do juiz nomeado ilegalmente para o Tribunal Superior do Trabalho, em desrespeito frontal à Constituição. Que autoridade terá esse cidadão para decretar a ilegalidade de uma greve, se ele entra ilegalmente no Tribunal?

Temos hoje um sistema de comunicação interna muito bom, com uma rede de telex em todo o País, uma ampla linha telefônica e vamos começar a utilizar os recursos da informática. As reuniões da Ordem são periódicas – os Conselhos se reúnem 2 ou 3 vezes por mês; anualmente fazemos uma reunião com os Presidentes das Seccionais para um balanço das atividades. Bienalmente realizamos uma conferência nacional da qual participam, além dos dirigentes da OAB, advogados brasileiros de todas as unidades da Federação. Hoje, temos no Brasil cerca de 280.000 advogados.

No ano de 1986, organizamos o II Congresso Pró-Constituinte em Brasília e realizamos três pequenos encontros regionais, sobre violência e direitos humanos, em Imperatriz-MA, Marabá-PA e Araguaína-GO.

Quanto à autonomia financeira, apesar de certos apertos, sobretudo após o Plano Cruzado, esta existe na Ordem. Nossas finanças são originadas das contribuições dos advogados – anuidades que vão para os Conselhos Seccionais e das quais recebemos um percentual. Não recebemos doação financeira do governo. Hoje, todos os Estados, com raras exceções, têm sede própria nos Conselhos, o que dá boa sustentação física – o mesmo acontece com várias das sub seções. Desenvolvemos essa política de construção e edificação das sedes próprias da Ordem, para maior independência, autonomia e segurança.

Em alguns Estados, organizamos as Caixas de Advogados que recebem parte das custas judiciárias e desempenham papel importante principalmente para os advogados pobres e idosos.

Antigamente a advocacia se caracterizava pelo exercício autônomo – o advogado era um profissional liberal que não dependia de ninguém. Hoje há, infelizmente, a tendência de proletarização. É difícil encontrar advogados que não trabalhem em empresas ou instituições públicas, o que reduz, até certo ponto, a independência.

No que se refere à consolidação das atividades da Ordem, há três questões que me preocupam. A primeira refere-se ao ensino jurídico – temos que encontrar uma forma de melhorá-lo, não somente nos currículos, mas sobretudo no próprio conteúdo do Direito que se ministra nos cursos e na mentalidade dos professores. É uma questão fundamental. Conseguimos suspender a criação de novos cursos de Direito – atualmente são 137, formamos 20 mil bacharéis por ano; a segunda diz respeito à construção de edifício em Brasília que comporte todas as nossas atividades; e a terceira é assegurar alguns direitos e prerrogativas que já temos, inclu-

sive na questão de composição dos Tribunais, levando a experiência e refletindo a sociedade como um todo.

Para finalizar, penso que as associações e instituições fora da comunidade jurídica devem influir, na sua prática e na sua identidade profissional, no sentido da democratização da sociedade brasileira. Dessa unidade, na diversidade, devemos estar unidos para organizar a sociedade civil e democratizar o Estado.

ANDES

Sidney Solis
1º Vice-Presidente

1. O principal compromisso da **Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior** é com a transformação da universidade brasileira. Lutamos por uma universidade pública, gratuita, democrática, competente e com responsabilidade social.

Daí não se pode deduzir, que a ANDES advogue o monopólio estatal do ensino. Desejamos, isto sim, que a Universidade – seja ela estatal ou particular – seja dirigida segundo princípios de publicidade e democracia, pela própria comunidade universitária, sem a ingerência de interesses políticos, ideológicos ou econômicos privados.

Entendemos também que a educação, em todos os níveis, é um direito de cidadania. Cabe, portanto, ao Estado a responsabilidade de prover os meios e as políticas que apontem no sentido da gratuidade do ensino, em todos os níveis, seja pela ampliação da rede pública, seja pela redefinição do papel das mantenedoras da rede particular, visando à efetiva manutenção das escolas privadas por aquelas instituições.

A ANDES tem conseguido grande espaço social na defesa da Universidade competente e socialmente responsável. Temos avançado nas conquistas democráticas no espaço universitário e na melhoria das condições de trabalho, carreira e salário dos professores.

Para a ANDES, a democracia na gestão e no preenchimento de cargos é o penhor da transferência dos processos universitários e a garantia para uma avaliação acadêmica criteriosa e pública.

Por seu turno, uma produção acadêmica séria e competente, consistente com as necessidades do povo brasileiro, só será possível quando conquistarmos adequadas condições de trabalho e salário, uma carreira profissional condizente com as exigências e responsabilidades do ensino e da pesquisa – para nós indissociáveis – e recursos financeiros para o investimento e o custeio das universidades.

Por esta razão, a ANDES tem combatido as posições que descontextualizam a avaliação e a reforma das universidades brasileiras, das condições materiais – econômicas e políticas – nas quais ela realiza sua função. Para nós a solução terá que ser global, a partir dos princípios de gratuidade e publicidade do ensino, iniciando-se pela reformulação das condições institucionais em que, hoje, funciona a Universidade brasileira.

Nosso principal confronto tem sido contra a própria concepção que rege a ação do MEC frente a essa questão. Autoritária, elitista e privatista, a ação do MEC, mesmo na Nova República, tem-se caracterizado pela tentativa de esvaziamento dos movimentos sociais organizados – inclusive o movimento docente, representado pela ANDES. Em seu lugar, o MEC tem buscado respaldar suas políticas em pretensas "representações de notáveis", escolhidos pelo Poder para o Poder.

Evidentemente as propostas de reformulação daí oriundas não têm conseguido obter o consenso – sequer a adesão significativa – nos quadros da Universidade.

A estas propostas, a ANDES tem contraposto as suas, construídas democraticamente, através das instâncias do movimento: grupo de trabalho, assembléias, encontros nacionais, congressos, em torno das quais procuramos manter organizado e atuante o movimento docente, acreditando que só a pressão ativa e organizada poderá levar-nos a reverter as atuais tendências existentes no seio

do Governo.

Esta posição de independência e de permanente mobilização crítica tem garantido à ANDES o respeito moral e político no interior das instituições da Sociedade Civil e mesmo do próprio Estado, que se viu obrigado a reconhecer a indiscutível representatividade de nossa entidade no meio acadêmico.

2. A ANDES nasceu como expressão do movimento social organizado dos docentes universitários. A espinha dorsal da entidade nacional foi conseguida a partir da greve das universidades federais autárquicas de 1980 — a 1ª greve nacional desde 1964 —, que tornou evidente e necessária a criação de nossa instituição.

Nascida das bases e comprometidas com elas em sucessivas lutas — greves nacionais das autarquias em 81, 82 e 84, lutas e greves regionais de escolas particulares, greve nacional das fundações federais em 1985 etc. —, a ANDES construiu mecanismos formais de representação e participação altamente democráticas.

São seus associados todos os sócios das associações de docentes (ADs.) a ele filiadas. Esta filiação é decidida em assembléia geral de cada AD. Os associados da ANDES elegem em voto direto, secreto e universal a diretoria da entidade.

A participação formal não termina aí. A ANDES possui duas instâncias nacionais ordinárias:

a) o Conselho Nacional de Associações de Docentes — CONAD, cuja participação é garantida a toda Ad filiada, a qual é representada no CONAD por um delegado indicado pela sua assembléia geral;

b) O Congresso Nacional, onde cada AD filiada participa com um número de delegados proporcional ao número de seus sócios, estando garantida, também, a participação de um — e apenas um — delegado indicado pela diretoria das ADs.

Este Congresso é anual e instância máxima da entidade. Nele são definidas as linhas mestras de ação da ANDES para cada ano.

O CONAD precisa as linhas de ação definidas pelo Congresso, dentro dos seus limites. Em geral, realizam-se duas reuniões do CONAD por ano, as quais estabelecem ainda as pautas imediatas de ação.

A busca de uma efetiva participação das bases na direção da ANDES tem gerado, no entanto, outros modos informais de consulta aos docentes. Cada setor do movimento — autarquias e fundações federais, particulares, estaduais — reúnem-se periodicamente, através de representações das ADs, em encontros regionais e nacionais, em grupos de trabalho, etc. Além disso, vários grupos de trabalhos temáticos têm sido gerados e funcionam com maior ou menor intensidade, através de participação das ADs, na discussão e elaboração de políticas para o movimento: é o caso do GT da área de Saúde, Ciência e Tecnologia, assim como Arte e Cultura.

Estas formas e outras tantas — como debates e seminários, por exemplo — visam sobretudo a buscar a participação das bases na discussão de seus problemas e na direção do movimento. Esta participação não é linear e está sujeita à ascensão e refluxos, como ocorre em todo movimento socialmente enraizado. Trata-se, porém, de um princípio fundamental da direção da ANDES e da própria entidade: a direção da ANDES não se substitui ao movimento docente, não age sem consultá-lo, não abre mão de tê-lo colado ao seu lado, mobilizado, informado, participante.

Nesse esforço, temos lutado para fortalecer os movimentos sociais autônomos, representativos e democráticos, buscando na prática o fortalecimento da Sociedade Civil organizada, numa perspectiva política de democracia participativa e de igualdade e justiça social.

3. A ANDES considera-se como parte do movimento organizado dos trabalhadores brasileiros por uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Como parcela organizada da Sociedade Civil luta pela sua maior organização e participação política nessa direção.

Rejeitamos o atrelamento e a cooptação das entidades civis a interesses privados — inclusive aqueles representados pelo Estado.

Lutamos, pois, pelos princípios de autonomia e democracia na universidade e na sociedade em geral.

Como trabalhadores do ensino superior que somos, julgamos que seja nosso dever lutar pelo direito democrático ao ensino público e gratuito em todos os níveis, pela democratização da estrutura e da produção acadêmica, pela qualidade do ensino e da pesquisa e pelo realinhamento da universidade ao lado dos interesses da Nação e da população brasileiras.

Lutamos por uma reestruturação da universidade – construída democrática e participativamente – que a recoloque no seu papel de formadora de consciências, da ciência e da cultura nacionais, alicerces fundamentais para a construção da democracia, da soberania nacional e da justiça social.

Nossas principais propostas para 1987 são:

a) no plano da universidade: lutar para a aprovação de propostas da ANDES e das ADs para a universidade brasileira, no espaço aberto pelo processo constituinte – ainda que pequeno, antidemocrático e conservador.

Isto passa por:

– ampliação imediata da rede pública e congelamento da rede particular;

– isonomia salarial e carreira única inicial e imediatamente entre as universidades federais, e posterior para todas as universidades e escolas superiores do País;

– recursos materiais que possibilitem o funcionamento e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no espaço universitário;

– democratização e publicidade dos processos de escolha e gestão acadêmicas, em todos os níveis;

– avaliação pública e através de processos democráticos da produção acadêmica e – por que não? – das políticas do Estado para com a universidade;

– reversão do modelo privatizador que hoje impera, de modo a que o ensino particular se torne de fato uma opção e não uma regra; e de modo a que esta opção também seja regida pelos princípios acadêmicos da qualidade, da democracia, da publicidade e da gratuidade.

b) No plano social, lutamos pela real democratização da sociedade brasileira, repudiando as tentativas de cooptação social ao projeto liberal-conservador hoje prevalescente.

Entendemos que o País necessita completar sua transição democrática e que mais do que nunca demanda mudanças estruturais. Repudiamos, portanto, qualquer pacto de classes que implique na aceitação do "status quo", sob que justificativa tenha. Nem abrimos mão de uma posição de independência na defesa intransigente dos interesses dos professores e dos demais trabalhadores brasileiros, sob qualquer pretexto.

Apoiamos a reforma da estrutura sindical brasileira, pela livre vontade dos trabalhadores; a reforma agrária, a luta contra o pagamento da dívida externa; a luta por melhores condições de vida de toda a população brasileira.

RELAÇÕES

Apresentadas as associações e postos sobre a mesa os elementos de confronto, mais que nunca cabem agora algumas reflexões teóricas sobre o papel dessas associações na sociedade civil e, em particular, sobre suas relações com o Estado. Evidentemente, isto só tem sentido se feito, como o foi, tendo presente o momento brasileiro atual de reconstrução da democracia.

A nosso ver, estas reflexões não são apenas oportunas, mas vitais. Toca-se neste bloco, o cerne do problema: a identidade das associações. Toca também num ponto nevrálgico: sua autonomia frente ao Estado. E coloca agudamente a necessidade de integração, em horizontes políticos mais amplos.

Todos os textos a seguir originaram-se de entrevistas, revistas e mesmo reescritas pelos autores.

AS ASSOCIAÇÕES E O ESTADO

Dermeval Saviani – PUC/SP e UNICAMP

Do ponto de vista teórico, cabe considerar que existem entidades da sociedade civil que se articulam diretamente com o Estado – entendido como sociedade política, organismo

governamental: os partidos políticos. O Estado, por sua vez, organiza-se de modo que certos setores estão mais diretamente ligados à sociedade civil, como é o caso do Parlamento. Os poderes Judiciário e Executivo já não se ligam diretamente à sociedade civil.

Dizer que o Parlamento está diretamente ligado à sociedade civil, significa dizer que a sociedade civil está diretamente representada no Parlamento. O instrumento através do qual a sociedade civil está presente no Parlamento são os partidos políticos. Assim, o Parlamento se compõe de representantes da sociedade civil, que são membros dos partidos políticos, eleitos pelos cidadãos.

Os demais organismos da sociedade civil se articulam indiretamente com o Estado, ou seja, pela mediação dos partidos políticos. Essas organizações da sociedade civil assumem diferentes níveis. Para efeito de facilitar a compreensão, poderíamos distinguir três níveis: o primeiro, se compõe das organizações corporativas, onde estão basicamente os sindicatos, tanto os de trabalhadores quanto os patronais, que se organizam de forma independente e em certos níveis se articulam com entidades mais amplas como as federações e confederações. Este é o nível mais elementar, de âmbito econômico-corporativo. Noutro extremo, temos os partidos políticos, envolvendo relação direta com o Estado. Os partidos existem para disputar o exercício do poder do Estado, administrar e controlá-lo, segundo uma determinada visão de sociedade que deveria diferenciar os vários partidos. Há um nível intermediário, compreendendo a discussão e aglutinação em torno de determinadas questões que extrapolam o âmbito econômico-corporativo porque dizem respeito a interesses de diversas profissões, não coincidindo também com preocupações político-partidárias específicas.

Situam-se aí as associações que envolvem preocupações culturais e que desejam satisfazer determinadas necessidades do conjunto da sociedade, de âmbito específicos.

No caso da educação teríamos, de um lado, as lutas que se travam no âmbito sindical, dentro das associações de professores, e que envolvem determinadas questões políticas e determinadas reivindicações junto ao Estado. De outro, as questões educacionais que deveriam preocupar os partidos políticos. Entre esses dois âmbitos há um nível intermediário que envolve a discussão das questões educacionais naquilo que elas têm de específico e que ultrapassam tanto os diferentes interesses das várias modalidades de profissões ligadas à educação, quanto as diferentes perspectivas através das quais os partidos acabam colocando a questão educacional.

Historicamente, no Brasil, preencheram ou preenchem esse papel entidades como a Associação Brasileira de Educação e a Associação de Educadores Católicos, entre outras. Tomemos o caso da ABE, entidade fundada em 1924 e que desempenhou papel importante na discussão das questões educacionais no País. Não era uma entidade de cunho profissional e sindical, nem de cunho partidário. Aglutinava os diferentes interessados no desenvolvimento das atividades educacionais, no aprofundamento da compreensão e da consciência da sociedade em torno da importância dos problemas educacionais do País.

Nesse sentido, a ABE teve um papel importante, inclusive junto ao Estado, em diferentes momentos da vida social e política brasileira, seja na fase da discussão da Constituição de 1934, seja em decorrência da Constituição de 1946, na discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa entidade manteve-se autônoma frente ao Estado e forneceu quadros de administração da educação no âmbito do próprio Estado como Fernande de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho. Alguns desses elementos tinham vínculos diretos com partidos políticos, outros não. Por exemplo, Almeida Júnior, sócio da ABE, foi membro da Comissão que elaborou o anteprojeto da LDB de 1947, foi o relator-geral dos trabalhos dessa Comissão e era filiado à UDN.

O papel desempenhado por essas associações é importante em termo de hegemonia e é realizado através da difusão, no âmbito da sociedade, dos problemas e prioridades educacionais, das tarefas a serem executadas. Tem a função de aguçar a consciência do conjunto

da sociedade para a importância das questões educacionais, aumentando o poder de pressão da sociedade civil sobre o Estado, pressão essa que vai se exercer seja através de moções dirigidas a organismos do Estado, seja através de propostas que são encaminhadas ao Congresso.

No caso dessas últimas, elas acabam tendo como destinatário direto os partidos políticos, uma vez que são os parlamentares que terão que assumir as propostas e defendê-las no âmbito do Parlamento. É importante que as associações pressionem os representantes dos partidos políticos e resulta secundário que tais propostas sejam abraçadas por esse ou aquele partido, embora isto ocorra sempre dentro de certos limites. Ou seja, na medida em que as questões que esses organismos da sociedade civil estão julgando fundamentais em termos educacionais envolvem uma dimensão explicitamente política, aqueles partidos políticos cujas propostas são mais compatíveis com essas preocupações educacionais amplas no âmbito nacional, serão mais sensíveis para abraçar tais propostas e defendê-las no Parlamento.

Isto se liga ao fato de que, na atual conjuntura, forças progressistas no campo educacional querem equacionar determinados problemas que já são antigos, enquanto forças conservadoras relutam em equacioná-los.

Assim, os setores mais progressistas da sociedade civil reunidos em entidades educacionais, à medida que ganham força e certa hegemonia, têm maior poder de pressão. Obviamente, no âmbito dos partidos políticos serão também aqueles que têm uma proposta mais progressista que sintonizarão com essas preocupações. É nesse sentido que hoje as propostas progressistas em educação têm mais chance de serem abraçadas por parlamentares vinculados ao PT ou PMDB, em alguns casos ao PDT, PCB e PC do B e menos ao PDS, PFL ou PTB. Essa relação, no entanto, se estabelece a posteriori.

Retomando um pouco a história da educação brasileira, a ABE desempenhou papel importante até o final da década de 50 e início de 60. Aos poucos foi se esvaziando, como aliás ocorreu com a maioria das organizações da sociedade civil no período, uma vez que a sociedade política pós-64 foi centralizando e sufocando a sociedade civil, além de absorver a maior parte de suas iniciativas.

Se nas Constituições de 1934 e 1946, como também na LDB houve participação intensa dos órgãos da sociedade civil, fazendo-se presentes junto ao Parlamento e ao Estado, após 1964 isto já não se verifica. A discussão das Leis nº 5.540/68 e 5.692/71 ocorre a partir da iniciativa do próprio Estado, a nível do Executivo. Os parlamentares de certa forma tiveram que operar com um grau de subserviência ao Executivo.

Na discussão desses projetos de lei, não houve manifestações dos organismos da sociedade civil. No caso da LDB, não só a ABE, como o Sindicato dos Metalúrgicos, Câmaras Municipais de vários lugares do País, o Movimento de Arregimentação Feminina, Escola de Cadetes de Agulhas Negra, Grêmio de Filosofia da Universidade de São Paulo, jornais e revistas fizeram manifestações para que fossem incorporadas emendas ao projeto. Quando, porém, se analisa a elaboração da 5.692/71, a sociedade civil está inteiramente ausente.

Progressivamente, a partir da segunda metade da década de 70, a sociedade civil vai se reorganizando e nos diferentes âmbitos surgem novas associações e antigas entidades se fortalecem. No âmbito da educação as associações sindicais também retomam as suas lutas e novas entidades surgem. Nesse nível intermediário surge uma aspiração no sentido de retomar a tradição da ABE e de se criar entidades que pudessem agitar as questões educacionais com suficiente autonomia, tanto dos interesses corporativos quanto dos interesses especificamente político-partidários. É nesse âmbito que são criadas as atuais entidades que organizam as Conferências Brasileiras de Educação – Associação Nacional de Educação, Centro de Estudos Educação e Sociedade e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

Essas associações tiveram origem em pontos distintos, mas com preocupações semelhantes. A ANDE surgiu empenhada em reto-

mar a tradição da ABE. Ela não poderia se chamar Associação Brasileira de Educação porque a ABE ainda existe formalmente, embora hoje não tenha maior expressão no âmbito da sociedade brasileira; daí ter sido designada Associação Nacional de Educação. O CEDES surgiu como um centro de estudos, inicialmente vinculado à Revista "Educação e Sociedade". Enquanto aquelas surgiram de iniciativa inteiramente autônoma, no âmbito da sociedade civil, a ANPEd tem sua origem ligada ao aparelho do Estado, tendo se organizado a partir de certa indução da CAPES.

A CAPES, partindo da experiência da Associação Nacional de Centros de Pós-Gradução em Economia (ANPEC), imaginava que, se as diferentes áreas de pós-graduação se organizassem em entidades semelhantes à ANPEC, ficaria mais fácil administrar o desenvolvimento e o financiamento desses programas. Nesse sentido, os recursos que ela teria que despender deixariam de ser significativos para sustentação dos programas pois estes, para sua própria auto-organização, assumiriam fontes extras de financiamento. Tudo isto, embora colocado em termos de estimular a autonomia, implicava uma posição um tanto ambígua pois sabemos que a política educacional implantada na década de 70 teria uma "orientação" privatista. Daí a criação de fundações.

A criação da ANPEd, com caráter predominantemente institucional, foi proposta e patrocinada pela CAPES. Desde sua origem, contudo, começaram a ser discutidos tanto o caráter institucional quanto a necessidade da associação ser autônoma em relação ao Estado, portanto, em relação à própria CAPES. Os primeiros passos da entidade se deram já na direção da autonomia, ao preservar suas posições e um espaço de eventual conflito com o Estado. É nesse sentido que a Assembléia Geral da ANPEd, reunida em Salvador, durante sua Reunião Anual, rejeitou o projeto de avaliação dos programas de pós-graduação em educação, proposto pela CAPES para ser desenvolvido mediante convênio, pela ANPEd.

Em seguida, discutiu-se a necessidade da ANPEd congregar não apenas os programas de pós-graduação em educação, mas admitir sócios individuais – professores, alunos e pesquisadores vinculados eventualmente aos programas. Mais tarde passou a designar-se Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, congregando instituições como a Fundação Carlos Chagas e pesquisadores que não tinham vínculo com os programas, com o objetivo de preservar seu caráter de instituição da sociedade civil, representativa das preocupações que sensibilizavam mais diretamente os envolvidos com a questão educacional no País.

É nesse sentido que a ANPEd tem uma natureza mais próxima da ANDE e do CEDES, entidades essas que surgiram no âmbito da própria sociedade civil, com a participação daqueles envolvidos com a questão educacional e que buscavam de algum modo impulsionar, de forma organizada, as preocupações que já vinham sendo gestadas de modo mais ou menos generalizado nos meios educacionais.

Em grandes linhas, é essa a relação sociedade civil x Estado, abordada em primeiro lugar de forma mais teórica, e a seguir sob o ângulo histórico, até chegar a criação das entidades que hoje se responsabilizam pelas questões educacionais no País.

Em relação ao tema sociedade civil e Estado parece-me ainda necessário considerar a par da autonomia a articulação, uma vez que os organismos da sociedade civil não atuam divorciados do próprio Estado. Trata-se, na verdade, apenas de aspectos referentes a uma mesma realidade, que é a sociedade no seu conjunto; no nosso caso, a sociedade brasileira.

Há sempre uma relação: a sociedade civil está sempre referida ao Estado e este sempre referido à sociedade civil. O Estado, no fundo, se constitui sobre a base da sociedade civil e a forma que ele assume é definida por aquele setor da sociedade civil que se tornou hegemônico. Por se tornar hegemônico, ele passa a controlar e dirigir o Estado.

As demais forças da sociedade civil, por sua vez, estão lutando para se tornar hegemônicas e nesse sentido assumir o controle do Estado. É por isso que os partidos políticos disputam a hegemonia no âmbito da sociedade civil, e o controle do Estado, na esfera da sociedade

política. Aquele partido que assume o controle do Estado empenha-se em manter esse controle enquanto o que está na oposição empenha-se em conquistar aquele controle. Essa relação continua presente no âmbito das organizações próprias da sociedade civil que não possuem caráter nem corporativo nem partidário.

Na medida em que o Estado é controlado por um partido que representa, no âmbito da sociedade civil, aqueles interesses educacionais que não são majoritários no âmbito da educação, as entidades educacionais que são mais autônomas tanto em relação às associações corporativas quanto aos partidos políticos, se colocam numa posição de crítica e mesmo de contestação das ações do Estado, quando as prioridades definidas não são adequadas.

Assim que as forças políticas progressistas vão adquirindo um grau maior de hegemonia, ganhando condições de exercer pressão mais forte sobre o Estado, e até de penetrar no âmbito do próprio Estado, assumindo certo controle sobre o mesmo, os partidos políticos representativos dessas forças começam a assumir o controle do poder, passando a gerir o próprio funcionamento do Estado. Nessas circunstâncias o Estado já não esta mais em posição antagônica em relação a essas entidades da sociedade civil, inclusive as educacionais.

Isto coloca tais entidades em posição mais próxima do aparelho do Estado. Em conseqüência, suas propostas, metas e prioridades passam a ser consideradas pelo Estado, influenciando-o mais diretamente. É justamente nesse momento que o Estado tende a solicitar dessas entidades e de seus integrantes, uma participação mais direta no aparelho estatal.

A partir da década de 80, elementos que lideravam organizações da sociedade civil passam a ocupar postos no aparelho do Estado, seja a nível de direção de determinados órgãos, seja a nível de determinação da própria política educacional, permitindo uma maior aproximação entre aquelas entidades e o Estado, o que sob um ângulo é positivo e sob outro pode ser negativo. É positivo, na medida em que isto expressa conquista de espaços e representa inclusive a possibilidade de que determinadas reivindicações não sejam colocadas apenas em forma de crítica, de contestação da direção dominante, mas que as solicitações se transformem em política de ação do próprio Estado.

É positivo, ainda, na medida em que determinados elementos empenhados nessa ação sejam chamados para dirigir certos setores do aparelho do Estado e implementar essas propostas. Mostra assim, que a luta das entidades está tendo eco e ganhando condições de converter em medidas práticas as propostas antes preconizadas. O aspecto negativo é representado pelo risco de eliminar a diferenciação e de que as entidades passem a ser absorvidas pelo próprio Estado, assumindo para si as preocupações que acometem à organização estatal.

Coloco esta questão no sentido de que as entidades preservem sua identidade enquanto organismos da sociedade civil, conservem sua autonomia tanto em relação às associações profissionais, aos partidos políticos, quanto ao próprio Estado. Estas devem prosseguir desenvolvendo seu papel; se antes este era de crítica frontal ao aparelho estatal, agora – dado que a direção do Estado se aproxima mais de suas preocupações –, eventualmente será uma crítica àquelas distorções que ainda ocorrem. Devem exercer também a cobrança para que as medidas comecem a ser admitidas no âmbito da formulação de políticas; que estas sejam de fato implementadas, e em termos de medidas práticas, ligadas inclusive à redefinição da questão orçamentária e à redestinação de recursos coerentes com as prioridades declaradas.

Um ponto que decorre dessa questão é o do financiamento. Entendo que associações de que estamos tratando deveriam dispor de recursos próprios a sua sobrevivência, única maneira de preservar sua autonomia. Caso contrário, ela vai se constituir numa espécie de apêndice do Estado. Da mesma maneira, se depender de recursos transferidos de associações de natureza sindical ou dos partidos políticos, elas se transformariam também num apêndice dessas entidades – uma espécie de

setor cultural dos sindicatos ou dos partidos.

No caso da ANPEd, na medida em que ela é uma associação que envolve tantos sócios institucionais como individuais, deveria ter sua sustentação através de recursos desses sócios e das iniciativas culturais que ela promove.

Em minha opinião, o financiamento para eventos é mais fácil de ser equacionado. Em nada uma associação tem sua autonomia ferida na medida em que ela organiza um evento e a partir da proposta deste, cujo caráter é soberanamente definido pelas entidades organizadoras, sem nenhuma interferência dos organismos que eventualmente vão colaborar no financiamento, se habilita a obter recursos para a realização do evento.

Isto não constitui problema, desde que a entidade não necessite condicionar a obtenção desse financiamento ao ajuste da proposta para atender interesses dos órgãos financiadores. De certa forma é simples, porque vários órgãos do Estado constituem agências financiadoras ou programas de apoio que têm como objetivo transferir recursos para eventos considerados significativos do ponto de vista das diferentes áreas culturais do País. Cabe, então, a esses órgãos, de acordo com seus próprios critérios, avaliar se a proposta se enquadra dentro de seus objetivos. A entidade, por seu lado, deve ser autônoma para poder tanto receber os recursos como não recebê-los.

Nesse sentido, não vejo como problemática a prática que existe hoje de captar recursos junto as agências financiadoras para organizar de forma mais ampla, sólida e consistente, os eventos de caráter nacional ou regional que as entidades da sociedade civil no âmbito da educação promovem.

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL

Evaldo Vieira – PUC/SP e UNICAMP

O tema *Educação e Sociedade Civil no Brasil* tem sido uma preocupação constante ao longo dos meus estudos. Gostaria, inicialmente, de me reportar à própria construção do Estado brasileiro que desde 1822 tem se caracterizado marcadamente por uma forte distância da Sociedade. Não estou querendo afirmar que ele tem se separado da Sociedade, mas tem se distanciado bastante dela. Mesmo durante o século passado e neste, o Estado brasileiro exibiu uma trajetória de desmobilização e de grandes momentos de repressão da Sociedade.

Quando ocorreram momentos de mobilização na Sociedade, foram geralmente momentos de mobilização controlada. Por outro lado, o Estado brasileiro tem admitido reformas nos últimos 60 e poucos anos, somente no limite da convulsão social.

No Império afirmava-se que as reformas brasileiras eram, antes de tudo, mal necessário, no sentido de que quando a Sociedade foge às mãos do poder político, esse se reorganiza para permiti-las, dentro de condições favoráveis à manutenção da ordem.

Joaquim Nabuco notava que no Brasil as instituições nascidas no âmbito da Sociedade morrem com os homens, com seus fundadores, não só porque esta se encontra em dificuldades para mantê-las, como também porque o Estado só as aceita quando são interessantes para a continuidade da manutenção do poder. Assim, quando as reformas surgem perante o Estado e são aceitas por ele, são normalmente situações limites, em que se retira da Sociedade seu projeto e se faz uma transfiguração das idéias iniciais deste para serem admitidas pela classe dirigente.

Com relação ao Estado brasileiro, pode-se dizer que os momentos de maior mobilização social, tolerados por ele, consistiram nos momentos do populismo. Este apresentou no Brasil uma mobilização controlada.

Por outro lado, existiram movimentos e propostas dentro da Sociedade brasileira que fugiram aos interesses do Estado, tendo sido entendidos como subversivos, do ponto de vista do poder político instituído. Mas, tanto os movimentos anarquistas da 1ª República quanto os movimentos trabalhistas absolutamente independentes lançaram grandes propostas a nível da Sociedade. Esses movimentos, contudo, não encontraram condições de viabilizar tais propostas, ou por falta de respal-

do na maioria da Sociedade, ou pela forte repressão do Estado.

Desejo abordar o próprio conceito de sociedade civil no Brasil. A conceituação de sociedade civil implica, sobretudo, a existência da cidadania que é historicamente uma criação da classe burguesa do período revolucionário, mais precisamente do século XVIII e de parte de XIX. A conceituação de cidadão, quando transposta para o Brasil, exige uma reelaboração capaz de readequá-la ao próprio desenvolvimento contraditório do País.

Quem é o cidadão concretamente existente no curso da história brasileira? Se me volto para o século passado, verificaremos que em todo os 1º e 2º Impérios o político mais votado teve aproximadamente 12 mil votos. A maioria estava submetida ao silêncio.

Por outro lado, o processo republicano tem sido um processo em que a vontade do cidadão só é válida quando referendada pela vontade da classe dirigente. Coloco aqui não uma desesperança, mas uma constatação histórica para ser examinada e verificados seus motivos.

O cidadão brasileiro é um cidadão obediente, carregado em impostos que não votou e não aceitou e que obedientemente suporta, até mesmo como forma de sobreviver na sociedade. Os direitos têm sido direitos conquistados às vezes fugazmente, outras vezes protelados, como a regulamentação das relações e das condições de trabalho no Brasil. Neste aspecto, perdura uma legislação absolutamente superada do ponto de vista histórico: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A Justiça do Trabalho funciona ainda do ponto de vista corporativo; além disto há possibilidade de o Juiz do Trabalho decidir através do livre convencimento, isto é, sem nenhuma regra, se ele assim quiser — o que permite, evidentemente, manipulação muito grande da mão-de-obra no Brasil. Apesar das fortes reivindicações, do surgimento de movimentos sociais, importantes inclusive na área sindical, aparecem como intocáveis determinados pontos. Mais um exemplo: na CLT o professor (da área privada) é colocado no rol das profissões liberais. Essa distorção evidencia que até mesmo os setores mais intelectualizados não têm tido condições de viabilizar e efetivar seus direitos de cidadania.

Ponho, então, em discussão, não a existência do cidadão — que acho necessária dentro da sociedade burguesa — mas quem é na verdade o cidadão brasileiro e como ele tem conseguido sobreviver. Esta problemática precisa ser pensada no sentido de se perceber a organização da Sociedade, pois o Estado brasileiro nunca atingiu proporções de mando e controle como hoje, caracterizando-se como propriedade da classe dirigente.

Um Estado que tem força e influência tão grandes sobre a Sociedade, exige que esta seja organizada — que tenha partidos cada vez mais fortes com condições não só de se opor, como também de dirigir o próprio Estado. Partidos que não sejam apenas máquinas de fazer votos, mas que possuam programas e, sobretudo, quadros com condições de realizá-los.

O fortalecimento dos partidos nos dias de hoje, no Brasil, é uma necessidade histórica. É essencial também fortalecer associações nas diversas áreas, não só entendendo uma sociedade pluralista do ponto de vista liberal, mas no sentido que essas associações, fugindo da marca liberal-fascista do corporativismo, possam ter também elas atuações políticas, uma vez que a luta política não se dá apenas nos partidos.

Reafirmo essa idéia porque só o interesse político pode ser abrangente, capaz de tomar o objeto da educação como não apenas necessário, mas com uma finalidade que envolve a sociedade inteira e que foge da simulação do corporativismo. Esta é antes de tudo uma forma de alienação e de impedimento da ampliação da luta política e da viabilização de condições sociais melhores, a nível do Estado.

SAVIANI — Quero registrar, à luz do que Evaldo colocou, que essa luta política é importante, entendida no seu sentido legal que afeta a sociedade em seu conjunto. Assim, as entidades educacionais que não configuram nem associações corporativas, nem sindicatos, nem partidos políticos, se constituem em entidades porque têm preocupação de vincular sua preocupação específica, no caso, a educação, em relação ao movimento global da sociedade.

em seu conjunto, o que é uma luta política por excelência.

Tende-se a considerar que a ação política é privativa dos partidos e que as associações têm sentido mais cultural e apolítico. Os partidos políticos têm a prerrogativa da ação política e sua especificidade é atuar diretamente no sentido do exercício do poder. Nesse sentido, o papel dos partidos é mobilizar o conjunto da Sociedade na direção do controle do poder. Já as entidades de nível intermediário, não têm como objetivo direto lutar pelo controle do exercício do poder governamental, mas mobilizar o conjunto da sociedade no sentido da realização de determinadas tarefas que lhes são fundamentais.

Essa é uma tarefa política por execelência, envolvendo esforço no sentido de que as próprias entidades sindicais não fiquem inteiramente circunscritas às preocupações de vantagens econômicas e partidárias imediatas. De outro lado, envolve preocupação de que os partidos políticos não fiquem cegos pela disputa do poder, mas entendam que esse poder deve ser exercido na direção do desenvolvimento global da sociedade. Envolve, ainda, sensibilidade para aquelas preocupações que a sociedade toma como seu objeto, e uma ação política no sentido de que o aparelho governamental no exercício do poder contemple as prioridades que a sociedade está pronta a receber.

EVALDO – Gostaria de aprofundar dois pontos já abordados. Primeiramente, o fortalecimento dos partidos, numa época em que o Estado brasileiro assume proporções significativas e amplas. Atualmente, esses partidos tendem a entender, dentro de um cunho eminentemente liberalizante, que o Governo se deve fazer com o partido, sobretudo com os eleitos, como se o voto fosse a unção do eleito e não a unção da força e da expressão política e social do País.

Queria enfatizar de maneira especial o fato de que, num partido, além da máquina que avança e procura organizar suas bases, deve existir um programa que é necessário e imprescindível e, sobretudo, quadros eleitos e não-eleitos que tenham condições de realizá-lo.

Em decorrência, surge a discussão sobre a tecno-burocracia do partido. Diria que ela é perniciosa em determinados aspectos, principalmente quando assume o poder em nome de si mesmo, embora seja necessária como forma de realização dos objetivos do partido.

Outro ponto que pretendo distinguir relaciona-se à atuação das associações que, na área da educação, tendem a se centrar na discussão das diretrizes educacionais e da formulação da educação. Embora isto seja indispensável, a tendência corporativa é fragmentadora levando, às vezes, à discussão das diretrizes de uma política educacional a ser elaborada separadamente, sem dimensionar as necessidades sociais mais amplas como saúde, habitação e até mesmo as condições da política econômica.

É no sentido da busca de uma totalidade, capaz de responder às exigências da maioria da população brasileira, que se encontra o apelo político e a transposição do social para o político.

AUTONOMIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Miriam Limoeiro Cardoso – UFRJ e ANDES

A meu ver, o fato mais importante ocorrido no Brasil nos últimos anos é o surgimento e o fortalecimento de formas autônomas de organização dos trabalhadores. É o novo sindicalismo. Paralelamente a esta luta que o movimento sindical vem travando pelo seu desatrelamento do Estado, encontramos muitas outras associações também autônomas, formadas no bojo dos novos movimentos sociais: o movimento de trabalhadores do campo (os sem-terra); os movimentos de categorias e grupos sociais discriminados (mulheres, negros, homossexuais, pessoas deficientes); os grupos de vizinhança (associações de moradores); as Comunidades Eclesiais de Base, etc.

A história brasileira mostra a existência no passado de movimentos fortes de reivindicação independente, bem como de formas de organização dos trabalhadores que eram autônomas do Estado. O movimento vitorioso em 1930 com Vargas tentou pôr um fim a essa

autonomia e independência, criando mecanismos coercitivos e mecanismos político-institucionais que permitissem ao Estado tutelar o movimento sindical, exercendo o controle sobre a organização e as reivindicações dos trabalhadores, sob as formas do que se convencionou designar como "populismo".

Estou chamando a atenção para o fato de que no Brasil as classes dominantes têm sabido encontrar modos eficazes de conter o movimento independente dos trabalhadores e de controlar a organização sindical, utilizando diferentes meios: 1) o Estado, através dos seus aparelhos repressivos, postos em ação sempre que julgado necessário pelos dominantes, e, em caráter mais permanente, através do Ministério do Trabalho; 2) a criação e o fortalecimento político de lideranças comprometidas com o poder; 3) mecanismos ideológicos e políticos referidos diretamente ao trabalho e ao trabalhador, de que o mais esclarecedor exemplo é a legislação trabalhista, que o governo apresentou como sendo uma "concessão" sua e que mal disfarçava a sua inspiração no fascismo italiano. Vargas, mesmo durante o Estado Novo, Juscelino, Jânio e Jango, por exemplo, trabalhavam ao mesmo tempo com estes três tipos de meios. Já o regime militar de 1964, que superutiliza o Estado, com ênfase na sua capacidade repressora, continua usando politicamente as lideranças de trabalhadores que pode tutelar, mas desorganiza os mecanismos ideológicos que tinham sido fundamentais nos períodos anteriores, substituindo-os por outros que se centram na "nação" e são presididos pela "ideologia de segurança nacional".

É sob esse regime militar que ressurge, com formas novas, a organização autônoma dos trabalhadores, constituindo o que se chama hoje de novo sindicalismo. Emerge da luta concreta por condições de vida e de trabalho, no enfrentamento da opressão sobre o trabalho, desde as grandes greves de Contagem e Osasco em 1968. A característica fundamental do novo sindicalismo é a autonomia face ao Estado. Supõe não apenas o novo repúdio às intervenções e aos controles diretos, mas também e necessariamente o questionamento da própria estrutura sindical atrelada ao Estado e construída de cima para baixo. Assim, a autonomia do movimento sindical passa necessariamente pelo desatrelamento do sindicato ao Estado.

Ao mesmo tempo em que esse processo ocorre no âmbito sindical, também se desenvolvem outras formas autônomas de associação em planos distintos e independentes entre si, dos sem-terra às mulheres, passando pelas associações de bairros e favelas, etc.

Entre nós, professores, está o movimento dos docentes universitários, que pode ser tomado até hoje como exemplar no que se refere às formas independentes e democráticas de organização. Organizado por local de trabalho (com as Associações de Docentes por Universidade), funcionando sob o controle das suas bases através das suas instâncias necessárias de deliberação (Assembléias Gerais, CONADs e Congressos), levando sua organização representativa ao plano nacional através da ANDES, cuja diretoria é eleita diretamente pelas bases locais. Na sua história, as ADs e a ANDES têm constituído um exemplo vivo e atuante de autonomia diante do poder.

Comparando-os entre si, estes movimentos e suas associações apresentam níveis diferentes de mobilização, de consciência e de organização. No entanto, embora também tenham ritmos e intensidades diferentes, formam processos que ocorrem simultaneamente. De fato, cada um deles tem a sua especificidade. Cada qual constitui uma singularidade, uma particularidade. Penso não ser à toa, porém, que tais especificidades singulares surjam simultaneamente com a mesma característica fundamental: contra a opressão/exploração/discriminação específica e sempre constituindo uma organização dos oprimidos/explorados/discriminados, sob uma forma autônoma e independente.

A meu ver, os novos movimentos sociais indicam a existência de um processo mais profundo que os aproxima e que chega mesmo a ser condição de possibilidade da sua ocorrência. Sendo assim, devem ser tratados como indicadores de tal processo. O conjunto deles indica que a realidade está passando

por uma transformação importante, num processo de que faz parte a consolidação dos grupos sociais fundamentais, que formam a sua consciência e se reorganizam de acordo com ela. A consciência, que é sempre social, se faz enquanto construção de uma identidade, através do confronto com as diferenças.

Os novos movimentos sociais se formam e desenvolvem na sua prática a sua consciência particular, que constitui a identidade de cada grupamento. O novo sindicalismo é formado de categorias concretas de trabalhadores, categorias sempre particulares e específicas, organizadas nos seus sindicatos, oposições sindicais e associações particulares e específicas. O processo social, no entanto, supera essas particularidades. Por exemplo, a concretização da proposta de uma organização autônoma conjunta dos trabalhadores numa central sindical que congregue as distintas categorias de trabalhadores forma uma identidade de *trabalhadores*, identidade esta que ultrapassa o nível de cada categoria particular para se constituir, embora em plano sindical, numa identidade mais abrangente, mais aproximada do que se poderia considerar como uma consciência de classe. É o plano político específico que oferece condições propícias a que apareçam e se desenvolvam as diferenças e mesmo as contradições entre categorias corporativamente organizadas. Assim, o momento em que o processo político de formação da consciência passa do plano corporativo ao político específico configura-se como extremamente importante. Quando os distintos movimentos associativos conseguem se articular e caminhar em conjunto, tendem a garantir o avanço do processo de construção de uma identidade mais profunda e mais geral, para além de sua diversidade e particularidade.

Estou levantando a hipótese de que esteja em curso atualmente no Brasil um processo múltiplo e complexo de formação da consciência dos grupos sociais fundamentais, ou classes sociais. Cada uma delas tem suas diversidades internas, mas contém, apesar dessas diversidades, uma identidade profunda, que é a sua identidade como classe.

Numa sociedade como a nossa, a formação da consciência das classes dominadas ou subalternas só pode ocorrer através de processos e mecanismos marcados pela autonomia face ao Estado. Por que? A nossa é uma sociedade cindida e essa divisão fundamental é atravessada por relações de exploração econômica e de dominação, sendo esta dominação político-jurídica, por um lado, e ideológica, por outro lado. O processo de formação da consciência das classes dominadas corresponde à sua autonomização face à dominação ideológica. A consciência dos grupos subalternos exige que eles se vejam, por assim dizer, com seus próprios olhos. Para que possam discernir-se como grupamento específico, portanto diferenciado, é preciso que os dominados criem o seu próprio olhar. E esta é necessariamente uma criação que começa pela recusa de olhar-se com os olhos dos dominantes.

O cerne da dominação ideológica consiste em que o mundo dos dominantes é apresentado e aceito em geral como sendo o próprio mundo real. A visão de mundo dos dominantes se torna, assim, a visão dominante de mundo, se torna a ideologia dominante, na qual o mundo não contém divisões fundamentais, não há grupos sociais fundamentais qualitativamente diferentes. De acordo com tal visão, não há propriamente dominados e dominantes. Dentro desta visão, portanto, os dominados não podem diferenciar-se na sua especificidade de dominados face aos dominantes, diferenciação que é muito complexa, porque passa por diferenciações no interior dos dominados e também se refere a diferenciações no interior dos dominantes. A ideologia dominante impregna a "consciência" de todos de tal modo que a diferenciação entre dominantes e dominado só é possível *contra* esta ideologia, num processo de autonomização face a ela e que começa no interior dela mesma – autonomização ideológica, portanto. Tal autonomização ideológica requer, pelo menos em perspectiva, autonomia política e econômica da organização por meio da qual ela se opera. Sem que estas organizações possuam autonomia econômica e política, sua prática não é capaz de propiciar as condições para a emergência e a elevação do nível da consciência

que caracteriza o processo de autonomização. Autonomia econômica e financeira são, portanto, condições necessárias, embora não suficientes, para a autonomização ideológica.

Nas sociedades de classes, o Estado, embora contendo muitas contradições, é um Estado de classe, ou seja, enquanto organização política está intrinsecamente comprometido com as classes dominantes. Tanto que estas se valem do Estado como meio privilegiado do seu controle, pela força ou pela política, sobre os subalternos. Por isso que a autonomia frente aos dominantes não pode deixar de ser autonomia frente ao Estado.

Os dominados constituem um conjunto complexo e muito diversificado. Compreendendo a consciência como configuração de identidade, o primeiro nível de sua formação se dá em algum âmbito corporativo, tradicionalmente, mas não necessariamente, apontado como sendo sindical. Nesse nível, cada grupo, categoria ou camada se reconhece nas suas características específicas e diferenciadas das demais. Num campo definido em torno de um critério de trabalho, podemos ter, por exemplo, metalúrgicos, professores, e, definindo o critério de maneira um pouco diferente, posseiros, etc. Definidos por outros critérios, podemos ter, por exemplo, mulheres, negros, homossexuais, etc. Podem ser núcleos de consciência, ainda fragmentária, porque prisioneira da realidade empírica imediata. Um encadeamento de relações mais profundas é capaz de forjar uma identidade mais geral, conquistada como identidade apesar das diferenças. Tais diferenças persistem, não são negadas no sentido de serem anuladas, mas sim superadas por uma realidade mais fundamental que une numa mesma "personalidade independente", para usar a expressão de Gramsci, grupamentos, categorias ou camadas particulares e que nessa unidade mantêm a sua especificidade. Momentos históricos de crise conseguem unir na prática esses grupamentos, categorias ou camadas podem fazer avançar significativamente o processo de formação de sua identidade maior nas classes a que pertencem.

Uma classe só está plenamente constituída quando conta com consciência de classe. Essa consciência de classe é sempre social e só se forja na prática das lutas concretas. É preciso não esquecer, porém, que as relações entre as classes podem conduzir à retração ou ao retardamento de processos de formação de consciência em curso e sua consequente organização. A força das ditaduras, principalmente ao apagar a memória social e produzir hiatos mais ou menos longos, pode ter efeitos como aqueles. Também o controle ideológico pode cumprir e tem cumprido entre nós papel semelhante. Tendo isso em conta e mantendo o cuidado para não cair em nenhum esquema mecanicista e triunfalista, cabe notar que hoje no Brasil a criação e o fortalecimento já por vários anos da organização autônoma dos trabalhadores e de diversos grupamentos, categorias e camadas sociais oprimidas e discriminadas contam como um fator importante que contribui decisivamente para a formação da consciência dos dominados, pelo menos no nível associativo ou corporativo. Há, ainda, indícios também importantes da construção histórica dessa consciência social no patamar propriamente político. São vários anos de luta e de avanço efetivo em termos de organização em que a consciência se consolida nos enfrentamentos e nos revezes. Estão aí propostas de centrais sindicais se concretizando e permitindo até ações conjuntas apesar da atual divisão, como foi o caso na greve geral de 12 de dezembro último. Estão aí os partidos políticos dos dominados, com propostas propriamente políticas e que ultrapassam o plano meramente corporativo.

O teste de fogo do momento atual é até que ponto a construção dessa consciência social, que caminha no sentido da construção das classes subalternas, vai conseguir resistir e saber avançar, mantendo sua autonomia diante das estratégias da chamada Nova República. Isto será decisivo em termos do tipo de democracia que poderemos conquistar. Só conseguiremos uma democracia sólida, mais estável e menos puramente formal se os movimentos sociais e suas formas de organização mantiverem sua autonomia e se, inclusive, conseguirem ampliar-se.

PERSPECTIVAS

Retomamos, neste bloco, de outro ponto-de-vista, o histórico da Associação, procurando ver criticamente a **ANPEd que temos** *e buscando definir, em novas perspectivas, a* **ANPEd que queremos.**

Aqui também os momentos e as formas de produção das matérias foram diversos. Os textos de Elizabeth Cassimiro e de Nilda Alves são deste final de 1986, escritos em meio a exames e já quase em férias. Propositalmente, enquadram as contribuições de Sílvia Velho e Walter Garcia, obtidas em entrevistas realizadas em meados de 85.

O texto final, de responsabilidade da Diretoria da ANPEd (embora assinado apenas por dois de seus membros) representa ao mesmo tempo um ponto-de-chegada — ou seja, compreensão alcançada até agora —, e um ponto-de-partida, em termos do convite às redefinições.

ANPEd: GOVERNO EFETIVAMENTE DEMOCRÁTICO?

Elizabeth Cassimiro de Freitas – UFPe

Este texto remonta ao pedido que me foi encaminhado, na qualidade de sócia, pelo Comitê Editorial da ANPEd, com vistas a dinamizar a discussão sobre a *ANPEd que temos* e a *ANPEd que queremos.* Nossas considerações levam em conta o teor democrático subjacente ao governo da ANPEd e a incidência marginal de resposta do quadro social dessa instituição às solicitações que lhe são feitas, como declara sua atual Presidência, na Circ. nº 32/86, de 12.11.86, dirigida aos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação, Coordenadores de GTs e Núcleos Locais.

Admitindo que o ideal democrático deva constituir traço fundamental da essência e existência da ANPEd, emudecer perante o exposto pode repercutir contra os seus avanços, à luz do afirmado por Elias Canetti: "(...) O silêncio atua contra a metamorfose ... Por meio de fala trama-se tudo entre os homens (...)."[1]

[1] *Massa e Poder*. Trad. de R. Krestan, São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983, p. 328.

Os que têm acompanhado o percurso histórico da ANPEd, por certo, não negariam a presença do espírito democrático nas gestões dessa entidade — sejam às internamente vinculadas aos seus sócios, sejam as demandadas pelo mais amplo contexto, o qual lhe impõe investir, em aliança com os demais movimentos sociais, na conquista da democratização do País, como fonte de pressão e de crítica junto à política nacional de pesquisa e pós-graduação educacionais. Daí é que, sem isentar de críticas as relações socialmente estabelecidas entre aqueles que vêm compondo suas diretorias e os demais associados, merece registrar o incentivo propiciado pelos primeiros à participação desses últimos nas decisões institucionais. Insurge-se, nesses termos, em alguma medida surpreendente, a reação passiva do corpo social da ANPEd à disposição democrática dos que foram, legitimamente escolhidos por ele próprio, para a missão governativa daquela, como anteriormente exposto. Apesar da ausência de informações mais precisas alusivas à história da ANPEd, ocorre-me, contudo, a suposição de que aquela passividade dos sócios não é típica da sua atualidade. O novo talvez consista na sua maior explicitação, dada a novidade de só agora ser percebida com maior nitidez. Isso porque, tendo ultrapassado a etapa da "instalação da casa", novas expectativas acometem seus "residentes". Ou, porque, não excluindo o afirmado, tais "residentes", hoje respirando um contexto na sociedade brasileira relativamente diversificado daquele em que montaram o "teto", sentem-se mais desafogados para arrumá-lo, para bem servir a todos que nele moram e aos seus convivas. No intuito de oferecer uma modesta contribuição à análise do problema apontado, ou até de, mais pretenciosamente, incentivar maior nível organizativo entre meus pares associados da ANPEd, prosseguirei anotando o que hipoteticamente me parece pertinente.

Visto que o governo democrático tem inerente a descentralização do poder, mediante a qual se efetiva a influência política da "periferia" junto ao "centro", ou seja, no pro-

cesso decisório, para o que se requer um fluxo articulatório recíproco entre tais escalões, parafraseando Norberto Bobbio, parece cabível a indagação: em que medida o governo da ANPEd é de fato democrático? Haja vista que o fluxo articulatório, salvo exceções, emerge apenas na direção descendente – de cima para baixo –, indicando que os seus associados não vêm colocando "(...) os próprios olhos nos negócios que lhe dizem respeito (...)."[2]

Atrelada àquele mais amplo questionamento, a tentativa de levantar suposições explicativas do quadro descrito elimina de imediato a que identificaria os integrantes do centro de poder da ANPEd como detentores de "segredos", sob a inspiração do dito por Canetti: "(...) O segredo está no núcleo do poder (...). Uma das características do poder é a distribuição desigual do calar das intenções. O poderoso cala, mas não permite que os demais se calem (...).[3] Os que perseguem as gestões da ANPEd não ignoram as idéias dos que vêm compondo suas diretorias, que se em algumas circunstâncias revelam-se surpreendentes, abrem espaço à reação dos demais sócios, que puderam conhecê-las. Por outro lado, ou em conseqüência da ressalva já feita, não é justo admitir intenções espúrias da parte dos membros diretores da entidade, ao provocarem a fala da "periferia", à semelhança da personagem lendária também evocada pelo citado autor: '(...) por volta do meio-dia (...) uma jovem camponesa estava dormindo (...). Seu noivo (...) sentado ao lado (...) pensava em como (...) se livrar dela. Nisto chegou a Dama do Meio-Dia e lhe fez perguntas. Por mais que ele lhe respondesse, ela (...) fazia novas perguntas. Quando o sino anunciou 1 hora da tarde, seu coração parou de bater. A Dama do Meio-Dia o tinha interrogado até a morte'.[4] Sem o propósito de endeusar os aludidos colegas dirigentes, não é novidade confirmar seus atos de incorporação de sugestões ou moções apresentadas pelos sócios aos planos de trabalho da ANPEd, desde que alinhadas ao estabelecido nas Assembléias, descartando, assim, atitudes autocráticas. Afastada a hipótese acima aventada, uma outra talvez sirva para informar a situação ora discutida. Essa diz respeito à natureza da ANPEd que, definida como sociedade civil-autônoma, admite a filiação institucional, ao lado da individual, no seu quadro associado. Tal fato pode ser gerador duma situação de ambigüidade, de interferência provável naquela conduta omissa ou desmobilizada do mencionado quadro de sócios, como explicitam alguns questionamentos. A entidade existe para defender interesses dos programas de pesquisa e pós-graduação educacionais, que mantidos pelo Estado, têm autonomia limitada? Ou ela existe em função dos compromissos dos profissionais e estudantes vinculados aos citados programas, o que não elimina à primeira vista a defesa de fins corporativistas, mesmo que a natureza daqueles seja científica? Em que grau o problema da inexistência de interlocutores, o emperramento do repasse de informações, a resistência slienciosa dos sócios não devem ser atribuídos à conseqüente ambigüidade do caráter de filiação dos elementos com que conta a ANPEd, para articular suas informações – autoridades institucionais, apesar de sócios individuais?

Vinculada à questão da estrutura organizativa da ANPEd está a suposição anterior. Contudo, o significado que tal questão parece conter, face à passividade do quadro social da instituição analisada, perante o solicitado pela cúpula diretora, impõe analisá-la particularmente. Concebida a estrutura das instituições como um dos meios previstos à viabilização dos seus fins, merece destacar que já conta a ANPEd, em sua estrutura, com órgãos potencialmente destinados a auxiliá-la na efetivação dos seus objetivos e compromissos. Refiro-me, diante do aqui analisado, às Secções Locais e a Subsecretarias Regionais, que por natureza têm a competência de congregar e mobilizar os sócios, nos respectivos âmbitos, em função dos seus próprios pleitos e dos demandados pela socie-

[2] *O Futuro da Democracia*; uma defesa das regras do jogo. Trad. de M. A. Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 83-92.

[3] Op. cit., p. 323-6.

[4] Op. cit., p. 323.

dade brasileira, como definidos estatutariamente. Assim postos, a expectativa é a do seu desempenho naquele fluxo articulatório, exigido pela descentralização do poder, como desdobramento da força política que lhe é latente. Ao nível do Nordeste, num dado momento, incentivos não faltaram à implantação dos primeiros, ao lado de ações que visavam a articular os sócios da região, empreendidas pelo elemento que vinculado ao citado âmbito exercia o cargo de Secretário Geral, transitoriamente acumulando as funções do Subsecretário Regional. Aliás, surpreendente teria sido sua conduta se adversa à então assinalada. Aqueles que seguem o percurso histórico da ANPEd certamente não esqueceram que a criação das Secções Locais representou uma vitória da facção nordestina na revisão do estatuto da entidade, aprovado na sua 4ª Reunião Anual, realizada em Belo Horizonte, em 1981. Contudo, tal evento também serviu de palco à institucionalização dos Grupos de Trabalho, defendidos por segmentos doutros locais, mormente os que sediavam a reunião. No entanto, um dos ganhos permitidos pelo clima de alianças internas à ANPEd, transformou-se em "letra morta" do estatuto que juridicamente reordenara a instituição. Pois, salvo engano, a idéia das Secções Locais não saiu da pista para o levante do vôo. Institucionalizou-se o argumentado, por alguns, como desnecessário ou inviável para o conjunto da Associação? Vale a pena, hoje, tentar sua implantação naqueles locais que se revelam mais sensibilizados ao seu significado? Ou o redimensionamento dos Grupos de Trabalho, uma das metas bem definidas, já daria cobertura ao maior nível agregativo do corpo de sócios da ANPEd? No que concerne à Secretaria Regional, a única experiência que vingou foi a do Nordeste, cabendo destacar o refluxo das suas atividades, mais recentemente, isto é, após o afastamento dos quadros dirigentes da ANPEd, daquele personagem efetivamente comprometido com o que idealizara – como é justo reconhecer. Tais colocações, englobando a própria indagação do que é ou não desejável, na estrutura atual da ANPEd, intentam explicitar não a defesa de "bandeiras regionalistas", muitas vezes vistas, pelo seu escopo, como "desvario político", expressão que, parecendo não aqui aplicar-se, tomo emprestada a T. Adorno e M. Horkheimer.[5] Elas visam, enfaticamente, traduzir a percepção do imobilismo das bases da ANPEd, ou talvez de sua própria estrutura organizacional, chegando ao ponto da atual Presidência ressentir-se da falta de interlocutores (Circ. nº 32/86).

O parágrafo anterior também demonstra o dissenso naturalmente existente na ANPEd que, como toda instituição social, não é formada por um bloco monolítico. Apesar de regida pelo ideal democrático, divergências ocorrem no interior da Associação, levando a que clivagens ou rupturas aconteçam entre os seus elementos diretores ou segmentos mais organizados. A luta pela conquista de hegemonia parece ser o motivo geral daquelas, notando-se que a mira do seu alcance é o ambiente extra-institucional – a comunidade acadêmica-científica da educação brasileira. Circunstâncias mais conflitivas já conduziram membros da cúpula dirigente à negação radical do espírito democrático, ora admitido, pela denúncia "em tom emocional", do clima de autoritarismo vigente entre seus pares. Aquelas divergências, inicialmente, só não passam despercebidas pelos mais experientes em termos de militância política, ou ainda, pelos que, através das relações informais partilham da intimidade da ANPEd. Seu afloramento é típico nas ocasiões de maior acirramento, ou quando a adesão das bases se faz necessária à consolidação de tendências correntes. As assembléias anuais, sobretudo, quando agendam o debate ou a própria realização de eleições da nova diretoria, ou quando encaminham moções de maior vulto social, geralmente as trazem à baila.

Resta destacar, perante o exposto, que a coletividade dos associados da ANPEd também não se confunde com um mero expectador do que é gestado no alto ou entre certos

[5] *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. G. A. Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 1985, p. 13.

atores. Sua reação, se bem que aleatoriamente, eclode pela fala, ou até pelo silêncio, quer aderindo ou se opondo ao que circula naquelas assembléias. No primeiro caso, seus porta-vozes são os que gozam de maior prestígio na Associação ou na comunidade supra-referida, ou os mais desinibidos, ou ainda os mais peritos em questões políticas. No segundo caso, o esvaziamento das assembléias é manifestação típica do seu desinteresse ou da discordância do processo de encaminhamento e/ou do tema em discussão. A passividade como platéia inerte, que não ri, não aplaude, nem vaia, em algumas horas, obedece a fins estratégicos. A denúncia declarada ou mascarada pelo silêncio (só conhecida essa última, nos momentos informais), algumas vezes, acusa a existência de grupos na Associação, cujas táticas são incongruentes com o seu discurso democrático, desde que mais se aproximam da ordem totalitária.

Retomando o postulado ao iniciar este escrito – a crença na existência do ideal democrático na "ANPEd que temos" e o desejo de sua permanência na "ANPEd que queremos" – julgo conveniente, no sentido de buscar luzes para a interpretação do relatado, parafrasear Claude Lefort.[6]

Ele preconiza que a conquista da democracia é ininterrupta. Apesar de já atravessar séculos é uma invenção de perspectivas indefinidas, que tendo diante de si o futuro, subverte continuamente o vigente, gerando cada vez mais o historicamente visto como o seu limite – a resistência totalitária, disfarçada ou decidida –, que apreendida em tempo hábil, pode ser superada face à firmeza em perseguir o que a provocou. Por sua vez, é pertinente transcrever novamente o pensamento de Bobbio diante do objetivo acima dito. Estabelecendo o nexo entre democracia e dissenso ele afirma: "(...) num regime fundado sobre o consenso não imposto de cima para baixo, uma forma qualquer de dissenso é inevitável e que apenas onde o dissenso é livre para se manifestar o consenso é real, e que apenas onde o consenso é real o sistema pode proclamar-se com justeza democrático".[7]

Finalizando, deixo com os que tiverem a curiosidade de examinar o presente texto, a interpretação que julgarem mais pertinente diante do que tentei esboçar. Sua redação, se já contou com o registrado em material resultante do "projeto memória" da ANPED, muito se valeu, à luz da literatura recorrida, das falas, dos silêncios, das posturas físicas, enfim do conjunto de elementos que a memória pessoal ainda retém do convívio com os demais integrantes da Associação, nas reuniões anuais e noutros eventos de sua iniciativa, bem como nos momentos informais. As múltiplas facetas do princípio democrático, inspirador destas notas, nem por longe foram ventiladas. Sua interferência no delineamento da política de ação da ANPEd, a qual consubstancia a utopia que deve orientar o seu futuro, impõe a retomada de sua discussão, aqui reduzida, em termos embrionários aos limites do interior dessa instituição, da qual sou parte.

[6] *A Invenção democrática: os limites da dominação totalitária.* Trad. I. M. Loureiro, São Paulo. Brasiliense, 1983, p. 26-27.

[7] Op. cit., p. 61-3.

A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE BRASÍLIA

1. Silvia Velho – INEP

O meu depoimento é basicamente a partir do momento em que me incorporo a ANPEd, entre 80 e 81, época em que estava ligada ao programa de mestrado da UnB.

A história da ANPEd local que conheço nasce dentro da UnB, porque o Jacques Velloso, que era da ANPEd Nacional, reúne um grupo de educadores de Brasília que começa a se encontrar de forma assistemática, para discutir as questões educacionais.

Num primeiro momento podemos dizer que a ANPEd em Brasília tem um caráter acadêmico e que as pessoas que participavam, na

sua maioria, eram pessoas ligadas à Universidade, ao curso de Mestrado.

A partir de 1980, a ANPEd/BSB começa a ter uma maior participação de profissionais da educação, em geral ex-alunos da UnB, ligados às atividades do governo. O que a ANPEd significava para esse grupo? A ANPEd era o espaço político onde discutíamos criticamente as questões educacionais, questões essas que não podíamos discutir dentro do aparelho do Estado, no MEC, por exemplo. As reuniões eram pautadas em posturas críticas à política educacional. Não deixava de ser um negócio ambivalente porque alguns de nós estávamos, pela situação profissional, comprometidos com a execução desta política. A ANPEd significava, assim, o único espaço de reflexão crítica sobre a questão educacional.

A partir de 1982, no entanto, a ANPEd deixa de ser o único espaço para esse tipo de reflexão. Com a reorganização partidária em Brasília que foi muito importante porque sendo centro do poder as atividades políticas aqui eram, até então, totalmente cerceadas, nós brasilienses, conseguimos finalmente outros canais de participação. Começa aí um processo de envolvimento partidário, de comprometimento com legendas, ideários de partidos e passamos a ter novos espaços de ação política. A partir de então, a ANPEd começa a sofrer um esvaziamento devido ao comprometimento que as pessoas começam a ter com outras atividades – questão de disponibilidade de tempo e de perspectivas de um maior compromisso político com a educação. Nesta mesma época o Coordenador da ANPEd local passa a fazer parte do quadro de dirigentes do Ministério. Isso, obviamente, criou divisões internas na ANPEd, porém não explicitadas (hoje conseguimos avaliar o que significou esse momento), e ela começa a perder o caráter de neutralidade em relação ao poder. As reuniões vão ficando espaçadas e as pessoas ligadas à ANPEd/BSB começam a se desinteressar por estes encontros.

Naquela época, eu já vinha fazendo uma proposta para que a ANPEd/BSB tivesse um comprometimento maior com o movimento de educadores que estava se fortalecendo no Sindicato dos Professores em Brasília. O Sindicato tinha um Centro de Estudos que congregava pessoas que estavam refletindo sobre a prática educacional de Brasília. E eu tinha interesse particular em estar presente nestas discussões, sentia que a minha vocação naquele momento era discutir um pouco mais a questão educacional na sua prática, sair um pouco do que eu vinha fazendo na ANPEd que era a discussão teórico-crítica da política educacional e passar a conhecer um pouco mais a ação pedagógica desta própria política.

O trabalho técnico a nível federal ofusca a visão do regional. Só nos conscientizamos desse problema no momento em que fomos convidados a participar da discussão de um documento sobre educação no Distrito Federal. Descobrimos, então, o pouco que sabíamos sobre a prática educacional de Brasília. Sabíamos, pelo senso comum e, no meu caso, porque meu filho é aluno da escola do Distrito Federal. Nunca havíamos, porém, discutido de fato a questão educacional local. Foi bom participar do Sindicato para conhecer melhor o que vinha acontecendo na área de educação. Por exemplo: por que a educação aqui era considerada de qualidade superior – estou falando da escola pública – em relação ao resto do País?

Há algum tempo eu já vinha com essa proposta de atuar mais regionalmente e ela foi viabilizada quando o Walter assumiu a Coordenação da ANPEd local e me convidou para ficar na Secretaria. O Walter concordou com a proposta de um trabalho mais próximo ao Sindicato. O trabalhar com eles não significava um compromisso com a ação sindical e sim com as questões pertinentes à ação educacional da qual a atividade sindical emergia. Eu não estava preocupada com a questão da luta salarial, mas sim em analisar a questão dos salários dos professores, a partir da política que aviltou estes salários. Tínhamos também como objetivo levar a discussão acadêmica sobre educação para discuti-las com os professores sindicalizados.

Não adiantava fazermos reuniões da ANPEd para discutirmos a nossa produção intelectual porque, em maioria, não estávamos engajados numa produção intelectual. Nossa atividade cotidiana era de assessoramento técnico da política educacional e não produção de estudos ou pesquisas. A nossa proposta era a de que as reuniões fossem feitas com a presença de educadores para discutirmos com os professores de Brasília a questão educacional enquanto política do Estado. Trouxemos então educadores como o Gadotti, o Luiz Antonio Cunha, o Cury. Trouxemos ainda a Alice, de Belo Horizonte, que falou sobre a experiência do Congresso Mineiro de Educação, o que trouxe importantes subsídios para o Sindicato, uma vez que eles estavam iniciando a organização do Congresso de Educação no Distrito Federal.

Em meados de 1983, a organização política em Brasília começa a se fortalecer com a campanha pelas diretas. Começamos a nos engajar nessas lutas e, a partir daí, evidenciou-se a nossa pouca disponibilidade de tempo para a ANPEd. Nesse momento a Fundação Pedroso Horta convida a Associação a participar da organização de reuniões de educadores, visando à elaboração de um documento-proposta de educação para o Distrito Federal. O fato da ANPEd não poder ter ligações partidárias, interferia na nossa decisão de trabalhar com a Fundação Pedroso Horta, uma fundação de partido político. Foi proposto, então, que poderíamos coordenar as reuniões, não necessariamente reuniões partidárias e, sim, reuniões de educadores ligados a partidos, sindicatos e associações. Realizamos, no período de setembro de 84 a fevereiro de 85, cerca de 20 reuniões para elaboração do documento-base a ser discutido com os professores do Distrito Federal, contendo propostas para um governo democrático. Tais propostas não foram acatadas pelo Secretário de Educação por se tratar de documento feito por um grupo que não o dele. De qualquer forma, contém diretrizes que estão sendo incorporadas pela política educacional do Distrito Federal. Foi um documento que teve repercussão, teve uma história.

De toda a nossa experiência, ficou claro que a ANPEd é e pode ser um espaço de luta para os educadores. Ela precisa ser mais agressiva nas suas colocações, aparecer mais, ocupar mais espaço. Por outro lado, penso que a ANPEd em Brasília é o reflexo da época em que vivemos. Partimos de uma posição de oposição absoluta e de um silêncio obrigatório para uma participação mais efetiva. A Associação é mais lenta do que a ação prática do saber. Enquanto que a Associação requer reuniões e discussões, a ação prática é imediata. As pessoas estão fazendo, você rapidamente muda com elas, persegue novos caminhos.

Para o atual momento histórico, a ANPEd/BSB se enfraqueceu. Temos pensado em como renovar a Associação, fazê-la mais fortalecida. Quanto à Nacional já discuti com a Glaura, sobre sua idéia a respeito de uma confederação que unisse todas as associações. Não tenho uma visão muito clara sobre isso. Acho que teremos que aprender a conviver com a reorganização partidária do País, que atraiu muitos associados e com o fato de que as associações têm características, interesses e grupos específicos. Sei apenas que a ANPEd vai ter que se repensar e principalmente quanto a questão dos programas de mestrado. Precisamos, hoje, discutir esses programas e seus compromissos com a questão educacional. Os programas têm que conquistar mais espaço dentro das Secretarias de Educação e dentro das definições da política educacional do País.

HORIZONTES MAIS AMPLOS

Walter Garcia – CNPq

Esse depoimento deve ser visto dentro das condições sob as quais desenvolvo meu trabalho em Brasília. Trabalhando em organismos nacionais que têm grande abrangência, operamos com certos esquemas que podem ser facilmente generalizados. Tudo isto está sujeito a críticas e observações, até aquela frase "Brasília é uma ilha da fantasia".

Uma das primeiras contestações que fiz quando trabalhava na universidade, e que acabou por ser a responsável pela minha saída, foi à reforma universitária, implantada de cima para baixo. As universidades acabaram aceitando e hoje fazemos teses e discursos para mudar essa reforma que está aí e criar uma outra, talvez com os mesmos vícios e defeitos.

O regime político que o Brasil enfrentou nesses últimos anos fez com que a área social fosse vista como um resíduo do desenvolvimento econômico, obedecendo a uma estratégia política muito bem definida. A área social devia estar sob controle eficiente e competente e a melhor maneira de controlá-la seria fragmentá-la. Fragmentá-la em mil programas, projetos e propostas para não se perceber, em conjunto, o impacto significativo.

A área de educação também foi arrastada nessa concepção e os educadores se acomodaram a essa visão, encontrando formas de sobrevivência na criação de guetos culturais em torno de suas áreas profissionais. Associações de professores, de pesquisadores, uma espécie de autodefesa talvez inconsciente em relação às dificuldades. Os educadores universitários, mais sensíveis à questão, foram os que mais entraram naquilo que eu chamo de "corporativismo acadêmico". O florescimento dessas associações é um exemplo típico de reação de autodefesa. O que deveria ser um mecanismo transitório acabou impregnando toda uma visão do processo.

A minha crítica vincula a situação da ANPEd a tudo isso que ocorreu num plano mais geral. Se não fizermos uma análise bastante crítica desse processo não vamos conseguir superá-lo. Penso, também, não ser fácil romper com esse esquema porque o modelo da reforma universitária ajudou a consolidar defesas que, de certa forma, produzem uma posição cômoda. Toda a concepção da ciência valoriza o mérito, a produção, todas aquelas qualidades que se configuram como de "excelência" do padrão acadêmico. Tudo isso tem servido para acobertar, em muitos casos, um certo imobilismo, uma certa defesa de posições sem maiores justificativas, a título de manter o padrão, manter o dogma acadêmico.

Penso que a ANPEd não foge a essa análise. Se ela quiser se manter dentro desse padrão, deveria explicitar, abrir uma discussão sobre o que está escondendo. Essa defesa é de uma associação de pesquisadores ligados à área de pós-graduação e pesquisa em educação e se faz extremamente necessário à medida que a sociedade está rompendo com as amarras do passado e buscando novos caminhos. Procurar justificar em nome da situação do passado o que levou a essa corporativização, parece-me querer aumentar o distanciamento em relação às necessidades e aos compromissos que o futuro exige.

Considero os educadores extremamente frágeis na sua capacidade de articulação, em termos políticos e de ressonância social. Somos subdivididos em várias associações pequenas que respondem mais aos interesses de uma parcela pequena de pessoas que ela representa, do que os interesses sociais que ela expressa. Esse é o impasse. Somos frágeis e fragmentados e aspirantes a uma influência social significativa.

O momento é este. Talvez já estejamos um pouco atrasados em relação ao que está acontecendo na sociedade como um todo. Grupos comunitários, como mutuários do BNH e outras associações que nasceram aqui, totalmente desvinculados do modelo político, têm hoje uma força grande, um poder de barganha política muito maior do que nós que somos pessoas esclarecidas, que estudamos em boas escolas, que conhecemos o panorama político do País, mas somos fracos em estabelecer articulações e compromissos políticos para defender nossas idéias.

Este é, realmente, um impasse. Não vejo muitas perspectivas a curto prazo de superarmos essas limitações. Na medida em que me encontro provisoriamente fora da área de educação, trabalhando num setor também extremamente frágil, mas já com uma abrangência maior que o setor educacional, percebo o quanto somos tecnicamente despreparados para articulações políticas mais amplas.

Nós educadores somos muito presos à nossa especialização acadêmica e tendemos a raciocinar o social a partir da nossa ótica específica. Uma transcendência para outros setores nos permitiria uma visão mais ampla e mais completa da vida do País. Temos horror de conhecer a política, pois como manter os nossos compromissos de educadores vinculados com a política? Ouço críticas a companheiros nossos que ocupam cargos no governo e eu mesmo já sofri esse tipo de crítica.

No recente episódio de mudança do governo e até o momento, percebo a falta de pessoas da área acadêmica dispostas a entrar na política educacional. Elas têm um certo pudor de sujar as mãos, embora não verbalizem explicitamente, de assumirem um cargo na administração, de lidar com certos assuntos que poderiam comprometer a imagem que se auto-atribuem. Isso para mim é sinônimo de isolamento, um distanciamento que pode levar até a paranóia se ele não tiver canais de troca com outros setores da sociedade.

Deveríamos, assim, nos associar às demais entidades já que não será possível extinguir várias delas, como a ANPEd, para fundi-las em apenas uma ou duas. Deveríamos criar mecanismos para desenvolver articulações com outras áreas.

Por outro lado, sinto que a ANPEd encontra-se em processo de crescimento e de envolvimento com seus associados. Sua vinculação é com a área acadêmica, fruto de sua origem e é difícil mudar a configuração do seu público, que é um público diferenciado.

As mudanças que poderiam ou poderão ser acionadas através dos programas de apoio à pesquisa, juntamente com a ANPEd, só acontecerão com maior consistência quando a Associação tiver uma visão mais interdisciplinar da pesquisa. Para tanto, necessário se faz atrair outros profissionais. Voltamos, então, à colocação inicial – temos que deixar esse prurido academicista de defesa do território como faz o leão ao defender o seu espaço, e partirmos para uma discussão mais franca, menos corporativa.

O economista, por exemplo, aceita mais compromissos como categoria – apesar de muito bitolados em termos de visão social. Tradicionalmente, nas universidades, os cursos de economia são fracos, mas são eles os profissionais ditos liberais que mais exerceram influência nesse país ao longo desses 20 anos. Ocupam praticamente todos os espaços que podiam ocupar dentro de determinadas propostas que não são as nossas. Revelam, ao mesmo tempo, amadurecimento político de uma categoria profissional. Têm suas associações, são fortes e exercem influência política nos destinos do País.

Por outro lado o profissional da educação, pela sua própria origem, é um sujeito absolutamente indefinido em termos de perfil, isto porque provém de várias áreas. Ainda não se estabeleceu um nível de consciência política da atuação desse profissional, mesmo dentro de seu contexto. E fora de seu contexto torna-se um sujeito facilmente manipulado. Só podemos crescer quando formos suficientemente maduros para explicitarmos essas questões sem ferir suscetibilidades e individualidades. Precisamos ainda superar a fase da ofensa pessoal por uma discussão mais política.

E AGORA, JOSÉ?

Nilda Alves – UFF

O cruzado mudou
A urna fechou
E agora, José *

Durante mais de um ano, de meados de 1985 ao final de 1986, todas as associações dos profissionais do ensino, as de pesquisa, as corporativistas, ou as nem tanto lá, nem tanto cá, realizaram seus encontros locais, estaduais, regionais e nacionais, em torno do tema *Educação e Constituinte*.

* Com perdão do poeta-profeta, não resisti à tentação de usar esta frase, na qual ele tão bem caracterizou qualquer momento de saída quase impossível.

Consistentes e coerentes, documentos saíram da maioria desses encontros. Acredito que a culminância deles pode ser encontrada na *Carta de Goiânia*, aprovada ao final da IV Conferência Brasileira de Educação (set. 86). Na base de todos eles e como seu ponto nodal, está a defesa da escola pública, universal, gratuita e laica e o princípio de verbas públicas para a escola pública.

Muitos de nós fomos a vários desses encontros. Deles participamos ativamente ou ouvimos contar. Certamente agora – *E agora, José?* – estamos todos nos perguntando: como levar efetivamente para a Constituição as questões nodais que defendemos, enquanto conjunto do(s) movimento(s) e enquanto cidadãos, e que estão expressas nos diversos documentos?

Gostaria de expor o que penso fazer pessoalmente e o que creio dever ser o caminho coletivo a traçar.

Pertenço a várias associações de profissionais do ensino: ANPEd, ANDE, CEDES, CEP-RJ (Centro Estadual de Professores) e SINPRO-RJ (Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro), por conseguinte, CPB (Confederação dos Professores do Brasil); ASSEERJ (Associação dos Supervisores Educacionais do Rio de Janeiro), ADUFF (Associação dos Docentes da UFF), portanto ANDES; além da SBPC.

Uma das questões mais freqüentes que ouço por este Brasil afora, sobretudo quando se discutem problemas do supervisor educacional, mas também a existência da ANDE, da ANPEd, da ANDES é: será que a existência de tantas associações não é ruim? Não enfraquece o movimento? Não *seria* melhor uma só? Respondendo a estas questões, explico sempre que não sou pessoa de analisar situações no condicional; no *seria*. O caminho encontrado pelo movimento dos profissionais do ensino *foi* o de múltiplas associações, esta *é* a realidade que temos e com ela precisamos trabalhar.

Neste sentido, não resisto à tentação de citar Henri Lefebvre, num trecho que anda comigo nestes últimos tempos:

> *Os piores idealistas são os que querem viver segundo a "essência" do amor, ou da justiça, ou do pensamento. Que é amor, por exemplo, fora e além dos múltiplos eventos, aparentemente insignificantes, da vida cotidiana? Um amor que se quer "essencial" e que se manifesta apenas em "grandes circunstâncias" e um amor inumano, ressecado, que nada traz para o ser amado; e, tanto mais ele é assim "essencial", tanto mais é interior e secreto, tanto mais é exterior à vida. É na* vida cotidiana *que se devem realizar as grandes idéias e os grandes sentimentos; devem* retornar das profundezas ocultas da essência *ao humilde detalhe da vida; e é precisamente esse o sentido da prática na qual deve se realizar o ideal.* (aspas e grifos do autor)

Neste sentido, o cotidiano da organização dos profissionais do ensino, nos últimos dez anos, levou ao surgimento das numerosas associações que hoje temos. Neste quadro, para uns basta (ou só é possível) se associar a uma das entidades; para outros, como é o meu caso, torna-se necessário associar-se a várias e, é claro, surgem problemas sérios com a militância – como a falta de tempo, por exemplo. Dentro destes problemas, no entanto, há um que não surgiu até agora: a existência de posições opostas das entidades, em questões básicas, que obrigasse a definições radicais por esta ou aquela.

Em outras palavras, se existem divergências, e ainda bem que existem, elas não são insuperáveis, e, por outro lado, as posições centrais das diversas entidades vêm tendendo a se encontrar cada vez mais.

Desta forma, creio ser inteiramente factível o necessário movimento a que devemos dedicar hoje nossos esforços, no sentido de pressionar a Constituinte, para que as definições centrais expressas nos nossos documentos ganhem espaço na Constituição.

Para isto, acredito que possamos realizar alguma ações que dêem a este movimento organicidade crescente e amplitude maior. Antes de mais nada, creio que a ANPEd – e porque não juntamente com a ANDE e o CEDES, tradicionais parceiros? – poderá ob-

ter financiamento para organizar, o mais rápido possível, um encontro de dirigentes de entidades com caráter nacional, tendo por base a *Carta de Goiânia*. Deste encontro, sairá não só uma *Carta* assinada pelas entidades presentes, como também decisões sobre o movimento articulado para organizar os profissionais do ensino de norte a sul deste País.

Lembro que da IX Reunião Anual da ANPEd (Rio, junho de 1986) saiu um documento bem interessante sobre um movimento pela escola pública, que pode servir de base à discussão.

Acredito que a culminância deverá se dar em um encontro nacional, mais amplo, com divulgação antecipada e mobilização concentrada, coincidindo com um momento significativo. Provavelmente, o melhor momento é o da realização da Reunião Anual da SBPC, no mês de julho, em Brasília. Julho se apresenta como muito bom, quer por corresponder às férias escolares, quer porque se tem tempo útil após a reunião, para se atuar junto à Constituinte. O local, Brasília, é também estratégico para o caso.

Em síntese, o calendário das ações poderá ser:

Início de abril – Reunião de dirigentes de entidades profissionais do ensino para redação de uma *Carta de Brasília* e organização de campanha nacional em defesa da escola pública, gratuita, universal e laica.

De abril a início de julho – Ampliação da campanha, com incorporação de toda as forças organizadas do País (movimento de outros profissionais, movimentos de moradores, sindicatos de trabalhadores, partidos políticos), contato com a SBPC para obtenção de um espaço/tempo, durante a 39ª Reunião Anual.

Início de julho – Grande reunião nacional em defesa da escola pública gratuita universal e laica, durante a 39ª Reunião Anual da SBPC.

Este movimento deve concentrar nossas ações neste ano de 1987. Eu, pessoalmente, pretendo jogar o melhor dos meus esforços nisto e acredito, pelo percurso que acompanhei, nos encontros das entidades a que pertenço, que não haverá nenhum problema para chegarmos a pontos comuns – aliás, já estamos neles. O que precisamos é, encontrando-nos, encontrarmos o caminho que juntos precisamos fazer para transformar as questões nodais do ensino em questões *públicas e populares*.

Nota da Redação:

Em termos de articulação da sociedade civil com vistas à nova Constituição brasileira, a ANDES está promovendo um *Forum Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia na Constituinte*. Seu objetivo é definir uma plataforma consensual sobre estes temas e encaminhá-la aos partidos políticos, sem prejuízo de outras propostas específicas. Caberia ainda ao *Forum* acompanhar e influir nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Participaram das reuniões preparatórias, entre outras entidades: OAB, SBPC, CPB, CUT e UNE. A ANPEd, o CEDES e a ANDE, também convidados, encaminharam aos organizadores a *Carta de Goiânia*, como contribuição ao *Forum*.

ANPEd QUE TEMOS ANPEd QUE QUEREMOS

Ira Maria Maciel – UERJ
Osmar Fávero – FGV/IESAE

No relato da *ANPEd que temos*, procuramos, de início, nos colocar na ótica dos associados que nos ajudaram a reconstruir a trajetória da Associação. Mas não fizemos um retrato sem retoques. Ao selecionar e interpretar aspectos significativos dessa trajetória e de nossa prática atual, assumimos o risco de sermos parciais, recortando imagens e cenários limitados pela nossa capacidade de identificar o real.

Nasce desse relato, uma proposta da *ANPEd que queremos*. Como não poderia deixar de ser e considerando principalmente que foram poucas – embora valiosas – as sugestões recebidas, esta proposta traz a marca registrada da atual Diretoria. Nela procuramos trabalhar contrastes, mais que meio-tons. Para isto, de

muito nos valeu a experiência de outras associações; clara ou veladamente, o confronto permeia todo este texto.

Achamos oportuno, inicialmente, resgatar perplexidades e definições que polarizaram e polarizam até hoje a discussão sobre a própria identidade da Associação. Nesse sentido, retomamos questões que emergiram praticamente de todos os depoimentos, que estão referidas em vários textos e que ainda hoje geram conflitos e dissensos.

No momento da instalação enfrentou-se um problema fundamental. Nas palavras de Célia Linhares. "A ANPEd deveria ser uma associação de programas de pós-graduação (pessoas jurídicas) e/ou de professores pesquisadores e alunos (pessoas físicas)?" A alternativa escolhida foi a de uma associação de programas e membros individuais — pesquisadores, professores e estudantes de pós-graduação. Julieta acredita "que essas presenças tiveram importância decisiva para o crescimento da Associação." Para Carmelo, esta opção fez com que a ANPEd não se configurasse como *institucionalizada* — ou seja, representante dos cursos de pós-graduação frente à CAPES e responsável pelo sistema auto-regulador na política de pós-graduação em educação montado por aquela —, em favor de uma função *instituinte*: "representante da sociedade civil, ecoando mais as necessidades e interesses dos corpos docente, discente e de pesquisadores." Isto lhe permitiria colaborar com o Estado, mas a deixaria livre para exercer uma articulação política mais eficiente e uma representatividade mais crítica e, no horizonte, ter uma atuação autônoma.

Por outro lado, analisando essa opção estatutária, Elizabeth indaga se tal fato não é gerador de ambiguidades e de interferências, talvez responsável pela ocorrência de omissão e desmobilização dos associados. Concretamente, hoje. "A entidade existe para defender interesses dos programas de pesquisa e pós-graduação educacionais, que mantidos pelo Estado, têm autonomia limitada? Ou ela existe em função de compromissos dos profissionais e estudantes vinculados aos citados programas?"

Não nos parece ser este o verdadeiro problema. Mesmo considerando que haja feridas anteriores, não sentimos conflito entre sócios individuais e sócios institucionais. A nosso ver, as dificuldades se localizam em outras esferas. Na prática atual, consideram-se todos os programas de pós-graduação como "sócios naturais"; mas nem todos os programas se sentem comprometidos com a ANPEd. Não sendo uma Associação que coordene cursos, a adesão efetiva é voluntária; há, por exemplo, vários programas que se omitem até do pagamento d da anuidade. O que pode gerar adesão e compromissos efetivos?

Analisando esse quadro em associações congêneres, vamos encontrar situações diversas. No caso da ANPOCS, ANPEC e outras, sabe-se haver grande esforço por parte dos programas — e também de indivíduos — para pertencerem aos seus quadros, resguardando-se estas associações o direito de recusar a admissão de programas considerados fracos.

Mesmo conhecendo as críticas daqueles que "ficaram de fora", ou dos que não participam da sempre lembrada "política de grupos", essas associações construíram imagens excelentes e resguardam ciosamente (pelo menos para fins externos) a qualidade de sua produção. Por isto e para isto são amparadas por recursos substanciais do Estado e de fundações internacionais.

Em nosso caso, Darcy Closs parece colocar o dedo na ferida. "Sem dúvida alguma o papel desempenhado pela ANPEd, ao longo dos últimos anos, tem sido importante. A ANPEd tem definido seu espaço de atuação como um grande forum de debates. Fica, no entanto, a questão se ela não tem incorrido em uma certa omissão quanto ao seu papel relativo à qualidade dos cursos de pós-graduação em educação." Nós também acreditamos, como ele, "que no momento em que uma associação passa a ser severa com seus cursos, no momento em que ela passa a cobrar qualidade dos Comitês de Assessores (CAs) a nível de CAPES e de CNPq, no momento em que ela distribui bolsas e auxílios tão somente em função de uma qualidade desejada, essa associação passa a ser respeitada como uma força. Inclusive politicamente." Mas achamos que é normal que

esse controle seja mantido pelos próprios CAs de Educação – pois ajudamo-los a se constituir (no caso do CNPq), influindo na eleição de seus membros (que não são todos da ANPEd, como se acusa...); temos procurado apoiar vigilantemente sua ação, pelo menos nos últimos anos. Talvez seja necessário definir melhor esta *mediação*, mas não nos parece que estejam ocorrendo ambiguidades, nem nos parece que a melhor política seja substituir o Estado, assumindo tarefas que suas agências devem cumprir cada vez melhor. A ANPEd reservar-se-ia o papel que Saviani aponta como importante: "... aguçar a consciência do conjunto da sociedade para a importância das questões educacionais, aumentando a função da sociedade civil sobre o Estado..." Não se trata de assumir para a Associação "preocupações que acometem à organização estatal", mas de explorar "a possibilidade de que determinadas reivindicações não sejam colocadas apenas em forma de crítica, de contestação da direção dominante, mas que as solicitações se transformem em política de ação do próprio Estado."

Vale também reproduzir o reforço a esta posição, nas palavras de Hermann Baeta: "Quanto à relação Ordem dos Advogados e Estado, a OAB se caracteriza por uma extrema e total independência de não-submissão ou alinhamento político ao Estado, o que nos possibilita criticá-lo... Se queremos a legitimidade e democratização do poder, não podemos estar subordinados nem ao Estado, nem aos partidos políticos. É claro que em determinados momentos há pontos coincidentes entre a Ordem e a vontade do Estado e de alguns partidos políticos. Procedemos assim sem perder a identidade de nossa instituição."

Mas fica a pergunta: por que os programas de pós-graduação em educação não se sentem parte da ANPEd? Será esta situação reflexo da pobreza da área? Será efeito de um processo de autodesvalorização dos próprios profissionais que ainda não alcançaram um plena consciência de sua categoria e por isso mesmo, em vez de se organizarem e assumirem suas carências passam a querer pertencer a categorias de maior prestígio? Ou desprestigiam o espaço que lhes pertence? Será que o grupo de educadores internalizou frente a outros grupos e outras áreas científicas uma posição de subalternos? Talvez se deva aceitar, como diz Evaldo que "até os setores mais intelectualizados não têm tido condições de viabilizar e efetivar seus direitos de cidadania."

Exatamente aqui atualiza-se o problema fundamental revelado já na origem da ANPEd: a natureza mesma da associação. Não se trata de mudar a opção, mas de assumi-la. Deve-se discutir se o acadêmico tem sido tratado em nossas reuniões, no mesmo nível do político; mas não de poder esquecer que é o político que envolve esse acadêmico e lhe dá a direção. Mais, ainda: o papel fundamental que se espera ver cumprido pela ANPEd, não lhe é exclusivo. Não só é importante, como urgente somar esforços com outras associações e procurar mesmo uma aglutinação com aquelas da área educacional (ver, neste sentido, não só a dimensão teórica desenvolvida por Saviani e Miriam, mas também a proposta operacional de Walter e Nilda).

Se, de um lado, alguns programas não assumem a ANPEd e se muitos sócios individuais carecem de respostas mais decididas, por outro faltam-lhe definição política e condições de infra-estrutura para atender às demandas específicas das diversas categorias e grupos que a ela se associam. Acreditamos que a ANPEd deve clarear as definições políticas (que existem, algumas vezes nas entrelinhas) e buscar condições operacionais para atender a essas diversas demandas. Uma condição básica para isto é a conquista da autonomia econômico-financeira – mesmo que relativa.

Retomando nossas origens, guardamos a marca de uma instituição que nasceu de uma proposta de institucionalização de um sistema auto-regulador da política de pós-graduação em educação, com vínculos umbilicais com a política oficial. Na trajetória da ANPEd, nota-se uma oscilação entre as práticas institucionalizadas e instituintes. Mas, a rigor, a autonomia precisa ser reafirmada cotidianamente – como declaração de princípios e sobretudo como prática concreta. Em particular, analisando nossas fontes de recursos

observa-se grande dependência do Estado; apenas uma reduzida parcela provém de anuidades. A constatação desse fato leva-nos a indagar: será que cortamos mesmo o cordão umbilical? A pouca preocupação com a autonomia financeira não nos empurra para freqüentes "síndromes de simbiose"?

Por oportuno, inserimos aqui um complemento do texto de Miriam Limoeiro, a respeito da relação entre financiamento e autonomia: "Para associações de categorias ou grupamentos das classes subalternas que visem ao reconhecimento e ao atendimento de direitos e à conquista da melhoria das condições de vida ou de trabalho daqueles que se fazem representar pela associação, a independência econômico-financeira é condição de sua autonomia. Tal independência supõe autofinanciamento, que no máximo pode incluir ajuda das próprias associações afins entre si. A dependência financeira impede na prática a independência destas associações. A mobilização de recursos para associações como essas é sempre função do interesse na associação. Para qualquer eventual financiamento externo a ela, é necessário perguntar-se sobre que interesse move o financiador, para que se estabeleça com nitidez a diferença entre tal interesse e aquele dos associados".

Essa posição é a mesma de Saviani: "Entendo que as associações deveriam dispor de recursos próprios a sua sobrevivência, única maneira de procurar a sua autonomia. Caso contrário, ela vai se constituir numa espécie de apêndice do Estado. No caso da ANPEd, na medida em que ela é uma associação que envolve tanto sócios institucionais como individuais, deveria ter sua sustentação através de recursos desses sócios e de iniciativas culturais que ela promova. O funcionamento de eventos é mais fácil de ser equacionado. Em nada uma associação tem sua autonomia ferida... Isto não constitui problema, desde que a entidade não necessite condicionar a obtenção desse financiamento ao ajuste da sua proposta para atender a interesses dos órgãos financiadores".

Conscientes da possibilidade de uma trama permanente e da importância vital de definir cada vez melhor a relação com o Estado, precisamos "dar uma virada" para que a auto-sustentação da ANPEd venha a acontecer. Neste sentido, o grupo de sócios que se reuniu em Goiânia, durante a IV CBE, sugeriu que se envidassem esforços no sentido de elaborar um projeto de viabilidade econômico-financeira para a Associação, reservando espaço na X Reunião Anual para discuti-lo em profundidade, ao lado das questões político-administrativas.

Outra questão soma-se às anteriores: a do funcionamento das secções locais. A sua proposta, no dizer de Elizabeth, representou uma vitória da facção nordestina, obtida na revisão do estatuto em 1980, no mesmo momento em que se abriram perspectivas para a criação dos grupos de trabalho. Segundo ela, todavia: "Salvo engano, a idéia das secções locais não saiu da pista para o levante do vôo". Mesmo a experiência da Subsecretaria Regional do Nordeste, a única implantada, dissoveu-se nos últimos anos. Talvez venha ocorrendo, no entanto, uma forma até mais eficiente de coordenação dos programas de pós-graduação, efetivada nos encontros regionais dos coordenadores de cursos.

Mas, se por um lado enfrentamos estas indefinições, e outras mais, muito esforço foi e está sendo dispendido para que as funções básicas da ANPEd sejam realizadas. Vale recordar as mais importantes.

Quanto às articulações e representações

Compete à ANPEd articular seus sócios – institucionais e individuais no sentido de desenvolver e aperfeiçoar a pós-graduação e a pesquisa em educação. Seu objetivo específico é a melhoria da qualidade de ensino e da pesquisa, em função de um projeto de sociedade democrática. Ao mesmo tempo que define este projeto, a partir de sua prática e em articulação com outras associações e entidades da sociedade civil, cabe-lhe representar seus sócios frente ao Estado. Neste particular, a ANPEd tem garantido presença significativa junto aos órgãos governamentais, responsáveis pela definição da política científica, em especial a CAPES. Têm sido frequentes e per-

manentes os contatos junto às agências de pesquisa, como o INEP, a FINEP e o CNPq. As gestões para financiamento das reuniões anuais, apoio às reuniões de coordenadores, conferências brasileiras de educação, são rotineiras. Acompanham-se também as eleições e as ações da Comissão de Consultores junto à CAPES e do Comitê Assessor do CNPq. Participa-se como membro coordenador do Programa Integrado de Educação, ao lado das agências referidas.

Muitas oportunidades foram concretizadas em termos de representação. Um espaço recentemente retomado e ampliado foi o da SBPC: participamos da Comissão de Representantes de Sociedades e Entidades Científicas que colaboram na preparação da 39ª Reunião Anual. Dois sócios da ANPEd incorporaram-se à Comissão de Informática para o Ensino de 1º e 2º Graus; outro compõe a Comissão sobre "Educação e Constituinte" do MEC; participa-se do Conselho Nacional de Direitos da Mulher; é variada e freqüente a presença institucional e individual em seminários e reuniões amplas.

Por sua vez, são constantes as solicitações, por parte desses órgãos, para que a ANPEd colabore, como instituição ou através de sócios, na definição de suas políticas e na implementação de seus programas. Freqüentes também as oportunidades de articulação, para apoio ou rejeição de atos do poder estatal – quer internas, solicitando as coordenações dos programas e eventualmente todos os sócios; quer externas, somando ao lado de outras entidades e associações.

Quanto aos intercâmbios

Desde a sua origem, a ANPEd tem se preocupado em criar oportunidades de intercâmbio, haja vista a realização de nove reuniões anuais, congregando os associados da entidade; o apoio dado aos seminários regionais de pesquisa; a presença junto aos "estágios de pesquisa", no âmbito do Programa Integrado de Educação, coordenado pela Fundação Carlos Chagas. Como espaço maior de intercâmbio, destacam-se as CBEs, evento no qual se amplia o contacto com outras associações e entidades da área da educação e de outras áreas. Trata-se da melhor oportunidade criada até hoje para contactos com professores da rede escolar do 1º e 2º graus, assim como com alunos de graduação e educadores que trabalham em qualquer modalidade de educação, profissionais engajados no Ministério e Secretaria de Educação e outros órgãos públicos ou entidades privadas que atuam diretamente ou indiretamente no campo educacional. As CBEs representam ainda uma aproximação mais direta com a sociedade, na medida em que focalizam principalmente os aspectos da educação. A ANPEd junto às outras associações constitui-se nesse momento uma instância de críticas, e resistências, propostas e exigências democráticas da sociedade civil.

Na IX Reunião Anual da ANPEd, (Rio de Janeiro, junho de 1986) e depois na IV CBE, (Goiânia, setembro do mesmo ano) levantaram-se questões básicas para a democratização da sociedade (participação popular, política econômica, reforma agrária, acesso e permanência na escola pública etc.). Como produto final temos a Carta de Goiânia (Informe ANPEd) que se constitui numa pauta de reivindicações dos educadores da maior importância para uma mudança no plano político-institucional.

Entre muros, acontece um importante "locus" de discussão e intercâmbio através dos Grupos de Trabalho, que desde o início são vistos como uma promessa de vitalização e dinamização da Associação. Os GTs são definidos como espaço acadêmico com potencial para um avanço nas áreas de conhecimento – e neste sentido não só complementar, mas com horizontes muito mais amplos que os "estágios de pesquisa". Representam, ainda, como diz Arroyo (no *Boletim* nº 1/86) o espaço privilegiado onde a ANPEd pode "definir sua identidade não frente ao Estado, mas frente à sociedade civil".

Por ocasião da IX Reunião Anual, os Gts tiveram um novo momento de redefinição e posicionamento teórico e político. A Diretoria atual engajou-se na produção de um número do Boletim que recuperou a origem dos GTs, sua memória, desvelando caminhos e

descaminhos percorridos e oferecendo subsídios para uma redefinição mais clara das suas funções. Os grupos que efetivamente passaram a constituir-se em oficinas de trabalho realizaram um salto qualitativo em sua prática. No entanto, apesar de se ter redigido, pela primeira vez, um programa comum de atividades destes grupos, com vistas à obtenção de financiamento no PLano de Metas 1986-89 (através do Ministério de Ciência e Tecnologia) foi pequeno o apoio recebido (do INEP) e não se conseguiu concretizar em todos os grupos e desejado intercâmbio permanente. Na verdade, os próprios horizontes dos GTs ainda estão muito limitados, a maioria deles volta-se para os problemas cotidianos do ensino sem colocá-los numa dimensão teórica e política maior.

Essas iniciativas apontadas estão longe de esgotar as necessidades de intercâmbio e muitos espaços ainda necessitam ser conquistados. Em particular, é pequeno o intercâmbio com as associações congêneres de pós-graduação, constituindo-se este *Boletim* "no primeiro passo para concretizar essa aproximação"; apenas se iniciam contactos mais freqüentes com a ANDES e com a ANPAE; é quase ausente o contato com associações mais amplas: OAB, ABI, CBP, SBPC etc. É preciso ainda encontrar mecanismos de intercâmbio sistemático com os professores das diversas redes de ensino, pois tem havido muito mais um intercâmbio entre pares. Vale, entretanto, ressaltar a tentativa realizada pelo Núcleo de Brasília, relatada no depoimento de Silva Velho.

Quanto às informações

Desde o início, a ANPEd procurou estabelecer um canal de comunicação com os associados, através de um *Boletim Informativo*. Houve também a tentativa de edição dos *Cadernos da ANPEd* e um projeto não concretizado de criação de uma *Revista* da Associação. Na atual gestão, como substitutivo viável desta última idéia, procurou-se dar nova estrutura e melhorar o formato do *Boletim*, assim como retomar sua periodicidade. Ampliaram-se as notícias, algumas abordadas de modo circunstanciado como informes (por exemplo: IV CBE, Seminário Regional de Pesquisa do Nordeste, Estágios de Intercâmbio). Criou-se espaço para o livre debate. Enriqueceu-se o *Boletim* como veículo de informação, publicando sistematicamente os relatórios do Comitê Assessor de Educação do CNPq (privilégio que agradecemos a este Comitê), e transcrevendo carta-circular do Presidente da Comissão de Consultores Científicos da Área de Educação junto à CAPES (a primeira delas vai publicada neste número).

Importante, sobretudo, foi centrar cada número do *Boletim* num tema fundamental para a área (avaliação dos cursos de pós-graduação, abordado no nº 5-6, out.-dez. 1985) ou para a própria ANPEd (grupos de trabalho, vol. 8, nº 1, jan.-mar. 1986). Na elaboração desses números, foi grande o trabalho de levantamento de dados retrospectivos, de recuperação de informações. É enorme o esforço para conseguir colaboração dos sócios e de pessoas de outras associações e entidades, na perspectiva de suscitar uma discussão ampla, que favorecesse uma tomada de consciência e estimulasse tomadas de posição.

O *Boletim* caminha, neste sentido, para ser instrumento de mobilização, consciência e organização, veiculando críticas e autocríticas. Além do mais, tentou-se, através dele, estimular o encaminhamento de propostas e sugestões das bases, numa perspectiva de exercício democrático. Este número, em particular, concretiza o modelo que nos propusemos desenvolver – ainda com falhas (que reconhecemos); pobre na sua apresentação (embora o conteúdo já seja o de uma revista especializada); mais uma vez relativamente atrasado (é fácil perceber o porquê). Apesar de tudo isso, constitui-se no melhor retrato que podemos apresentar de nossa Associação (e que de nossa parte, apresentamos com a satisfação de dever cumprido).

As circulares apoiaram os Boletins, em mala direta para os coordenadores de Programas (que às vezes as arquivaram até sem lê-las!) e dos Grupos de Trabalho, conforme os assuntos. Algumas foram elaboradas com vistas a todos os sócios, em momentos especiais – simultaneamente de prestação de contas e

desabafo. Recentemente, todas as circulares passaram a ser enviadas a todas as cidades que não têm programa de pós-graduação, constituídos ou não em núcleos locais.

Firmado o *Boletim* (poderemos mantê-lo assim?) sentimos agudamente a falta de um informativo mais ágil, uma folha mensal que fizesse chegar aos associados as informações mais urgentes e as notícias mais quentes — o que deverá constituir-se em proposta para a futura Diretoria. (Houve inclusive convite da SBPC para nos associarmos ao informativo semanal editado pela *Revista Ciência Hoje*, convite que estamos procurando atender).

Não podemos esquecer a edição dos *Catálogos de Tese*, assumida pela ANPEd, na área da educação, por ter a CAPES suspendido a publicação dos catálogos gerais, em 1980. Foram editados os volumes correspondentes a 1982 e 1983; o volume de 1984 está no prelo; estamos iniciando a elaboração de 1985-86. Apesar de ser uma tarefa supletiva, a dificuldade de acesso às informações a justifica, pelo menos temporariamente, desde que continuemos a contar com o apoio financeiro do INEP e fazer os referidos catálogos em integração com a CAPES.

Na mesma linha, sentimos agudamente a falta de informações sobre os relatórios de pesquisas realizadas e projetos em execução. À ANPEd cabe promover a edição de catálogos básicos — diretamente pelos órgãos governamentais por eles responsáveis ou em colaboração com os mesmos: INEP, o de pesquisas; CAPES, o de teses; CNPq, o de pesquisadores.

E, pelo menos como registro — e por que não como propaganda? — vale lembrar a coedição dos anais das CBEs, em conjunto com a ANDE e o CEDES, divulgando a produção científica e as propostas políticas abordadas nas referidas conferências.

Quanto ao compromisso com o ótimo e a necessidade do novo

As ações implementadas para a consecução das funções da ANPEd, apresentadas anteriormente, refletem os compromissos assumidos para apoiar, desenvolver e aperfeiçoar a pós-graduação em educação.

No entanto, muito ainda tem que ser feito para o efetivo desenvolvimento da área, especialmente no caso dos programas classificados como C ou D, na avaliação da CAPES. Durante os últimos anos, as últimas Diretorias sómente excepcionalmente puderam oferecer apoio para esses cursos. É sugestão do Programa de Florianópolis (transmitida por Leda) que a ANPEd elabore projeto de estágio na área de ensino. Por sua vez, Cury insiste que as coordenações não estão sabendo aproveitar o Programa de Visitantes Nacionais (PVN) da CAPES para o exame de teses, reforço de disciplinas, consultoria em aspectos teórico-metodológicos e em projetos de pesquisa, etc.

Temos refletido a necessidade de profunda revisão do papel e da estrutura da pós-graduação, no bojo da avaliação da função social e da estrutura da universidade e na perspectiva da ampla redemocratização da sociedade brasileira. Para isto, é fundamental uma análise crítica de nossa produção científica e, em especial, um reformulação das condições institucionais que atualmente estão inviabilizando do contribuições mais criativas dos profissionais da área de educação.

A crise no início dos anos 80 incrustou-se nas instituições — ministérios, secretarias, universidades, agências de fomento de pesquisa. Pelo menos na área de educação, divide-se miséria. É inglório querer pesquisar uma faculdade, centro ou instituto de educação; cada vez torna-se mais difícil fazê-lo, inclusive por desgaste e cansaço. Por sua vez, a democratização da gestão educacional precisa ser transfigurada; os processos de escolha precisam ser amadurecidos, assim como é preciso lutar por uma carreira profissional condizente.

Não basta só aumentar o volume de recursos financeiros, nem só aperfeiçoar recursos humanos. A pós-graduação precisa transformar o seu jeito estereotipado de acontecer.

Muitas articulações deverão ser processadas para que "malhas" como as estendidas pelo Conselho Federal de Educação, pelo ceticismo e acomodação, por exemplo, não impeçam o lugar absolutamente fundamental da experi-

mentação e da criação. É preciso libertar-se da burocratização asfixiante e encontrar espaços de autonomia para efetivar transformações imprescindíveis. Todos nós sabemos como é difícil mover-se para realizar alterações de funcionamento — às vezes óbvias, inofensivas, consensuais.

É preciso reinterpretar e reinventar representações sociais como produtividade, qualidade, eficiência, eficácia etc. Ser veloz não é ser apressado; ser experimentador não é ser improvisador; ser ousado não é ser irresponsável. Toda audácia pode estar sustentada em atitudes permanentes de vigilância e apropriação crítica de acertos e erros elaborados numa postura estritamente científica.

O projeto ideológico subjacente deve se tornar transparente e transformador da universidade, da pós-graduação e da sociedade brasileira. Prática e teoria devem estar sempre entrelaçadas e recriadas.

A pós-graduação brasileira não pode alienar-se na busca fantasiosa de funcionamento das grandes potências. A dependência cultural, além de outros fatores, não tem permitido encontrar o caminho da pós-graduação no contexto do Terceiro Mundo. Isso não significa porém abandonar o compromisso com o ótimo e o novo.

Para a atual Diretoria, a fase próxima futura da ANPEd configura-se como essencialmente de *definição mais precisa de seus rumos.* Em termos de ações-meio, trata-se de buscar uma *consolidação* da Associação, que envolve tarefas no sentido de:

a) fixar o quadro de sócios, estabelecendo os vínculos mínimos para os sócios institucionais e definindo melhor os critérios de admissão para estes e os sócios individuais.

b) ampliar a representação junto aos diversos órgãos e entidades, a partir de um conhecimento maior das possibilidades dos sócios e através de uma sistemática de consulta eficiente, que viabilize indicações rápidas e obtidas democraticamente;

c) garantir recursos para manutenção da Secretaria Geral e do apoio necessário à Presidência (inclusive os Vices), em termos de viagens, contactos e reuniões periódicas, com vistas à articulação dos programas, dos núcleos e dos grupos de trabalho;

d) dar tratamento especial a duas tarefas que se revelaram extremamente absorventes:

— às publicações, através de uma comissão editorial;

— às CBEs, pelo funcionamento permanente de uma comissão específica.

e) montar na Secretaria Geral, uma estrutura que permita recolher e disseminar com maior eficiência, informações sobre bolsas de estudo e apoio a publicações; assim como indicações sobre livros, revistas, teses e dissertações da área de educação e de áreas afins, e relatórios de pesquisas realizadas e projetos em execução.

Esta a proposta que colocamos em discussão, como início de conversa para a X Reunião Anual, que acontecerá em Salvador, de 12 a 15 de maio de 1987.

ESPAÇO ANPEd

Brasília, 12 de novembro de 1986.

Prezado Osmar.

Triste e decepcionado, foi assim que me senti ao ler no Boletim nº 2, deste ano, a notícia da moção aprovada pela Assembléia Geral da ANPEd em que esta condena a Sociedade Brasileira de Educação Comparada por estar organizando o Congresso Mundial, da área, no Brasil, no próximo ano. Confesso que até agora não entendi o que pode ter levado uma entidade que congrega educadores e investigadores a tomarem tão insólita atitude. E olhe que tenho conversado com muitas pessoas, de todas as tendências, buscando compreender melhor o que está ocorrendo.

Estou fazendo esta carta em caráter estritamente pessoal e sem qualquer procuração de quem quer que seja, a não ser de minha consciência, apesar de ser sócio fundador da Sociedade de Educação Comparada, como aliás sou sócio de outras entidades similares. Mas isto

não vem ao caso. O que importa, agora, é que a ANPEd, seja lá por que razões, praticou um ato que inevitavelmente manchará sua história e temos que encontrar uma forma de reparar este absurdo. Dos anos mais ferozes do autoritarismo, só me recordo de algo semelhante quando, em 1968, os Professores da Faculdade de Educação da USP – os que tinham direito a votar nos colegiados – declararam a professora Maria José Garcia Werebe, brilhante educadora, *persona non grata* aos quadros da instituição. Depois disto ela fez o que tinha de fazer: arrumou as malas e se foi. Até hoje está como pesquisadora do CNRS...

Acho que ainda é tempo de corrigir o erro cometido. Erros e defeitos a Sociedade de Educação Comparada os tem, como por certo eles também estão presentes na ANPEd. Aliás, para ser franco, acho que muitas associações científicas não aprenderam ainda a conviver com a democracia. O ranço do patrulhamento, aliado a um persistente corporativismo, está obscurecendo a reflexão e nos empurrando cada vez mais para o terreno em que se nivelam algozes e vítimas, todos incapazes de enxergar a realidade com clareza e objetividade. Gostaria de propor que todos meditássemos sobre uma frase citada pelo Cury no Boletim nº 1 de 1986: "Tenho uma resposta que não é minha: acho que somos uma geração de críticos, mas não conseguimos ainda ser uma geração crítica" (p. 8).

Sejam quais forem as dúvidas levantadas contra a SBEC, não vejo outro caminho que não o da discussão livre e aberta, democrática, pois a essência da democracia se assenta no cultivo do debate e na convivência com a divergência. Se não for assim, será o caos. Estaremos demonstrando que somos servos do autoritarismo, qualquer que seja seu matiz, não importa se de direita ou de esquerda. E fazendo um apelo a que o próximo ditador de plantão venha a nos dizer qual a cartilha a que deveremos obedecer.

Este convite à reflexão é a expressão da certeza de que a ANPEd vai rever a postura autoritária. Não gostaria de me considerar participante de uma atitude tão arbitrária e que nos custará muito num futuro próximo. Finalmente, como ocupante de cargos no governo nos últimos anos, quero manifestar ao caro amigo a certeza de que em meu âmbito de atuação não faltará o apoio de que a SEEC necessita, como aliás este não tem sido negado à ANPEd.

Abraço do amigo e admirador
Walter E. Garcia

Brasília, DF, 20 de outubro de 1986

Ilmº Sr.
Prof. Osmar Fávero
Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – ANPEd
Rio de Janeiro

Colega Presidente,

O relatório do GERES (Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior, do MEC), recentemente trazido a público, na sua introdução relaciona meu nome, entre os de outros colegas, como uma das pessoas "da comunidade acadêmica que se dispuseram a dar suas opiniões e sugestões ao Grupo sobre vários dos tópicos de que este tratou." Indica ainda que preparei "texto com propostas sobre o *financiamento* do ensino superior" (págs. 7-8, grifo meu).

Isso é exato e verdadeiro.

No início do capítulo sobre "Financiamento", o relatório novamente se refere aos consultores que trataram do tema, entre os quais me incluo. O GERES solicitou-nos que estudássemos as propostas da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior e as expandíssemos ou, se fosse o caso, apresentássemos alternativas (pág. 38).

Isso também é exato e verdadeiro.

Mas no mesmo capítulo, no parágrafo seguinte ao inicial, o relatório afirma que "Em linha com as propostas da Comissão e dos *consultores*, o GERES incorporou ao pro-

jeto de lei disposições sobre orçamento e finanças das instituições federais de ensino superior" (pág. 38, grifo meu). Como se vê, o texto insinua que minhas propostas e as da Comissão orientavam-se em direção idêntica ou semelhante e que ambas foram incorporadas ao projeto de lei elaborado pelo Grupo.

Isso é inexato e não é verdadeiro.

Minhas propostas *não* foram acolhidas pelo GERES.

Ao contrário. Minhas propostas quanto ao financiamento do ensino superior eram – e são – radicalmente diversas daquelas apresentadas pelo GERES. De minhas propostas foram pinçados apenas alguns elementos. E, uma vez pinçados, estes tiveram seu espírito desvirtuado.

Minhas propostas situavam-se no contexto de uma necessária democratização e autonomia da universidade pública.

O relatório do GERES não se preocupa com a democratização da universidade federal nem assegura a autonomia de que ela realmente necessita, pois está principalmente preocupado em modernizá-la.

Minhas propostas defendiam a responsabilidade do Estado pela plena manutenção e adequada expansão do ensino público em todos os níveis, inclusive o superior, assim como a garantia da integral gratuidade no sistema oficial, do 1º grau à universidade.

O relatório do GERES silencia sobre essas questões fundamentais.

Minhas propostas defendiam a dotação global para as universidades federais, desde que (a) seu valor real a cada ano fosse superior ao do ano precedente e (b) incluísse recursos para o crescimento da instituição, de acordo com seus planos plurianuais. As propostas também incluíam mecanismos para assegurar flexibilidade à administração financeira da universidade.

O projeto de lei do GERES incorpora alguns desses mecanismos e dispõe sobre a dotação global e planos plurianuais. Mas nem o espírito do relatório nem a letra do projeto são de molde a assegurar os recursos de que necessita a universidade federal.

Minhas propostas defendiam a aplicação dos recursos públicos destinados à educação exclusivamente nos sistemas oficiais de ensino, salvo os auxílios individuais à pesquisa de docentes e de bolsas de estudo para seu aperfeiçoamento.

Minhas propostas defendiam que as instituições particulares deveriam buscar os recursos que necessitassem junto a fontes privadas, que fosse abolida a figura das mantenedoras, e que doações a estabelecimentos de ensino de fins efetivamente não-lucrativos gozassem de benefícios fiscais, além de isenções tributárias.

O relatório do GERES também silencia a respeito do financiamento do ensino privado, embora a matéria seja da maior relevância para o financiamento do ensino público. Prefere deixar que os estabelecimentos particulares (leia-se mantenedoras) continuem a receber polpudas subvenções governamentais, em detrimento da universidade federal.

Minhas propostas defendiam o plano único de carreira para o magistério em cada sistema oficial de ensino, incluindo o acesso mediante concurso público e observado o princípio da *isonomia* salarial nos respectivos sistemas.

O relatório do GERES recomenda e o projeto dispõe acerca do concurso público. Mas em lugar da isonomia definem uma "política de unificação dos planos de carreira e dos níveis salariais nas instituições de ensino superior federais", combinando tal política com o estabelecimento de *pisos* salariais e de incentivos a serem fixados pelo plano de cargos e salários de cada universidade (pág. 23 e artigos 18 e 19).

Eis aí, colega Presidente, algumas das principais e profundas diferenças que separaram as propostas que encaminhei ao GERES do teor do relatório deste Grupo. Para que meus colegas da diretoria da ANPEd possam conhecê-las mais de perto, e constatar outras mais, segue em anexo cópia de meu relatório encaminhado ao GERES assim como do relatório-

síntese do grupo de consultores sobre financiamento do ensino superior.

Como é do seu conhecimento, venho tendo a oportunidade de tornar públicas as idéias que defendo a respeito do financiamento da universidade brasileira. Há poucas semanas sustentei meus pontos de vista na nossa IV CBE, por ocasião de simpósio que coordenei, versando sobre "Políticas de Financiamento da Educação e Constituinte". Em julho do corrente ano vali-me de conferência que fiz na 38ª Reunião Anual da SBPC para discutilas, tendo como debatedores os professores Luís Eduardo Wanderley e Germano Tabacof, reitores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Federal da Bahia, respectivamente. O conteúdo do relatório que apresentei ao GERES reflete e amplia o teor dessa conferência.

Desejo resguardar as idéias que defendo para a universidade pública, evitando tê-las indevidamente confundidas com outras, com as quais não comungo. Desejo evitar que meu nome seja impropriamente associado a doutrinas e projetos que, no seu conjunto, descompromissados com o ensino público e gratuito, representam empecilhos à construção de uma universidade federal autenticamente democrática e autônoma. Movido por essas intenções, e na qualidade de associado da ANPEd, venho solicitar-lhe, colega Presidente, que divulgue esta minha carta junto aos membros da nossa Associação, inclusive publicando-a, no número vindouro do Boletim.

Na certeza de contar com a ANPEd para melhor esclarecer meus colegas educadores a respeito das questões aqui tratadas, subscrevo-me,

Cordialmente

Jacques Velloso

Fortaleza, 30 de outubro de 1986.

Sr. Presidente.

Ao tomar conhecimento da inclusão de meu nome na lista de "contribuições individuais" relacionadas pelo Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior, em seu Relatório de setembro de 1986, sinto-me no dever de prestar a esta Associação alguns esclarecimentos.

Em nenhum momento, encaminhei ao GERES, enquanto grupo formalmente constituído no interior do Ministério da Educação, qualquer proposta que possa ter subsidiado o produto dos estudos realizados por esta equipe ministerial. Imagino que o trabalho supostamente referido seja aquele por mim apresentado na IX Reunião Anual da ANPEd, em junho de 1986, no Rio de Janeiro, pelo qual assumo inteira responsabilidade. O referido trabalho, denominado *A quem serve a nova universidade?*, que deverá ser publicado pelos *Cadernos de Pesquisa*, da Fundação Carlos Chagas, ainda este ano, de fato, discute questões tratadas pela Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, em seu Relatório Final, intitulado: *"Uma Nova Política para a Educação Superior"*. O tema central de minha reflexão neste estudo é que sob a defesa dos princípios da *autonomia* e *democratização* oculta-se *"o cavalo de Tróia da transferência de recursos públicos para o sistema particular de ensino"* (conforme o texto de minha autoria, p. 11), assunto sobre o qual o GERES evitou qualquer posicionamento.

Quero aqui manifestar o meu protesto contra o fato ocorrido. Se houve intenção de *legitimar* o trabalho do Ministério através da referência a entidades e indivíduos em que o documento possa ter se inspirado, citar a íntegra das fontes consultadas, permitiria que os próprios leitores do Relatório do GERES verificassem a propriedade da referência. Ao mesmo tempo, evidenciaria maior honestidade intelectual e respeito às fontes anunciadas no texto do GERES.

Na qualidade de membro da ANPEd e na certeza de que esta Associação tem zelado pela reputação de seus sócios, coloco-me à disposição da Diretoria e de seu corpo de associados, para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Sofia Lerche Vieira

INFORME ANPEd: IV CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

Nossa intenção era escrever uma avaliação da IV CBE; talvez mesmo uma avaliação das CBEs, com elementos por nós recebidos de algumas revisões solicitadas aos Programas de Pós-Graduação e de sugestões recebidas, além evidentemente da experiência de coordenação das Conferências.

Tivemos uma reunião de avaliação, juntamente com o CEDES e a ANDE, em novembro pp., quando vários pontos amadureceram.

No entanto, o tempo não deu. Publicamos então a Carta de Goiânia, para registrá-la mais uma vez como documento importante e a avaliação da equipe de Goiás, formada com elementos das Universidades Federal e Católica, que sediaram a IV CBE.

CARTA DE GOIÂNIA

Os educadores presentes em Goiânia na IV Conferência Brasileira de Educação, no período de 2 a 5 de setembro de 1986, vêm a público divulgar as resoluções votadas no encerramento dos trabalhos. Atendendo ao convite das entidades organizadoras – ANDE (Associação Nacional de Educação), ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade) – seis mil participantes, vindos de todos os Estados do País, debateram temas da problemática educacional brasileira, tendo em vista a indicação de propostas para a nova Carta Constitucional.

Os profissionais da educação declaram-se cientes de suas responsabilidades na construção de uma Nação democrática, onde os cidadãos possam exercer plenamente seus direitos, sem discriminação de qualquer espécie. Estão, por isso, empenhados em debater, analisar e fazer denúncias dos problemas e impasses da educação brasileira e, ao mesmo tempo, em colocar sua capacidade profissional e sua vontade política para a superação dos obstáculos que impedem a universalização do ensino público de qualidade para todo o povo brasileiro.

A IV Conferência Brasileira de Educação, ao propor princípios básicos a serem inscritos na Constituição, tem presente que o País enfrenta graves problemas sociais e econômicos, de natureza estrutural, que entravam a efetiva democratização do conjunto da sociedade. Tem presente, também, que o não-enfrentamento urgente de tais problemas acarretará o comprometimento da viabilização das políticas sociais, especialmente da política educacional.

De fato, dados divulgados pelo próprio Governo Federal mostram que cerca de 60% dos brasileiros encontram-se em estado de extrema pobreza material, em contraste com uma minoria de grupos privilegiados que detêm o usufruto privado da riqueza que é social. Isso significa que as aspirações da coletividade pela democracia econômica, social e política são obstaculizadas por uma organização social injusta e, em decorrência, por políticas governamentais incapazes de promover a justiça social. Persiste uma política econômica e particularmente salarial marcadas pela distribuição desigual da renda, cujas expressões são a questão agrária e a violência social contra os trabalhadores rurais; o enorme endividamento externo; a dívida pública; o precário atendimento às necessidades de escolarização da população e de outras políticas sociais como a saúde, a assistência e previdência social.

No âmbito da educação, o País continua convivendo com problemas crônicos referentes à universalização e qualidade do ensino, à gratuidade escolar, às condições de trabalho do magistério, e à escassez e má distribuição das verbas públicas. Não é demais relembrar alguns dados que revelam o estado lastimável em que se encontra a educação nacional:

- mais de 50% de alunos repetentes ou excluídos ao longo da 1ª série do ensino de 1º grau;
- cerca de 30% de crianças e jovens na faixa dos 7 aos 14 anos fora da escola;
- 30% de analfabetos adultos e numeroso contingente de jovens e adultos sem acesso à escolarização básica;
- 22% de professores leigos;
- precária formação e aperfeiçoamento profissional de professores de todo o País;

– salários aviltados em todos os graus de ensino.

Há dois anos, os participantes da III Conferência Brasileira de Educação aprovavam um manifesto em que expressavam suas esperanças de que tais problemas crônicos viessem a ter um encaminhamento mais efetivo. Os educadores se envolveram num clima de positiva expectativa que tomava conta da sociedade brasileira, face às possibilidades abertas pelas mudanças na vida política do País, uma vez cessado o longo período de regime militar. Havia razões para esperanças: governos estaduais haviam sido eleitos pelo voto popular; profissionais da educação foram chamados a ocupar postos administrativos e técnicos; outras áreas da administração pública passaram a contar com profissionais compromissados com ideais e práticas convergentes com os interesses majoritários da sociedade; algumas reivindicações há anos exigidas pelos educadores, como por exemplo a priorização do ensino de 1º e 2º graus, foram anunciadas pelos governos.

Entretanto, passado esse período, os educadores continuam denunciando a incapacidade do sistema político em assegurar a concretização de diretrizes educacionais voltadas para o atendimento dos interesses majoritários da população brasileira. Insistindo em práticas políticas arcaicas, os governos federal e estaduais continuam recorrendo a programas de impacto político e de favorecimento a grupos que colocam a educação a serviço de interesses menores. Promoções nacionais como o "Dia D da Educação", Educação para todos, Programa Nacional do Livro Didático, Projeto Educar, Projeto Nova Universidade, Projeto das 200 Escolas Técnicas, como também a sucessiva criação das chamadas "comissões de alto nível", não chegam a produzir mais do que efeitos de visibilidade política, já que são medidas descontínuas e desconectadas de um plano global de atendimento ao conjunto dos problemas educacionais. Tais promoções criam uma expectativa ilusória, contribuindo para desviar a atenção dos reais problemas.

Em relação às políticas públicas estaduais, essas mesmas práticas têm sido reiteradas, acrescentando-se que alguns programas de governo pretendem utilizar-se da estrutura e dos recursos do setor educacional para resolver problemas afetos a outros setores das políticas públicas, tais como a substituição da educação escolar por meros programas de assistência, saúde e treinamento profissional.

Cabe destacar, ainda, a questão das verbas públicas para a educação, destinadas sobretudo aos projetos de impacto político e não às prioridades efetivas, e freqüentemente desviadas para instituições privadas. Esta situação tende a agravar-se com as ações dos grupos privatistas organizados para assegurar seus interesses na Carta Constitucional.

Neste momento em que a Nação se prepara para eleger seus representantes ao Congresso Constituinte, os educadores brasileiros renovam sua disposição de luta, exigindo que os problemas educacionais sejam tratados de maneira responsável e coerente, tendo em vista as reais necessidades e interesses da população.

Os participantes da IV Conferência Brasileira de Educação reivindicam, assim, que a nova Carta Constitucional consagre os princípios do direito de todos os cidadãos brasileiros à educação, em todos os graus de ensino, e do dever do Estado em promover os meios para garanti-la. Ao mesmo tempo, se comprometem a lutar pela efetivação destes princípios, organizando-se nas suas entidades, exigindo compromissos dos candidatos às Constituintes a nível federal e estadual e cobrando o cumprimento de medidas propostas para a democratização da educação.

Finalmente, propõem que os princípios formulados a seguir sejam inscritos no texto constitucional:

1. A educação escolar é um direito de todos os brasileiros e será gratuita e laica nos estabelecimentos públicos, em todos os níveis de ensino.
2. Todos os brasileiros têm direito à educação pública básica comum, gratuita e de igual qualidade, independentemente de sexo, cor, idade, confissão religiosa e filiação política, assim como da classe social ou da riqueza regional, estadual ou local.

3. O ensino fundamental com 8 anos de duração é obrigatório para todos os brasileiros, sendo permitida a matrícula a partir dos 6 anos de idade.
4. O Estado deverá prover os recursos necessários para assegurar as condições objetivas ao cumprimento dessa obrigatoriedade, a ser efetivada com um mínimo de 4 horas por dia, em 5 dias da semana.
5. É obrigação do Estado oferecer vagas em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos e 11 meses de idade, com caráter prioritariâmente pedagógico.
6. São assegurados aos deficientes físicos, mentais e sensoriais serviços de atendimento pelo Estado, a partir de zero anos de idade, em todos os níveis de ensino.
7. É dever do Estado prover o ensino fundamental, público e gratuito, de igual qualidade, para todos os jovens e adultos que foram excluídos da escola ou a ela não tiveram acesso na idade própria, provendo os recursos necessários ao cumprimento desse dever.
8. O Estado deverá viabilizar soluções que compatibilizem escolarização obrigatória e necessidade de trabalho do menor até 14 anos de idade e, simultaneamente, captar e concentrar recursos orçamentários para a criação de um Fundo de Bolsas de Estudos a ser destinado às crianças e aos adolescentes de famílias de baixa renda, matriculados na escola pública.
9. O ensino de 2º Grau, com 3 anos de duração, constitui a segunda etapa do ensino básico e é direito de todos.
10. O ensino, em qualquer nível, será obrigatoriamente ministrado em Língua Portuguesa, sendo assegurado aos indígenas o direito à alfabetização nas línguas materna e portuguesa.
11. Será definida uma carreira nacional do magistério, abrangendo todos os níveis e incluindo o acesso com o provimento de cargos por concurso, salário digno e condições satisfatórias de trabalho, aposentadoria com proventos integrais aos 25 anos de serviço no magistério e direito à sindicalização.
12. As Universidades e demais instituições de ensino superior terão funcionamento autônomo e democrático.
13. As Universidades públicas devem ser parte integrante do processo de elaboração da política de cultura, ciência e tecnologia do País, e agentes primordiais na execução dessa política que será decidida, por sua vez, no âmbito do Poder Legislativo.
14. A lei regulamentará a responsabilidade dos Estados e Municípios na administração de seus sistemas de ensino e a participação da União para assegurar um padrão básico comum de qualidade dos estabelecimentos educacionais.
15. Os recursos públicos destinados à educação serão aplicados exclusivamente nos sistemas de ensino criados e mantidos pela União, Estados e Municípios.
16. Será de responsabilidade exclusiva dos setores da saúde pública a atenção à saúde da criança em idade escolar.
17. A merenda escolar e qualquer outro programa assistencial a ser desenvolvido nas escolas devem contar com verbas próprias, desvinculadas dos recursos orçamentários para a educação "stricto sensu", porém gerenciadas por órgãos da área educacional.
18. É permitida a existência de estabelecimentos de ensino privado, desde que atendam às exigências legais e não necessitem de recursos públicos para sua manutenção.
19. O Estado deverá garantir à sociedade civil o controle da execução da política educacional em todas as esferas (federal, estadual e municipal), através de organismos colegiados, democraticamente constituídos.
20. O Estado assegurará formas democráticas de participação e mecanismos que garantam o cumprimento e o controle social efetivo das suas obrigações referentes à educação pública, gratuita e de boa qualidade, em todos os níveis de ensino.
21. Fica mantido o disposto pela Emenda Calmon (EC 24, § 4º do Art. 176 da atual Constituição), assim como pelas Emendas Passos Porto (EC 23) e Irajá Ro-

drigues (EC 27) e a lei estabelecerá sanções jurídicas e administrativas no caso do não-cumprimento destes dispositivos.

Os educadores presentes à IV Conferência Brasileira de Educação consideram indispensável que seja elaborada uma nova lei de diretrizes e bases da educação nacional, a partir dos princípios inscritos na Constituição.

Consideram, outrossim, essencial sua participação, através das entidades de representação na área, tanto na elaboração da Constituição, quanto da lei acima referida.

Consideram, ainda, que devem ser mobilizados todos os recursos no sentido de tornar público este posicionamento e de conclamar os candidatos dos diversos partidos à Constituinte, para a defesa dos princípios aqui enunciados.

Goiânia, 5 de setembro de 1986

A EXPERIÊNCIA DE GOIÁS

A IV Conferência Brasileira de Educação, realizada em Goiânia, de 2 a 5 de setembro de 1986, com o tema "Educação e Constituinte", reuniu mais de 5 mil educadores de todo o Brasil com o propósito de avaliar as condições históricas da educação e da sociedade brasileira, apresentar propostas para a nova Constituição a ser elaborada por um Congresso Constituinte e estimular a dinâmica de participação e organização dos educadores.

Professores, funcionários e estudantes das Universidades Federal e Católica de Goiás, que participaram na organização do evento em reuniões de avaliação, fizeram a respeito do mesmo as seguintes observações:

A IV CBE constituiu-se num verdadeiro forum de debates, onde se garantiu o confronto de diferentes posições políticas e tendências pedagógicas. As divergências vieram à tona, num exercício saudável de democracia, impedindo, pela sua explicitação que se forjasse um "consenso autoritário" com a pretensão de expressar uma unidade que na verdade é equivocada.

Para garantir que a CBE continue sendo esse forum de debates considerou-se como condição necessária a participação de maior número de educadores na sua organização. Nesse sentido, as entidades promotoras (ANDE, CEDES, ANPEd) devem incentivar a criação e dinamização de seus núcleos regionais a fim de que suas decisões ganhem maior representatividade e não se centralizem ao nível de suas diretorias nacionais. Por isso também é preciso repensar a possibilidade de que outras entidades representativas dos educadores venham a tornar-se promotoras do evento.

As *Universidades* que sediam a CBE, sobre quem recai a maior parte do trabalho de infra-estrutura, devem participar mais efetivamente nas decisões em todos os níveis. Assim, da Comissão Organizadora Nacional deveriam fazer parte em igualdade de condições com as entidades promotoras, representantes dos docentes dessas universidades, escolhidos entre seus pares. Desta forma, estes, ao invés de representarem as entidades a nível local, representariam uma parcela significativa de pessoas efetivamente envolvidas na preparação do encontro.

A descentralização e ampliação do espaço de decisões permitiria ainda uma escolha de temas dos simpósios e painéis, bem como de conferencistas, que melhor atendessem ao conjunto dos educadores.

As questões acima levantadas colocam a necessidade de repensar também, tanto a periodicidade da CBE, quanto a oportunidade de Conferências Regionais visando a preparar a realização da Conferência Nacional.

A CBE tornou-se um evento com grande capacidade de mobilização e aglutinação de educadores. É importante manter essa capacidade, sem no entanto, incorrer nos riscos que esta mesma capacidade pode proporcionar. O mais sério deles é tornar o grande número de educadores presentes a uma CBE o legitimador de posições de pequenos grupos já que não existe oportunidade, no curto espaço de tempo, para aprofundamento dos temas tratados.

Considerou-se que os encontros regionais oportunizariam a discussão de questões con-

cretas suscitadas pela prática pedagógica dos educadores, ao mesmo tempo que enriqueceriam as discussões realizadas a nível nacional, tornando-as mais representativas das diversidades regionais.

Avaliaram-se ainda questões relativas à operacionalização da IV CBE, momento em que sugestões foram apresentadas, tais como:

- evitar a repetição de mais de uma pessoa em painéis/simpósios;
- respeitar a originalidade das inscrições nos painéis;
- definir com antecedência os painéis e simpósios para publicação antecipada conforme dinâmica adotada na III CBE;
- designar à Secretaria Geral da CBE competência para o encaminhamento formal dos convites aos participantes dos simpósios e painéis e outras atividades;
- redefinir a forma de elaboração do manifesto e a organização da Plenária Final.

ANPEd NOTÍCIAS

O INEP EM 1986: RETROSPECTIVA

Acácia Zeneida Kuenzer
Diretora de Pesquisa do INEP

O ano de 1986, para o INEP, foi marcado por dificuldades de toda ordem, em função da insignificância da dotação orçamentária que lhe foi concedida para este exercício. Em função disto, várias solicitações deixaram de ser atendidas, e a reunião do Comitê prevista para o 1º semestre não teve condições de ser realizada.

Não obstante estas dificuldades, vários avanços foram possíveis, basicamente na redefinição das linhas de demanda, na criação de uma nova sistemática de acompanhamento e no início de um processo de democratização do saber produzido, através da criação do *Jornal do Professor de 1º Grau* e da *Revista biMESTRE*, destinada aos professores do ensino de 2º Grau.

Ao mesmo tempo, à medida que as gestões relativas à suplementação de verbas feitas junto ao MEC foram sendo atendidas, o que aconteceu a partir de outubro, iniciou-se o esforço para colocar a *casa em ordem*, nas áreas de pesquisa, publicações e seminários.

O Comitê Assessor de Pesquisa, composto atualmente pelos professores Alceu Ravanello Ferrari (UFRS), Leda Scheibe (UFSC), Lia Zanoto Machado (UnB), Nilda G. Alves V. Netto (UFF) e Sarita Maria A. Moysés, reuniu-se nos dias 10 a 12 de novembro, para análise de 45 projetos, dos quais 22 foram aprovados. O critério fundamental para essa análise foi a qualidade do projeto, definida através da relevância do problema a ser investigado, da fundamentação teórica e da consistência entre os objetivos e a proposta metodológica.

Algumas inovações foram introduzidas na reunião deste ano, com o objetivo de conferir maior autonomia ao Comitê. A primeira delas diz respeito à determinação prévia do montante a ser financiado, que correspondeu a 40% do total de recursos solicitados, definido a partir da disponibilidade orçamentária. A distribuição desses recursos foi feita pelo próprio Comitê, dotado de poder decisório relativo às questões financeiras. Essas decisões foram orientadas pela preocupação de respeitar, dentro dos critérios do INEP, o máximo possível da proposta apresentada, com o intuito de não inviabilizar, através de cortes orçamentários, a realização de trabalhos com a necessária qualidade.

Outros critérios que foram discutidos, e que deverão nortear as próximas reuniões, dizem respeito às dissertações e teses e aos grupos emergentes de pesquisadores. Quanto às dissertações e teses, o financiamento tem sido problemático em virtude do grande número de desistências e da pulverização de recursos. Assim, considerou-se mais adequado financiar projetos de pesquisa que, eventualmente, possam se transformar em dissertações ou teses, na tentativa de concentrar a utilização dos recursos na atividade própria do INEP, levando-se em conta ainda que a Pós-Graduação tem sido apoiada pela CAPES e pelo CNPq. Cuidou-se, também, da criação e consolidação de

novos grupos de pesquisadores, através do apoio financeiro e teórico-metodológico, a ser viabilizado através de seminários, consultoria e acompanhamento.

Em função de ter sido realizada uma única reunião em 1986, decidiu-se antecipar a primeira reunião de 1987, para atender ao grande número de projetos recebidos após o encerramento do prazo determinado. Em consequência é o seguinte o calendário para inscrição e seleção de projetos para 1987:

1º período:

Recebimento dos projetos (completos): até 1º de fevereiro – apreciação: março/abril.

2º período:

Recebimento dos projetos (completos): até 30 de setembro – apreciação: novembro/dezembro.

Com relação ao *Programa de Demanda*, a partir de 1985 foi introduzida a sistemática, retomada e ampliada pela atual gestão, de definir as áreas prioritárias através de um trabalho coletivo que envolve os pesquisadores com produção significativa na área, os técnicos do Instituto e os representantes dos diversos órgãos do MEC ligados à formulação das políticas educacionais vinculadas aos programas em elaboração.

Com esta sistemática, pretende-se criar um espaço para que os próprios pesquisadores identifiquem as áreas que demandam maior concentração de esforços no apoio à produção do conhecimento de forma contínua e sistemática, tendo em vista a superação do caráter fragmentário, descontínuo e individual que tem caracterizado a produção do conhecimento em educação.

Desta forma, já foram elaborados os seguintes programas:

Ensino de 1º grau
- Currículo de 1º grau
- Alfabetização
- Livro Didático

O ensino de 2º grau: em busca de uma proposta de formação de cidadão trabalhador
- Dimensões históricas da relação escola/trabalhador
- Caracterização do Ensino de 2º Grau no Brasil
- O Ensino Técnico-Agrícola Industrial
- A Formação do Professor
- Elaboração de Propostas Curriculares

Diagnóstico estadual do setor educacional

Administração e financiamento da educação

Educação e trabalho

Estes programas foram enviados a todos os coordenadores de cursos de Pós-Graduação em Educação, para divulgação. Caso não tenham sido recebidos, basta solicitá-los à Diretoria de Pesquisa.

Outros programas estão sendo elaborados para 1987 e é importante destacar que os documentos produzidos representam o início deste processo de democratização de formação das políticas de pesquisa em educação, que precisa ser ampliado e reforçado. Reconhece-se, portanto, o caráter provisório e aberto do *Programa de Demanda*, que deverá ser objeto de discussões, encontros e seminários no decorrer do próximo ano.

Na área de acompanhamento, está sendo iniciada nova sistemática, que pretende substituir as análises formais e burocratizadas que até agora eram feitas por um processo de discussão coletiva, no qual os pesquisadores apresentam seus resultados parciais, discutem as formas metodológicas, redefinem os rumos, socializam dúvidas. Trata-se, em resumo, de realizar seminários que se constituam em sessões de consultoria coletiva, acompanhados por especialistas na área, em que todos, ao mesmo tempo, sejam *consultores e consultados.* Os programas de pesquisa relativos ao *Diagnóstico do 2º grau* e mais recentemente, à *Formação do Educador* já iniciaram esse processo, com resultados bastante favoráveis.

Na área de publicações, reforçamos a solicitação de artigos para a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* e para o *Em Aberto* assim como de matérias para o *Jornal*, que já está no 4º número com tiragem de 400 mil exemplares, e para a *Revita biMESTRE* – reforçando, em todos os casos, a importância de fazer chegar ao professor os resultados do conhecimento produzido na área de educação.

Finalmente, é importante destacar a continuidade do *Programa Integrado de Educação*, através do qual o INEP, a FINEP, a CAPES e o CNPq têm financiado as reuniões de intercâmbio e vários projetos de pesquisa.

COMISSÃO DE SOCIEDADES CIENTÍFICAS DA SBPC

Após consulta a sociedades e associações científicas de âmbito nacional, foi eleita a Comissão de Sociedades Científicas da SBPC, cuja primeira reunião teve lugar no dia 23 de setembro passado. Compõem a Comissão, como representantes das diferentes áreas de conhecimento: *Área I – Ciências Aplicadas:* Nelson Maculan Filho e Antonio Giannella Neto (ambos da COPPE/UFRJ), titulares; Luiz Bevilaqua (COPPE/UFRJ), suplente; *Área II – Ciências do Homem:* Eunice Durham (USP) e José Arthur Giannotti (CEBRAP), titulares; Francisco Iglesias (UFMG), suplente; *Área III – Matemática, Física e Química:* Fernando de Souza Barros (Inst. de Física/UFRJ) e Etelvino H. Bechara (Inst. de Química da USP), titulares; Raimundo Braz Filho (Depto. de Química da UFRRJ), suplente; *Área IV – Ciências da Terra e do Universo:* João Evangelista Steiner (INPE), titular; Edson Emanoel Satarteri Sampaio (UFBA), suplente; *Área V – Ciências da Vida:* Alberto Carvalho da Silva (FAPESP) e Walter Colli (Depto. de Bioquímica/USP), titulares; Elizaldo A. Carlini (Depto. de Psicobiologia/EPM), suplente. Coordenador da comissão: prof. Alberto C. da Silva. Vice-coordenadores: Nelson M. Filho e Eunice Durham. Secretaria Executiva: Sônia M. C. Dietrich.

Por oportuno, reproduzimos a Nota Editorial publicada no *Informe CIÊNCIA HOJE* nº 56, de 20.9 a 26.9.1986, bem como cópia do telex ao Ministro de Ciência e Tecnologia, ao Presidente do CNPq e Diretor-Geral da CAPES:

No dia 23 de setembro passado reuniu-se pela primeira vez a nova Comissão de Sociedades Científicas da SBPC, eleita através de consulta a dezenas de associações e sociedades científicas de âmbito nacional. O acontecimento nos faz recordar a Comissão análoga, criada também sob a coordenação da SBPC, e destinada a acompanhar o processo de implantação do Ministério de Ciência e Tecnologia. A atuação da Comissão foi decisiva para que se obtivesse da Presidência da República, em 1985, a suplementação de 900 bilhões de cruzeiros, para socorrer emergencialmente a ciência e tecnologia. Além disso, o documento que deixou, "Ciência e Tecnologia na Nova República: análise e perspectivas", constitui instrumento ainda atual como expressão dos anseios da comunidade em relação à política científica e tecnológica.

Retoma-se agora trabalho de igual, senão de maior importância. No momento em que se delineiam reformas amplas na educação superior e na administração central, a comunidade tem obrigação de esclarecer sua posição e de oferecer sua contribuição, de acordo com a competência que possui. Esse é um dos trabalhos que a Comissão se impôs, logo de início. O que não exclui a participação nos múltiplos problemas que a comunidade científica do País costuma enfrentar.

É significativo que a primeira reunião tenha contado com a presença de representantes da comunidade no Conselho Deliberativo do CNPq e no Conselho da FINEP. A unidade de ação, derivada da pluridade de pensamento, é essencial para a obtenção de resultados que venham a atender às necessidades da ciência e tecnologia no país (D.F.A.).

A versão atual do III Plano Nacional de Pós-Graduação e do Plano de Metas para Formação de Recursos Humanos e Desenvolvimento Científico (CAPES-CNPq) causa profunda inquietação na comunidade científica do País.

Ao mesmo tempo em que se expressa claramente a consciência da enorme defasagem existente hoje entre a formação efetiva de pessoal qualificado e as necessidades nacionais nesse campo, inviabilizam-se as boas intenções expressas nos planos face aos limitados recursos propostos. Particularmente grave é a situação do valor das bolsas, totalmente insuficiente para prover à subsistência dos pesquisadores

e dos candidatos ao mestrado e doutorado, que constituem a base de todo o processo de formação de pessoal.

Continuamos presenciando um crescente esvaziamento dos programas de pós-graduação das Universidades e o abandono dos cursos pelos melhores alunos em função de um ingresso imediato no mercado de trabalho que lhes permita a sobrevivência.

Nessa situação, todo o investimento inicial na formação dos pesquisadores é totalmente dilapidado e a qualificação técnico-científica prevista nos planos se torna inviável.

Alertamos para o fato de que a orientação que está sendo seguida é danosa aos interesses do País, contraditória com os objetivos a longo prazo da política de Ciência e Tecnologia, impedindo, inclusive, o pleno rendimento dos parcos recursos que estão sendo efetivamente destinados à formação de pessoal.

Ass.: Alberto Carvalho da Silva
Coordenador da Comissão das Sociedades Científicas

São Paulo, 19 de dezembro de 1986

SBPC: SIMPÓSIOS MULTIDISCIPLINARES

A SBPC aprovou a destinação de algumas tardes da semana da sua 39ª Reunião Anual para a realização de simpósios multidisciplinares, com a cooperação de especialistas de várias áreas do conhecimento.

Para a programação dessas atividades, estabeleceu-se, preliminarmente, solicitar às Sociedades Científicas sugestões de temas para os simpósios. Num segundo momento, essas sugestões circulariam entre as diversas sociedades filiadas à SBPC, a fim de garantir sejam os temas efetivamente tratados de maneira multidisciplinar.

Em dezembro p.p. já foi realizada uma primeira compatibilização e está prevista a realização de uma reunião da Comissão de Representantes, à qual a ANPEd integrou-se recentemente, para definir o programa de simpósios multidisciplinares. A ANPEd está fazendo gestões para que seja realizado um simpósio sobre pós-graduação na área de ciências sociais, tendo inclusive obtido recursos junto ao INEP que permitem viabilizá-lo.

SEMINÁRIO UnB

A Faculdade de Educação da Universidade de Brasília promoveu nos dias 17 a 21 de novembro o seminário "A Pesquisa e a Política Educacional no Brasil e na América Latina: Tendências e Perspectivas."

Foi apresentada uma retroctiva da pesquisa educacional no Brasil e América Latina e debateram-se questões como a relevância da pesquisa educacional, a contribuição da atividade científica na gestação de uma nova cultura, os desafios, exigências e limitações do trabalho científico, numa perspectiva epistemológica. Foram também analisadas questões e teorias sobre educação de adultos, alfabetização e administração educacional.

A ANPEd esteve representada pela professora Célia Frazão Soares Linhares (UFF).

PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

O Departamento de Desenvolvimento Social e Agropecuário da FINEP, através do seu setor de Educação, promoveu no dia 10 de dezembro do corrente ano, no Rio de Janeiro, um encontro para discussão do Programa Integrado de Educação e Sociedade.

Questões de caráter mais geral de orientação do Programa já haviam sido debatidas em 6 de outubro, com um grupo de pesquisadores. Nesta oportunidade ficou evidenciado que persiste a dispersão do tema de pesquisa e a falta de condições institucionais para consolidação das equipes na área, que já foi explicitado no documento "Avaliação e Perspectivas" de 1978. Além disso, concluiu-se que, em termos de conteúdo, a pesquisa em educação precisa orientar-se por uma perspectiva de modernidade, onde as grandes questões apresentadas pelo estágio de desenvolvimento tecnológico

mundial e os seus reflexos na sociedade e na área de educação, e pelos quadros social e político específicos do país, hoje, sejam considerados de forma específica. Trata-se de analisar os objetos tradicionais da educação com um novo olhar, informado pela sociedade moderna.

Em 17 de dezembro de 1986 realizou-se, em Brasília, reunião para apresentação da proposta, ainda em minuta, à Direção do CNPq, INEP e CAPES. As idéias-chave foram aceitas e a FINEP está encarregada da redação final do documento.

Por delegação anterior, participou da primeira reunião, em novembro, a Professora Glaura Vasquez de Miranda. A seguir, a representação da ANPEd foi assumida pela Presidência.

A concepção deste Programa representa a continuidade do esforço de atuação das agências governamentais que atuam na área de Educação, e que foi iniciado em 1982 com a constituição do Programa Integrado de Educação. Desenvolvido inicialmente sob a liderança do CNPq e contando com a participação da FINEP, do INEP, da CAPES e da ANPEd, sua ação se refletiu mais na explicitação de uma metodologia de trabalho conjunto das agências do que na definição de questões de conteúdo de pesquisa. O Programa de Intercâmbio Científico de Pesquisas Educacionais, criado em 1983, se propôs, de forma bastante abrangente, a exercer algum tipo de ação sobre a qualidade da pesquisa em educação que é feita no país. Do mesmo modo, o Programa de Apoio a Pesquisas Coletivas e Dissertações Individuais, implantado em 1984, representou uma tentativa de estabelecimento de um novo modelo de financiamento. Encontra-se, contudo, em estágio embrionário, tendo sido financiadas apenas duas instituições até o momento. O programa de trabalho do INEP, estabelecido em 1985 e contando com o apoio da FINEP, tentou introduzir uma modificação nesta tendência, através da delimitação de quatro linhas de pesquisa e que foram definidas com a participação de grupos da comunidade científica de Educação. Ao mesmo tempo, o CNPq buscou ampliar a participação da comunidade e tornar mais específica sua orientação de apoio para a área com a formulação do Programa Integrado de Educação e Trabalho, também em 1985. Posteriormente este Programa veio a se constituir em importantes subsídios na elaboração do Plano de Metas do governo para o período 87-89, para o setor Educação.

A implementação conjunta do Programa Integrado de Educação e Sociedade pelas agências financiadoras, virá, agora, possibilitar uma orientação da política de pesquisa em Educação. Pretende-se que o mesmo viabilize um redirecionamento qualitativo do conjunto de pesquisas da área, através da orientação para uma busca sistemática de financiamento a pesquisas que tenham um enfoque da modernidade que envolve, encobre e explica as questões educacionais.

PROJETO DE INTERCÂMBIO DE INSTITUIÇÕES DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Iniciado no segundo semestre de 1982, com apoio financeiro do CNPq, esse projeto envolveu inicialmente sete entidades que se dedicam à pesquisa educacional. Até 1985 chegou a envolver 21 instituições, agora com apoio da CAPES, do CNPq, do INEP e da FINEP.

Procurou-se criar mecanismos ágeis e inovadores para a efetivação de intercâmbio entre pesquisadores nessa área. A idéia principal que esse projeto vem pretendendo implantar é a de realizar o intercâmbio primordialmente sob a forma de *estágios* e apenas rara e secundariamente em simpósios, seminários ou atividades de assessoria. Objetivou-se, assim, criar uma situação em que pesquisadores de diferentes entidades, envolvidos em pesquisas sobre a mesma temática, ou que se utilizam do mesmo referencial teórico-metodológico se encontram face a face, utilizando seus projetos como *material de trabalho* e não como *tema de exposição.* O produto alcançado nos diversos estágios realizados significa o êxito do modelo adotado.

No ano de 1986, foram realizados os seguintes estágios:
Educação Especial – João Pessoa
Alfabetização – Belo Horizonte, 29.9 a 1.10
Ensino de 2º grau – São Paulo, 29.9 a 1.10
Política, Planejamento da Educação – Recife, 22 a 24.10
Currículo – Curitiba, 26 a 28.11
Ensino de Ciências – Rio de Janeiro, 8 a 10.12.

Entre aqueles programados para 1986, ficaram adiados para o próximo ano, dadas as dificuldades de comunicação e deslocamento de diferentes ordens, os estágios de: História da Educação – UFF, Educação Popular – UFRS, Formação do Professor Primário – UFG.

Quanto aos estágios de Educação Rural – UFC, Educação e Trabalho – IESAE, Teoria e Prática Pedagógica – UFMT, o CNPq ainda não encaminhou resposta oficial sobre o apoio solicitado.

MEC INSTITUI GRUPO DE TRABALHO PARA ORGANIZAR SUBSÍDIOS AO TEMA EDUCAÇÃO E CONSTITUINTE

Pela Portaria nº 728, de 7 de outubro de 1986, o Ministério da Educação instituiu Grupo de Trabalho para receber e organizar subsídios e contribuições dos diferentes segmentos da sociedade brasileira ao tema Educação e Constituinte. Está constituído pelos seguintes membros:

- Paulo Elpídio de Menezes Neto
  Secretário da Educação Superior – SESu
- Júlio Fernando Pessoa Correia – Secretário de Ensino de 1º e 2º graus – SEPS
- Bruno da Silveira – Secretário de Educação Física e Desportos – SEED
- Pedro Demo – Diretor-Geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP
- Carlos Roberto Jamil Cury – Presidente da Comissão de Consultores Científicos para a Área de Educação, da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
- Maria Beatriz Moreira Luce – Presidente da Associação Nacional de Profissionais em Administração da Educação – ANPAE
- Gilda Poli da Rocha Loures – Secretária de Estado da Educação do Paraná – Representante dos Secretários de Educação das Unidades da Federação
- Maria Mirtes Cordeiro Rodrigues – Secretária de Educação Municipal do Cabo-PE – Representando os Secretários Municipais de Educação.
- Jacques Rocha Velloso – Representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação ANPEd e
- Jarbas Novellino Barato – Representante da Associação Nacional de Educação – ANDE.

A coordenação dos trabalhos está a cargo do Professor Walter Esteves Garcia e o relatório final será encaminhado ao Congresso Nacional.

X REUNIÃO ANUAL DA ANPEd

Na Assembléia Geral da ANPEd, realizada no mês de junho de 1986, no Rio de Janeiro, foi aprovada recomendação para que a X Reunião Anual da Associação seja realizada em Salvador. Procedeu-se à consulta ao Colegiado do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Bahia, que aceitou sediar a referida reunião.

Atendendo à ponderação desse Colegiado e levando em conta o necessário período de preparação, inclusive recente norma de que o financiamento necessita ser solicitado com antecedência mínima de 120 dias, fixou-se *a segunda semana de maio como o melhor período para a realização da X Reunião Anual.*

Por sua vez, em encontro ocorrido em Goiânia, durante a IV CBE, o Conselho Deliberativo aceitou proposta da Secretaria Geral para que as inscrições dos candidatos à Diretoria da ANPEd fossem realizadas durante a X Reunião. O processo eleitoral será conduzido por uma Comissão Eleitoral, a ser constituída na mesma oportunidade. As eleições, por cor-

respondência, poderiam ocorrer durante os meses de maio e junho do corrente ano e a posse da Diretoria eleita poderia ser, em princípio, na Secretaria Geral.

Tendo em vista que o mandato da atual Diretoria expira em 15 de maio do corrente ano, a X reunião realizar-se-á na vigência deste mandato, mas será necessária uma prorrogação de 2 ou 3 meses para que se realizem as eleições e a posse. Evidentemente, outras alternativas podem ser colocadas e discutidas.

DOUTORADO NA UFMG

Sob iniciativa e presidência da Professora Glaura Vasquez de Miranda, Diretora da Faculdade de Educação da UFMG, foi constituída comissão composta pelos Professores Carlos Roberto Jamil Cury, Miguel Gonzalez Arroyo e Hélio Pontes, para promover estudos visando à elaboração de uma proposta de criação do Doutorado daquela Faculdade de Educação.

A comissão reunir-se-á a partir da segunda semana do mês de fevereiro para elaborar a proposta pedagógica do curso, estudar a relação do doutorado com o mestrado e examinar as pré-condições físicas do curso. A Faculdade de Educação espera ter o programa aprovado pelos órgãos de decisão acadêmica internos da Universidade a tempo de abrir seleção para 1988. Etapa importante desse processo de criação será a realização de seminário em Belo Horizonte, ainda em 1987, para avaliar a experiência dos cursos de doutorado em educação existentes no país, para o qual serão convidados todos os coordenadores daqueles cursos.

CATÁLOGOS DE TESES

O *Catálogo de Teses de 1984*, contendo resumos de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas nos programas de pós-graduação em educação em 1984 e complementadas com informações de 1983, encontra-se em fase final de edição. Reúne 338 trabalhos produzidos em 20 programas, sendo 17 em nível de doutorado e 321 em nível de mestrado. Pretende-se seja o mesmo distribuído aos sócios institucionais e individuais no início do próximo ano. Destacamos o apoio financeiro do INEP que possibilitou sua publicação.

Para a elaboração do *Catálogo de Teses 1985-86*, recebemos recursos também do INEP e pretendemos iniciar brevemente sua elaboração, em integração com a CAPES.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPr

Os Professores Heloisa Lück e Elpídio Marcelino Cardoso assumiram no mês de novembro de 1986 a Coordenação e Vice-Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, em substituição à Professora Onilza Borges Martins.

Registramos nossos agradecimentos à presença e colaboração de Onilza em todas as atividades da ANPEd. Contamos com a cooperação simpaticamente prometida pelos novos coordenadores, aos quais desejamos um bom trabalho.

GRUPO DE TRABALHO "PRÉ ESCOLA": MUDANÇA NA COORDENAÇÃO

A coordenadora do grupo, Maria M. Malta Campos, vai passar um período fora do país, tendo recebido uma bolsa de pós-doutoramento. Além disso, já havia, por parte da direção da ANPEd, uma recomendação no sentido de que houvesse um rodízio na coordenação dos grupos de trabalho. Por esses dois motivos, assume agora a coordenação do GT-Pré-escola a Professora Ana Lúcia Goulart de Faria, da Faculdade de Educação da UNICAMP, que participou do grupo que deu início às atividades do GT em 1982 e já tem uma tradição de trabalho na área.

CORRIGENDA

Devido a um lapso, não foi registrada a pre-

sença da Professora Marli André como representante da PUC/RJ na reunião dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação, realizada nos dias 2 e 3 de junho de 1986, por ocasião da IX Reunião Anual da ANPEd.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO

A Universidade Católica de Pernambuco, através do seu Departamento de Educação, sediará o IV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, a realizar-se no Recife, no período de 9 a 13 de março de 1987. O tema proposto é "A prática pedagógica e a educação transformadora na sociedade brasileira".

XIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A Associação Nacional de Profissionais da Administração da Educação (ANPAE), ao comemorar 25 anos de fundação, realizou o XIII Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, sobre o tema "A democratização da educação e a gestão democrática da educação", no período de 3 a 7 de novembro de 1986, em João Pessoa, na Paraíba, tendo como objetivos: a) revisar criticamente a situação educacional do povo brasileiro e as condições de sua democratização; b) conhecer a escola como organização, como ambiente de trabalho e de formação do trabalhador e do cidadão; e c) repensar a administração da educação, avaliando seus pressupostos teóricos e compromissos políticos, discutindo a especificidade de sua prática.

A Assembléia Geral da Associação aprovou importante documento contendo propostas à Assembléia Nacional Constituinte reafirmando e complementando pontos defendidos pela ANPEd e pela IV CBE.

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UFSe

Para se dedicar à tese de doutorado, José Paulino da Silva afastou-se da Coordenação do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, tendo sido substituído por Giselda Santana de Morais. A José Paulino nossos agradecimentos pela colaboração recebida durante sua gestão e a Giselda, nossos votos de um bom trabalho. Colocamos aqui a certeza de continuarmos recebendo o apoio desse Núcleo.

EXTINÇÃO DO CENAFOR

Frente ao Decreto nº 93.613, de 21.11.86, que determinou a extinção do CENAFOR, e aos boatos de mudanças e mesmo suspensão do INEP, a ANPEd juntando-se aos protestos de outras entidades da área educacional, endereçou o seguinte telegrama ao Presidente da República, Chefe da Casa Civil, Ministro da Educação e Secretário Geral do MEC:

Supresos decreto extinção CENAFOR lamentamos infundada decisão respeito órgão tradição e serviços educação sem consulta interessados inclusive comunidade acadêmica pt Apreensivos boatos extinção outros órgãos principalmente INEP vg solicitamos especial atenção V.S. imperiosa necessidade reforçar este órgão como coordenador de pesquisas em educação e promover estudos e consultas sobre quaisquer outras medidas que envolvam interesses educacionais pt Prof. Osmar Fávero Presidente ANPEd.

Posteriormente, soube-se ter o Governo do Estado de São Paulo assumido o CENAFOR, devendo a transferência oficial ocorrer em 15.3.87, sem prejuízo oficial dos programas de ação e do quadro de funcionários.

Quanto ao INEP, está sendo proposto transformar-se em fundação, com maior autonomia e maiores recursos.

GT DE AVALIAÇÃO

Atendendo à recomendação no sentido de apoiar a comissão que estudará a sistemática

da avaliação dos programas de pós-graduação em educação, aprovada na Assembléia Geral da ANPEd, em 6 de junho de 1986, a CAPES financiará e sediará a primeira reunião do grupo, provavelmente no mês de fevereiro próximo. Ana Maria Saul (PUC/USP), Ozir Tesser (UFC), Menga Lüdke (PUC/RJ) e Nicanor Palhares (UFMT) integram o referido grupo.

ANEXOS

RELATÓRIO DA TERCEIRA REUNIÃO DO COMITÊ ASSESSOR DE EDUCAÇÃO DO CNPq

(28 de outubro a 1º de novembro de 1986)

Nesta reunião as modalidades examinadas foram: Bolsa de Pesquisa, Auxílio à Pesquisa (compreendendo apoio financeiro a custos diretos de pesquisa; congressos, seminários, simpósios etc.; professor visitante; viagens) e Bolsa no Exterior.

O Comitê recebeu para exame 82 pedidos de Bolsa de Pesquisa, em seus diferentes níveis (I, II, III). O CNPq solicitou que se examinassem no mérito as bolsas e se atribuísse a elas uma ordem de prioridade. Foram qualificados 43 pedidos (52%). Enfatizamos a importância para o exame destas bolsas da existência de um projeto de pesquisa consistente, e para pesquisadores que já tiveram o benefício anterior de bolsa um relatório científico de seu trabalho de pesquisa, e não um mero relatório de atividades. O Comitê enfatiza para um bom exame das concessões e acompanhamento a necessidade de apresentação de projetos claros, bem fundamentados e articulados, bem como de relatórios que evidenciem os avanços obtidos no conhecimento do objeto de pesquisa. O mesmo vale para os auxílios à pesquisa, envolvendo projetos de investigação e bolsas de aperfeiçoamento e iniciação científica. As funções do bolsista devem ser claramente definidas e especificadas.

Dos pedidos de Auxílio, 46 referiram-se a apoio financeiro a projetos de pesquisa, 8 a professor visitante, 16 a viagens e 11 à realização de eventos (seminários, encontros), num total de 81 pedidos. Com o limite de verba estabelecido pelo CNPq (Cz$... 2.145.296,00) puderam ser atendidos 21 pedidos de auxílio direto à pesquisa (46%); 4 para professor visitante (50%); 2 viagens (13%); e, 9 para eventos (82%). A concessão de viagens é muito problemática porque os custos são excessivamente altos, entre passagens, diárias e taxas. Por outro lado também, os solicitantes quase sempre não definem bem seus objetivos e plano de trabalho, e muitas vezes não apresentam documento de aceitação da instituição ou instituição em que pretende trabalhar ou visitar. Quando se trata de viagem para participação em congressos, etc., é necessário haver um trabalho aceito para apresentação o que nem sempre ocorre.

Devemos lembrar também que nos orçamentos de pesquisa há limites que o CNPq impõe, por exemplo: auxiliares só podem ser custeados por 12 meses; diárias devem obedecer aos tetos do CNPq etc. Seria importante que o pesquisador se informasse melhor junto à administração do órgão quanto a esses detalhes para montar bem o seu orçamento. Orçamentos superdimensionados são comuns e os cortes são inevitáveis. O pesquisador também deve tomar conhecimento dos limites orçamentários do CNPq e adequar suas solicitações. Não é raro receber-se projetos que suplantam, individualmente, em mais de três vezes o total da verba de que o Comitê dispõe. Isto já cria um impasse "a priori", difícil de contornar. O pedido precisa ser adequado à natureza do auxílio e à vocação da instituição. Enquanto a política de fomento do órgão não mudar, estas questões devem ser consideradas.

Entraram três pedidos de Bolsa no Exterior — Pós-Doutorado. Todas muito bem documentadas, com plano de trabalho e aceite das instituições. Os três foram concedidos no mérito.

O Comitê examinou nesta reunião, ao todo, 166 processos. Apesar do volume de trabalho manteve sua política de discutir coletivamente todos os processos e de tomar as decisões de forma conjunta através da análise de cada pedido no contexto dos demais na mesma modalidade.

O problema de exigüidade de verbas continua a existir, o que sobrecarrega em muito os limites que o Comitê tem de impor aos pedidos.

A questão dos programas da área

O Comitê discutiu a necessidade do órgão se preocupar com Programas que vinham sendo desenvolvidos na área e que pelas mudanças administrativas sucessivas sofreram descontinuidade. Em reuniões realizadas com a Diretoria, Superintendência e Coordenação da área enfatizou-se o papel que o CNPq vinha assumindo ao lado de outras agências nestes Programas e que seria fundamental dar-se continuidade ao apoio anteriormente garantido pelo CNPq. O bom desenvolvimento e os frutos dos projetos Educom (Educação e Informática) e de Intercâmbio (Workshops de pesquisadores) não podem ser desprezados. O Comitê enfatiza a necessidade do órgão se preocupar com essas ações mais abrangentes e voltar a apoiar esses programas que vêm apresentando bons resultados. Os projetos foram expostos, e seus pontos positivos apontados, também em contacto com o Superintendente de Planejamento do CNPq.

Porém, a questão de Programas deverá merecer uma análise conjuntural e de metas mais acurada e

uma decisão política se faz imprescindível. Acreditamos que isto só seja possível com a participação dos C.As. que estão bem próximos da realidade da pesquisa no país em contacto contínuo com seus problemas.

Renovação do Comitê

Dos cinco membros do atual Comitê, quatro terminam em dezembro/86 seu mandato, todos com direito à recondução. O quinto membro só tem um ano de exercício sendo seu mandato válido até dezembro/87. Ele representa a subárea de ensino de ciências. O CNPq vem colocando que um máximo de renovação é desejável. O Comitê entende ser importante a mudança, mas por outro lado, é preciso manter uma certa continuidade no trabalho e manter a memória histórica da área. Por isto entende que uma renovação total seria prejudicial. Neste espírito, sendo solicitado a manifestar-se quanto à indicação de nomes, o Comitê recomendou a recondução de um dos quatro membros que terminam seu mandato, indicando mais nove nomes para análise do CNPq para a cobertura das outras três vagas. Todos os Programas de Pós-Graduação deverão ser consultados, individualmente, devendo fazer então suas indicações, bem como a ANPEd. Deste rol deverão ser escolhidos os futuros membros do C.A., pelo Conselho Deliberativo do CNPq. Portanto, que fique claro que a sugestão do C.A. é uma das indicações.

Os critérios apontados para as escolhas foram: 1) ter vida ativa em pesquisa, com produção relevante e constante; 2) levar em conta a distribuição regional; 3) abranger formações diversificadas (desde aspectos macro a aspectos micro) que representem as subáreas de pesquisa na educação, bem como diferentes tendências metodológicas; 4) não ocupar função (pró-reitorias, coordenação de programas de pós, associações de classe) que impliquem pressões locais ou de grupos, inevitáveis.

As indicações do C.A., por consenso foram:

a) recondução: Bernadete Angelina Gatti
b) novos: Região Sudeste — Luiz Antonio Cunha, Vera Candau, Magda Becker Soares.
Região Nordeste — Arnon de Andrade, Roberto Jarry, Maria Nobre Damasceno.
Região Sul e Centro — Jacques Veloso, Euza Bonamigo, Maristela Dal Pai Franco.

Brasília, 1º de novembro de 1986.

Comitê Assessor de Educação

RELATÓRIO DA QUARTA REUNIÃO DO COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CNPq

(2 a 5 de dezembro de 1986)

INTRODUÇÃO

No período de 02 a 05 de dezembro, realizou-se a quarta reunião ordinária do Comitê de Educação relativo ao ano de 1986. Nesta reunião foram julgados processos de Bolsa de Iniciação Científica, Bolsas de Aperfeiçoamento, Bolsas de Estudo para Doutorandos, Mestrandos e Cursos de Aperfeiçoamento. Neste relatório, além de registrarmos as decisões do Comitê e comentários que julgamos importantes como orientação em cada item acima enunciado, buscaremos assinalar algumas preocupações do Comitê quanto à situação atual do CNPq.

1. BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO (Pesquisa e Cursos)

Deu-se ênfase, nesta administração, ao incentivo à iniciação científica. Para essa modalidade de Bolsas não se estabeleceu quota pré-fixada comprometendo-se o CNPq a tentar atender a todos os processos aprovados no mérito. Os Comitês, neste sentido, só não recomendam a bolsa no caso do projeto não ter sido pré-selecionado por falta de informações básicas no processo, ou por deficiência de conteúdo da proposta apresentada. Como o quadro anexo indica houve uma demanda bruta de 156 solicitações. Destas foram pré-selecionadas 128, sendo que o Comitê aprovou 9 renovações e 53 novas bolsas, num total de 62 bolsas de Iniciação Científica.

No que se refere às bolsas de Aperfeiçoamento, o CNPq estabelece uma quota máxima por Comitê. O Comitê de Educação teve um limite máximo de concessão de novas bolsas de Aperfeiçoamento de 20, incluindo-se Bolsas do Tipo A (o aluno-pesquisador tem seu projeto sendo acompanhado por orientador) e bolsas do Tipo B (o aluno participa da pesquisa do professor-orientador). Houve uma demanda bruta de 93 solicitações, sendo que a quota-limite de 20 bolsas representou apenas 22% do solicitado.

Cabe lembrar aos pesquisadores que as Bolsas de Aperfeiçoamento se destinam a alunos que já concluíram o curso de graduação e que desejam começar a aperfeiçoar-se em pesquisa em alguma área. O Comitê tem recebido um número significativo de solicitações de Bolsas de Aperfeiçoamento de pessoas com mestrado ou fazendo mestrado. Lembramos que para quem está cursando o mestrado existe bolsa específica alocada por quota aos Programas. Quem já fez mestrado não pode considerar-se iniciando um aperfeiçoamento e poderá solicitar Bolsa de Pesquisa, entrando na categoria III, caso o projeto tenha mérito.

Face à freqüência de solicitações de bolsas tipo Aperfeiçoamento para realização de dissertação de Mestrado, o Comitê julga interessante que o CNPq solicite do orientador de Bolsa de Aperfeiçoamento

uma declaração de que o aluno não está cursando mestrado.

O CNPq tem apoiado, também, cursos de aperfeiçoamento, mediante bolsas de estudo, nesta categoria. Dez cursos solicitaram um total de 111 bolsas. Destes dez cursos o Comitê entendeu que apenas seis justificavam, por sua relevância, planejamento, organização e necessidade, a concessão de bolsas. Foram concedidas a esses seis cursos um total de 30 bolsas.

2. BOLSAS DE ESTUDO (Mestrado e Doutorado)

O Comitê de Educação vê com preocupação a escassez de bolsas, especialmente de doutoramento, como também de mestrado.

Deve-se notar que tem sido uma política do CNPq, apoiada e até enfatizada pelo Comitê, de se dar bolsa de mestrado no exterior só em casos excepcionais em áreas não-desenvolvidas nó País. Nota-se, de outra parte, que os 28 programas de mestrado existentes na área têm, na sua maioria, evoluído em termos de sua qualificação, produção etc. Há, porém, uma estagnação no número de bolsas disponíveis. Como se pode perceber pelos totais da tabela que sintetiza as concessões, foram solicitadas 347 bolsas de mestrado, sendo 176 renovações e 171 novas. Concedendo-se as renovações solicitadas, o que parece lógico, fica-se com 34 bolsas disponíveis, para uma demanda de 171 bolsas. Sendo 27 os Programas que solicitaram bolsas novas, só foi possível atender, por Programa, em média, uma bolsa. Considerando-se que os Programas, em sua grande parte têm novas turmas anuais, mesmo com o término do curso por parte de bolsistas o número de bolsas é muito reduzido para atender ao crescimento esperado da área.

No caso de doutoramento a questão é ainda mais dramática. O Comitê vem insistindo, por sua análise do contexto da pesquisa educacional, desde seus primeiros relatórios, que não se justifica priorizar cursos no exterior em certas áreas, a não ser nos casos em que não existam Programas no país ou em situações em que isso se mostre altamente desejável. A educação parece ser uma destas áreas em que a inserção social do pesquisador é fundamental. Ao contrário, há áreas, especialmente entre as exatas, em que isso pode ser vital. Neste caso seria de se esperar um tratamento, em termos de bolsa, diferenciado por parte do CNPq para áreas com condições e necessidades diferenciadas.

Note-se que houve uma quota de apenas 13 bolsas para sete Programas de Doutoramento. Isto significa que cada Programa não chega ter em média duas bolsas novas.

O Comitê gostaria de reafirmar a sugestão no sentido de que o CNPq reavalie, pelo menos para a área de Educação, a política de concessão de bolsas no País.

3. OUTROS PROCESSOS

Na presente Reunião o Comitê avaliou, também, um conjunto de processos que, pelas mais diferentes razões, não entraram na pauta da reunião de outubro. O Comitê gostaria de sinalizar a importância de se procurar atender especialmente aos casos de renovação de Bolsa de Pesquisador.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reunião a que se refere este relatório é a oitava deste Comitê em seus dois anos de atuação. Neste período o CNPq passou por várias reformulações, mudanças de presidentes, diretorias, reestruturações etc.

O Comitê com satisfação observou um esforço crescente de democratização interna e tentativas sucessivas de uma organização mais eficaz.

Destacamos a reformulação do Regimento, a forma de Constituição do Conselho Deliberativo, com maior participação dos pesquisadores e mesmo de funcionários do CNPq etc.

Há alguns aspectos que julgamos mereçam atenção e uma certa urgência na definição.

Primeiramente, entendemos deva ser melhorado o sistema de acompanhamento dos processos. De outra parte é importante, no caso de Bolsa de Pesquisador e mesmo de Auxílio, um histórico da evolução do pesquisador, não só em termos de um acompanhamento processual e formal, mas até com visitas *in loco*.

Notamos, também, que as diferentes mudanças ocorridas neste dois anos têm trazido alguns problemas de decisão, especialmente quanto a programas que já funcionavam bem na área.

No âmbito mais geral percebemos uma certa confusão entre a estratégia de planejamento e a ação proposta pelo MCT – perspectiva de um trabalho racionalizado mediante uma ótica de orçamento-Programa, e a forma do CNPq definir sua política de ação. Parece-nos que, neste sentido, a estratégia adotada pela FINEP, no caso da área de educação pelo menos, aponta para um encaminhamento mais ágil e adequado. A FINEP reuniu seu quadro técnico da área e convidou o Coordenador do Comitê Assessor de Educação da CAPES, os membros do Comitê Assessor do CNPq, a ANPEd e mais alguns consultores ad hoc, para uma discussão ampla tendo como horizonte a definição dos programas mais gerais e das linhas básicas prioritárias. A partir dessa discussão os técnicos da FINEP elaboraram uma proposta. Esta proposta foi encaminhada aos que participaram da reunião para uma nova discussão em 10.12.86 próximo para sua consolidação.

No caso específico dos programas que estavam em andamento na área de Educação – PROGRAMA

DE INTERCÂMBIO e EDUCOM – a indefinição havida no ano de 1986 e ainda a persistência da indefinição, estão trazendo um descontinuidade bastante lamentável.

Parece-nos que se deva ter presente que eventuais mudanças de presidência e/ou de diretores ou superintendentes, não pode trazer oscilações bruscas em linhas de trabalho que provaram serem importantes e prioritárias ao longo dos anos, a não ser com uma justificativa substantiva.

Finalmente gostaríamos de registrar que o Comitê tomou conhecimento, com estranheza, da decisão do Conselho Deliberativo de fazer suas reuniões de forma "secreta" ou de portas fechadas. Entendemos que essa proposição contrasta e contradiz não só o próprio espírito que orientou a constituição do Conselho como também a importante busca de superação dos ranços do regime de arbítrio, mediante decisões que pudessem ter transparência em toda a sua gênese. De outra parte, como a área de Ciências Sociais e Humanas tem um único representante, é imperativo que o mesmo tenha um canal permanente de consulta e debate com as Associações Científicas da área, os programas de Pós-Graduação, os Comitês e o Corpo técnico do CNPq, na área. Se isso não ocorrer e até o presente não ocorreu, acabará apenas representando o que conhece melhor – isto é, a sua área *específica.*

Brasília, 05 de dezembro de 1986.

QUADRO SÍNTESE DOS JULGAMENTOS FEITOS PELO COMITÊ NA SUA QUARTA REUNIÃO DE 1986.

Bolsas de Iniciação Científica, Aperfeiçoamento, Bolsas de Mestrado e Doutoramento.

		Demanda Bruta	Pré-Selecionadas	Aprovadas pelo CA	OBS
Iniciação Científica	Novas	147	122	53 (62)	—
	Renov	9 (156)	9	9	
Aperfeiçoamento Tipo A	Novas	17 (21)	14 (17)	3 (6)	
	Renov	4	3	3	
Aperfeiçoamento Tipo B	Novas	61 (72)	47 (51)	17 (23)	Quota CNPq = 20 novas
	Renov	11	4	6	
Mestrados	Novas	171	171 (347)	34 (23)	Quota CNPq = 210
	Renov	176 (347)	176	176	
Doutorado	Novas	26	26	26	Quota CNPq = 13
Bolsas para Cursos de Aperfeiçoamento	Cursos	10	6	30	—
	Nº de Bolsas	11	111	30	

CARTA-CIRCULAR DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSULTORES DA ÁREA DE EDUCAÇÃO JUNTO À CAPES

Belo Horizonte, 25 de novembro de 1986

Prezado Sr. (a) Coordenador (a),
Cordiais Saudações.

Já há mais tempo deveria ter entrado em contato com o Programa coordenado por V.S.. Entretanto, a ocorrência das muitas greves impediu que a correspondência saísse em tempo adequado para as informações do CTC/CAPES/MEC.

Da reunião de setembro o mais significativo é o seguinte: a entrega dos relatórios anuais deve ser acompanhada da auto-avaliação dos programas feita pelo corpo docente. A data de entrega desta parte pode chegar à CAPES até abril/maio de 1987, uma vez que é quesito não-computarizável. Decidiu-se, outrossim, solicitar ao Ministério do Planejamento o aumento do valor das bolsas de Mestrado/Doutorado para 87, nos seguintes termos: 80% do valor do salário do professor auxiliar, 40 h, autarquias, para a bolsa de Mestrado e 80% do assistente para Doutorado. Lembro que a correlação atual é de 60%.

Da reunião de novembro trago as seguintes informações:

1) a lista tríplice encaminhada para o Conselho Deliberativo da CAPES na área de Educação, computadas as indicações chegadas, foi a seguinte: 1º) Prof. Carlos Roberto Jamil Cury, 2º) Prof. Alceu R. Ferrari, 3º) Profa. Ana Maria Saul. Dia 18/12/86 reúne-se o CD para deliberar sobre todas as listas tríplices encaminhadas.

2) Os agraciados com o prêmio Anísio Teixeira foram: Carlos da Silva Lacaz, Caspar Erich Stemmer, Isaac Kertenetzky, Otto Richard Gottlieb, Rolando Monteiro.

3) Auxiliamos a Profa. Ângela Santana no processo de distribuição de bolsas. Houve um discretíssimo aumento no número de bolsas em nossa área. Aqui devo informar o seguinte: somos a subárea melhor situada em termos de bolsas na CAPES, seja em relação às outras áreas do conhecimento, seja em relação às áreas de conhecimento ligadas às ciências sociais e humanas. Mas mesmo dentro de nossos Programas há discrepâncias, ainda que se leve em consideração: número de programas, número de alunos, tempo de existência e conceito da avaliação.

As bolsas só serão renovadas de acordo com o desempenho do bolsista e o limite máximo das mesmas será de 36 meses para Mestrado e 48 meses para Doutorado. O terceiro ano da bolsa só poderá ser concedido aos bolsistas que estiverem em trabalho de dissertação ou com seu projeto de tese de doutorado aprovado.

4) Finalmente o CTC resolveu se pronunciar frente ao projeto GERES. Aliás pudemos conversar com alguns de seus componentes. Foi uma discussão longa e muito proveitosa. A próxima reunião do CTC será em 17-12-87 com a finalidade de apreciar o parecer da Comissão instituída, dentro do CTC, para este objetivo. São seus componentes: Profa. Eunice Durham, Profa. Vilma Figueiredo e Prof. João Lucas. A única coisa que posso antecipar é que o projeto foi aceito em parte e seus autores foram unânimes em aceitar as críticas e as propostas para seu aperfeiçoamento. Fomos bastante firmes na questão da indissolubilidade do ensino-pesquisa e na ênfase de que o lugar desta correlação é a Universidade.*

Caso não haja outra comunicação até o final de 1986, desejo um bom término de semestre e boas festas de fim de ano.

Atenciosamente,
Carlos Roberto Jamil Cury

SUBSÍDIOS À REFORMULAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR – DOCUMENTO PRODUZIDO PELO CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA CAPES APÓS DISCUSSÃO DO ANTEPROJETO FORMULADO PELO GERES.

No momento em que se discute a reformulação do ensino superior no País, o Conselho Técnico-Científico da CAPES, que reúne representantes das diversas áreas acadêmicas das universidades brasileiras, julga necessário manifestar sua posição em relação aos princípios gerais que estão norteando essa discussão.

Em primeiro lugar, acreditamos ser oportuno manifestarmo-nos em favor da preservação do caráter gratuito da Educação Superior pública do país, que deve ser claramente assegurado na Constituição.

Garantido esse princípio, cabe reconhecer que a finalidade precípua da universidade se funda na indissociabilidade entre ensino e pesquisa que só pode ser exercida com a garantia da autonomia no campo didático e de produção e aplicação do conhecimento. A contrapartida dessa autonomia é a implementação de mecanismos de avaliação sistemática e periódica que assegurem o controle público e a utilização eficaz dos recursos da sociedade.

A implementação desses princípios exige a eliminação dos controles burocráticos que atualmente sufocam as iniciativas criadoras, estatuindo uma ampla liberdade de organização administrativa e financeira, dentro dos limites que assegurem a manutenção da qualidade de ensino e do desenvolvimento da pesquisa. Isso implica uma profunda reformulação tanto do Ministério, quanto das universidades alterando as relações entre ambos, superando o patrimonialismo e o corporativismo que as têm caracterizado.

Em função desses princípios gerais, apresentamos as seguintes considerações:

I – INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO E PESQUISA

A indissociabilidade entre ensino e pesquisa justifica-se, em primeiro lugar, porque a formação de um corpo de profissionais competentes não se pode apoiar apenas na transmissão de um saber já constituído. Ao contrário, a produção de conhecimento é parte integrante desse processo. Em segundo lugar, porque a institucionalização da pesquisa na Universidade é indispensável para o desenvolvimento autônomo da ciência e da tecnologia no País.

Estabelecida a indissociabilidade entre ensino e pesquisa como princípio definidor da universidade, o *status* universidade deve ser conferido exclusivamente àquelas instituições que comprovadamente preencham essa condição. Instituições que se dediquem exclusivamente ao ensino terão designação diversa. A nenhuma instituição deve ser assegurado, prévia ou permanentemente, o *status* de universidade, o qual dependerá sempre de avaliações periódicas.

II – AUTONOMIA E GESTÃO

Os controles burocráticos sobre a estrutura curricular, os orçamentos e a administração das universidades têm se revelado inoperantes e ineficazes, devendo ser eliminados. Deve-se garantir a liberdade didática, curricular e de pesquisa, a gestão autônoma dos recursos destinados à universidade e a liberdade de organização interna das atividades e funções.

A relação da universidade com o Ministério da Educação, como órgão responsável pelo controle público da educação no país, deve ser definida, basicamente, por um sistema de avaliação que assegure a qualidade do ensino e da pesquisa e a boa gestão dos recursos.

No caso específico dos estabelecimentos que utilizam recursos federais, o controle, pelo Ministério, se fará também pela aprovação dos planos plurianuais de investimento e pelo acompanhamento de sua execução.

As Universidades federais deverão, ainda, submeter seu estatuto ao Ministério para aprovação.

Uma vez que a autonomia deve ser exercida no sentido de promover a qualidade do ensino e sua indissociabilidade em relação à pesquisa, a representação nos órgãos colegiados da universidade deve ser diferenciada de acordo com suas funções, asseguradas, em todos os casos, a preponderância do corpo docente. Pela mesma razão, a escolha dos dirigentes deve privilegiar a participação de representantes do corpo docente e deve incidir sobre docentes cuja posição acadêmica comprove sua experiência e capacidade no desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa.

A subordinação da autonomia plena aos interesses da qualidade do ensino e da pesquisa implica uma regulamentação da carreira docente que instrumentalize os princípios da promoção de uma formação de alto nível e do reconhecimento da competência. Por isso, é indispensável a exigência de titulações acadêmicas como condição mínima para a progressão vertical, com exigência adicional de produção comprovada em termos de publicações, orientações de trabalhos de pesquisa, atividades de ensino e prestação de serviços à comunidade.

Considerações semelhantes devem ser feitas em relação à regulamentação do regime de trabalho, devendo-se insistir na vinculação entre tempo integral e atividades de pesquisa.

No interesse do acesso democrático à docência universitária nas instituições mantidas pelo poder público, e com intuito de assegurar o recrutamento dos mais capazes, a primeira investidura deve ser precedida de concurso público. A primeira investidura não deve implicar estabilidade, a qual só seria alcançada após um período suficientemente longo no qual se comprove a dedicação e a produção continuada do docente.

Finalmente, respeitada a isonomia salarial básica que deve prevalecer nas universidades federais, deve-se promover a concessão de benefícios diferenciais que estimulem a produção científica.

III – AVALIAÇÃO

A alteração de todo o sistema de ensino superior

na direção que está sendo defendida depende da implementação de um sistema amplo, eficaz, legítimo e competente de avaliação.

A avaliação deve ser multidimensional, abrangendo as atividades de ensino, pesquisa e prestação de serviços, e implicando o acompanhamento da execução dos planos plurianuais e a observância dos princípios que regulamentam a carreira e o tempo integral. Sua legitimidade deve ser assegurada através da participação de representantes da comunidade acadêmica nos órgãos de avaliação.

A credibilidade do sistema depende da garantia de independência dos órgãos de avaliação em relação àqueles responsáveis pela alocação de recursos e implementação de políticas.

O objetivo central da avaliação não é garantir recursos automáticos a um tipo ou outro de instituição, mas assegurar que a distribuição dos fundos públicos seja direcionada no sentido de promover o aperfeiçoamento do ensino e o desenvolvimento da pesquisa de boa qualidade nas instituições de ensino superior. A vinculação da alocação de recursos à elaboração de planos plurianuais e a avaliação de seus resultados constituem o mecanismo principal dessa promoção.

Para atendimento dos objetivos aqui explicitados, recomenda-se ao Ministério a implantação imediata do sistema de avaliação.

PRÓXIMO NÚMERO — BOLETIM ANPEd vol. 9 nº 1

MÃO NA MASSA
Depoimentos de consumidores da produção do conhecimento na área da educação; professores, elementos chave de secretarias de educação e alunos de universidades e pós-graduação.

DE PARCERIA
Reflexões de pesquisadores procedentes de outras áreas que convivem e produzem conhecimento na área de educação.

PAGANDO PRA VER
Política de financiamento – bolsas de pesquisa: debate de usuários de bolsas de pesquisa, alunos de pós-graduação, coordenador, pesquisador.

ABRINDO CAMINHO
Depoimentos de Pró-Reitor de Pesquisa das Universidades, Coordenador de Núcleos de Pesquisa e Diretor de Faculdade de Educação.

NA PRATELEIRA
Depoimento de um editor, analisando o consumo e a divulgação de produtos da área de educação frente à outras áreas.

MÃO DUPLA
Expansão e consolidação da pós-graduação: questões básicas discutidas teoricamente por filósofos, economistas, cientistas políticos, administradores e burocratas).

OLHANDO DE FRENTE
Quadro atual da pós-graduação em educação: trabalho de diagnóstico (depoimentos de coordenador, professor e aluno).

ENTRANDO NA RODA
Discussão dos critérios de admissão das diversas associações.

PAGANDO AS CONTAS
Projeto de auto-sustentação financeira.

ESTE NÚMERO

NOTA EDITORIAL 1

INÍCIOS 2
- ANPEd: Marcas de nascimento. Célia Frazão Soares Linhares 3
- Origens da ANPEd: de institucionalizada a instituinte. José Carmelo Carvalho 7
- Referências sobre a institucionalização da pós-graduação. Marília Martins da Costa Cruz 9
- Determinantes. Darcy Closs 11
- Depoimentos. Marilu Fontoura de Medeiros, Jacques Velloso e Julieta Calazans ...

CONFRONTOS
- ANPEC – Ricardo Tolipan 16
- ANPOCS – Síntese do relatório da gestão 1984/86 18
- ANPEPP – Aroldo Rodrigues 22
- ANPUH – Caio César Boschi 24
- ANDE – Selma Garrido Pimenta e José Carlos Libâneo 24
- CEDES – Depoimento do Colegiado 28
- ANPAE – Maria Beatriz Moreira Luce 30
- SBF – Ramayana Gazzinelli 34
- OAB – Hermann Assis Baeta 35
- ANDES – Sidney Solis 40

RELAÇÕES
- As Associações e o Estado. Demerval Saviani 42
- Educação e sociedade. Evaldo Vieira 47
- Autonomia dos movimentos sociais. Miriam Limoeiro Cardoso 49

PERSPECTIVAS
- ANPEd: Governo efetivamente democrático? Elizabeth Cassimiro de Freitas 53
- A experiência do Núcleo de Brasília. Sílvia Velho 56
- Horizontes mais amplos. Walter Garcia 58
- E agora, José? Nilda Alves 60
- ANPEd que temos/ANPEd que queremos. Ira Maria Maciel e Osmar Fávero 62

ESPAÇO ANPEd 69

INFORME ANPEd: IV CBE 73

ANPEd NOTÍCIAS 77

ANEXOS:
- Relatórios da 3ª e 4ª Reuniões do Comitê Assessor da Área de Educação do CNPq, em 1986 85
- Carta-Circular do Presidente da Comissão de Consultores da Área de Educação Junto à CAPES 89
- Subsídios à Reformulação do Ensino Superior – Documento do CTC/CAPES sobre o Projeto GERES 89

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO
Secretaria Geral: Rua São Pedro, 24/10º 24020 Niterói – RJ Tel.: (021) 717-4902

COMISSÃO EDITORIAL: Osmar Fávero, Jésus Alvarenga Bastos, Ira Maria Maciel
COLABORAÇÃO E APOIO: Marília Costa Cruz – FGV/IESAE